



Jânio Quadros enverga um dos seus *slacks*.

.....

A RENÚNCIA DE JÂNIO

.....
Coleção Biblioteca Básica Brasileira

A RENÚNCIA DE JÂNIO

UM DEPOIMENTO

Carlos Castello Branco

Edição especial, por autorização
da Editora Revan



Brasília – 2000

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

A Querela do Estatismo, de Antonio Paim

Minha Formação, de Joaquim Nabuco

A Política Exterior do Império (3 vols.), de J. Pandiá Calógeras

O Brasil Social, de Sílvio Romero

Os Sertões, de Euclides da Cunha

Capítulos de História Colonial, de Capistrano de Abreu

Instituições Políticas Brasileiras, de Oliveira Viana

A Cultura Brasileira, de Fernando Azevedo

A Organização Nacional, de Alberto Torres

Deodoro: Subsídios para a História, de Ernesto Sena

Rodrigues Alves, de Afonso Arinos de Melo Franco (2 volumes)

Rui – O Estadista da República, de João Mangabeira

Eleição e Representação, de Gilberto Amado

Franqueza da Indústria, de Visconde de Cairu

Dicionário Bibliobibliográfico de Autores Brasileiros, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Pensamento e Ação de Rui Barbosa – Organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2000

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Castello Branco, Carlos, 1920-1993.

A renúncia de Jânio : um depoimento / Carlos Castello Branco.–

Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

164p. – (Coleção biblioteca básica brasileira)

1. Crise política, Brasil (1961). 2. Política e governo, história, Brasil. 3. Quarta República (1945-1964), Brasil. 4. Quadros, Jânio, 1917-1922. I. Título. II. Série.

CDD 320.981

.....

.....

Sumário

Apresentação, *pág. 9*

I, *pág. 27* II, *pág. 35* III, *pág. 45* IV, *pág. 49*
V, *pág. 61* VI, *pág. 79* VII, *pág. 93* VIII, *pág. 99*
IX, *pág. 107* X, *pág. 115* XI *pág. 121* XII, *pág. 127*

Apêndice: de
vereador a presidente, *pág. 139*

Posfácio – Texto de apoio de Emir Sader,
O XVIII Brumário de Jânio Quadro, pag. 149

Nota Biográfica, *pág. 161*

.....
*A técnica do testemunho em
Carlos Castello Branco*

Por Luiz Gutemberg

No dia 19 de fevereiro de 1992, Carlos Castello Branco revelou, na sua “Coluna do Castelo”, no Jornal do Brasil, que havia recebido, há algum tempo, pequeno bilhete de Jânio Quadros, em envelope subscrito pelo próprio. “Tinha lido declaração minha em algum jornal de que eu não sabia a causa da renúncia. O ex-presidente dizia-me não admitir que seu antigo secretário não soubesse porque renunciara. Na verdade ele nunca me disse porque renunciou. Como saber?”

Como o catimbozeiro do poema, Carlos Castello Branco, “aprendeu sem se ensinar”. Podia dispensar a revelação de Jânio Quadros. Já havia escrito há 30 anos sua versão da renúncia – decifrando-a com fatos e sem adjetivos – e a mantinha guardada em cofre.

Seu depoimento “A renúncia de Jânio”, quando um dia fosse publicado, também demonstraria a técnica com que conseguiu que sua obra, por natureza efêmera, pela perecibilidade fatal do jornal diário, não apenas lhe sobrevivesse e até crescesse em prestígio. A razão estava na forma como redigiu seu depoimento e que era a mesma com que cotidianamente ocupava seu precioso espaço de jornal. Ele apostava mais nos fatos do que na sua própria visão deles, ou na fantasia que o delirante Jânio Quadros pretendia haver criado e feito prevalecer. E teria se mantido incontestada, ou pelo menos viva, por falta de um documento que a desmoralizasse de forma incontestável, se não fosse a coragem moral e a competência de um repórter, acidentalmente servindo-lhe como Secretário de Imprensa.

Para livrar-se, tanto da fabulação cavilosa de Jânio quanto do risco de deformar a realidade, Carlos Castello Branco aprendeu a driblar o diabólico eleito do testemunho humano: o “componente alucinatório da percepção”.

Um risco descrito por Edgar Morin e por ele mesmo denunciado: “Precisamos desconfiar da única coisa digna de confiança de que dispomos para descrever nossa história e escrever a História: o testemunho”.

Quem vê, mesmo a olho nu e a curta distância, nem sempre vê, ilude-se a si mesmo com o que desejaria ter visto; quem ouve, além de ver, nem sempre ouve precisamente; nem o olfato, por mais acurado, faz associações perfeitas.

No exemplo clássico de Morin, vivido por ele, a testemunha assiste a um acidente de trânsito num conhecido cruzamento em Paris: Boulevard Raspail/Cherche-Midi/Assas. Vê — e com tal convicção que se oferece para testemunhar a ocorrência — um automóvel atropelar uma moto. Pouco depois, verificando as provas materiais do acidente, certifica-se do contrário. Foi a moto que bateu no carro. A sua torcida e a simpatia pelo mais fraco induziram-no a ver o contrário do que realmente se passou diante do seu olhar.

Existiriam mecanismos, como um jogo de lentes corrige causas mecânicas de deformações óticas, para precaver essas alucinações comprometedoras dos testemunhos?

Sim, responde a experiência de Carlos Castello Branco (1920-1993) no depoimento “A renúncia de Jânio”, bom pretexto para discutir o fenômeno do testemunho em episódios políticos.

Experiente repórter estava acostumado a desconfiar, desmascarar e ironizar versões que deformam a realidade política, muitas vezes praticadas inconscientemente. Vê-se o que se quer, e os políticos querem mais e por isso suas paranóias são superlativas. Agora, pela primeira vez, enfrentava o risco do testemunho. Não era o espectador, mas também um dos atores. Estava na cena, não na platéia, e experimentava o risco que enfrentam os testemunhos pessoais ao descrever fatos que viveram.

Desta vez não tinha a intermediação de “fontes” com que sempre alimentou seu trabalho profissional. E ele estava acostumado a boas fontes, como o ex-presidente Sarney, que confessou, em 1979: “Há 20 anos somos colegas de trabalho. Ele escrevendo, eu descrevendo”. Mas podiam dizer o mesmo, e talvez dissessem, se tivessem sobrevivido, o vice-presidente Pedro Aleixo, Magalhães Pinto, Padre Godinho, Afonso Arinos, Gustavo Capanema, Leitão de Abreu, Milton Campos, Severo Gomes, Petrônio Portella. Apenas alguns deles, já falecidos.

A empreitada do depoimento sobre a renúncia de Jânio implicava em reconstituir, escrevendo na primeira pessoa, os bastidores desse episódio decisivo da História contemporânea brasileira.

As numerosas versões já publicadas podiam ser classificadas em dois grupos. As que aceitavam os documentos e declarações

autorizadas, do próprio Jânio e do seu Ministro da Justiça, Oscar Pedroso d’Horta — a “história oficial”, encontrável nos arquivos —, e as que os contestavam, demonstrando que a renúncia foi uma tentativa de golpe, visando o estabelecimento de uma ditadura pessoal de Jânio.

Mantendo-se no centro da cena nos 25 anos seguintes — período de notoriedade balizado por suas candidaturas a Governador de São Paulo em 1962 (derrotado por Adhemar de Barros) e, em 1986, a Prefeito de São Paulo (vencedor, contra Fernando Henrique Cardoso) —, durante todo esse tempo o episódio da renúncia foi requeitado pelas campanhas eleitorais e alimentou todo tipo de polêmicas e especulações.

Nunca, porém, a questão esteve perto de receber uma dessas sentenças irretocáveis que a História costuma estabelecer sobre momentos decisivos da humanidade. Quando universalmente se aceita que os fatos aconteceram assim e tornam-se suspeitos de paranóia os que persistem em insistir que “o sol é frio”. Mas, haveria um fato, ou conjunto de fatos, suficientemente incontestáveis, que abonassem uma versão definitiva da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República? Não. Nem o golpe frustrado, que parecia óbvio; nem a crise de delírio mental de Jânio, alimentada pelas revelações sobre as noites de solidão, alcoolismo, insônia e sessões de filmes de far-west no Palácio da Alvorada; nem das conspirações nacionais e internacionais insinuadas pelos discursos do ministro Pedroso d’Horta; muito menos pelos ataques do governador Carlos Lacerda na TV. A questão sempre esteve em aberto.

A questão da renúncia não foi e não era uma cogitação diletante para a política brasileira. Nas duas décadas que se seguiram apresentou interesse concreto para a cobertura jornalística, estava na categoria dos “fatos correntes”, já que foi aceita por historiadores e cientistas políticos como marco zero do processo de degradingolada institucional que precipitou o Brasil na ditadura militar de

1964. Além do mais, não apenas o protagonista, mas a maioria dos principais coadjuvantes ainda estava viva e atuante. Sem falar da utilidade, pois a ele se aplicava, como alerta contra perigo próximo, a clássica observação do filósofo George Santayana, de que os povos que não cuidam da sua História estão irremediavelmente condenados a repetir seus erros.

Sem dúvida foi o desleixo com que se cultivava a História entre os brasileiros, especialmente os registros contemporâneos — habitualmente debitado à “falta de memória” coletiva —, que permitiu ao próprio Jânio Quadros, velho, doente, decadente, anacrônico e com os mesmos truques populistas, eleger-se Prefeito de São Paulo em 1986. Repetição maluca, absolutamente sem sentido, da eleição para o mesmo cargo em 1952, trinta e três anos antes, no início da sua carreira vertiginosa, quando era o “Tostão contra o Milhão”, o eterno apelo ao episódio bíblico de Davi e Golias. Uma situação que, tantos anos depois, se repetia ao contrário — agora, Jânio é que era o vício contra a renovação —, mas que o jejum eleitoral imposto por duas décadas de ditadura permitiu-lhe reencenar com surpreendente êxito. Nada pior do que um vácuo — criado por episódios não passados em julgado na cronologia política — para alimentar mitos e fantasmas políticos. (A desastrada volta ao poder do ex-ditador Vargas, em 1950, enquadra-se nessa avaliação.)

Além de toda essa substancial carga fatural, Carlos Castelo Branco também era desafiado por um compromisso moral. Havia sido secretário de imprensa de Jânio Quadros durante seus sete meses de Governo. Suas observações tanto foram privilegiadas pela intimidade que desfrutou junto aos personagens — e ao próprio protagonista, Jânio Quadros — quanto lhe criavam uma espécie de dever de lealdade de não expô-los nus. Era óbvio que o fato histórico da renúncia de 1961 superava em magnitude tais escrúpulos de elegância e companheirismo que Carlos Castelo Branco, amigo exemplar, solidário e generoso, praticou como preceito religioso, durante

toda vida. Mas ele sabia que, se não o fizesse esse depoimento, ninguém faria. Salvo o próprio Jânio, que não o escreveria por motivos óbvios, ninguém entre os que viveram aqueles fatos, além dele, tinha condições de testemunhá-los com isenção e de forma tão abrangente.

Criou, então, um álibi perfeito para desobrigar-se de tais impedimentos pessoais e deixar registrado seu testemunho insubstituível sobre a renúncia. Decidiu que o escreveria e o manteria secreto. Um dia, toda a fantasia sobre o episódio seria removida e substituída por seu depoimento sem peias. Foi o que aconteceu.

Carlos Castello Branco era conhecido por sua memória prodigiosa. Costumava causar espanto ao publicar longas e importantes entrevistas, contendo datas e números, sem haver tomado uma única nota. Mesmo quando ouvia interlocutores numa roda de uísque e boa conversa, de que tanto gostava, e até quando já parecia alto ao ouvir declarações, nunca falhava na precisão dos registros.

Nada espantoso, portanto, que só em agosto de 1963, dois anos depois da renúncia, tenha começado a registrar suas observações pessoais sobre o acontecimento. Mas interrompeu o projeto no meio, abandonou o manuscrito por quase dois anos, só o retomando para concluí-lo em março de 1965. Confessou que temia que o passar do tempo compromettesse a perspectiva com que havia concebido seu depoimento. Depois de pronto, mostrou-o a apenas dois amigos, Evandro Carlos de Andrade e José Aparecido, de quem anotou observações que tornou parte integrante do texto. (Evandro achou-o “veraz e excitante” e Aparecido “considerou precisa a narrativa dos fatos”.)

Finalmente, com a publicação do depoimento, após a sua morte, em 1996, desfêz-se qualquer nebulosidade sobre a renúncia de Jânio Quadros.

Lido atentamente, o texto dissolve qualquer penumbra sobre as circunstâncias em que se deu a renúncia e deixa pouco espaço

para impressões subjetivas. Na verdade, Carlos Castelo Branco não escreveu um depoimento, mas uma sentença. Definitiva e inapelável. O que não é surpreendente para seus leitores, como anotou Evandro Carlos de Andrade: “É coisa da personalidade, Castello nasceu para juiz – com um defeito. Porque é incorruptível e capaz de distanciar-se do conflito para avaliá-lo melhor, não resiste à tentação de resumir qualquer sentença numa frase brilhante, o que lhe dá à intimidade um leve tom maniqueista.”

Seu método – como que se precavendo de alegações de imprecisão e de desvios alucinatórios que comprometem os testemunhos – caracteriza-se pelos registros de dia e hora, encadeamento dos fatos, remissões a situações próximas e remotas e uso oportuno de elementos biográficos dos personagens para explicar-lhes atitudes e gestos.

Antecipando-se a algum crítico que achasse que podia desautorizá-lo denunciando seu part-pris (não apenas por sua condição de Secretário de Imprensa da Presidência, mas por suas ligações pessoais com José Aparecido, que representava uma das alas palacianas em choque), ele o escracha, reconhecendo-a, explicitando-a detalhada e minuciosamente. No movimento seguinte, também expõe com absoluta clareza todo tipo de viés, ideológicos, pessoais, idiossincrásicos que informam o comportamento do mesmo José Aparecido, seu amigo fraterno pela vida inteira. Dir-se-ia que tal honestidade em declarar as amizades e afetos o descompromete e liberta para a veracidade. Amigo, amicíssimo, de protagonistas decisivos da cena política, não as esconde. Pelo contrário, parece ter o prazer de expô-las para forçar o exame da sua isenção. Seus registros sobre o General Médici – do qual diria que “sob seu governo a liberdade de imprensa eclipsou-se, o que não impedia que, mediante mensagens cifradas, se enviassem algumas informações aos leitores” – não dispensaram o lembrete, na Co-

luna do Castello de 10 de outubro de 1998: ‘Seu filho, Roberto Médici, que se tornaria meu amigo, disse-me um dia: ‘Você é uma ferida que tenho que coçar todas as manhãs.’

Essa preocupação de Castello de identificar publicamente seus amigos – como um contraponto para honrar o sigilo das suas fontes de informação, estas preservadas com rigor profissional além da sua vida – sugere um ato de soberba. Ele parece oferecer tais informações sobre suas condições de observação e distanciamento para desafiar o leitor a testar suas isenção. Ou mostrar que caminha sobre um fio de navalha e o distinto público deve fazer silêncio e prestar atenção.

No caso da renúncia de Jânio, a posição em que se encontrava é um teste para sua credibilidade. Não era apenas interlocutor, mas cúmplice, pois redigiu notas e documentos que constituem a “história oficial” do episódio. Habilmente, porém, ele demonstra que essa documentação constitui um monte de peças isoladas do puzzle que não se completa sem que a elas se juntem algumas informações essenciais.

Edgar Morin, que discutiu os desvios do “componente alucinatório da percepção” do testemunho em importantes versões de episódios da Revolução Comunista, da Primeira e Segunda Guerra Mundiais e da Guerra Fria, procura saídas para enfrentar a fatalidade de que “devemos desconfiar dos nossos olhos, embora somente neles possamos confiar”. Se sofremos a perturbação dos mecanismos cerebrais-psíquicos, propõe a adoção de processos idênticos para anulá-los, examinando, refletindo, autocríticando nossas visões. São preocupações nítidas no depoimento de Carlos Castello Branco.

Apesar de permitir uma leitura de roteiro de cinema (quadro a quadro, flash-backs, indicações de planos e cenários, excitando a imaginação), o texto adquire a densidade de uma sentença. Não

deixa margens a alegações de que “não foi propriamente assim”. Cabe ao leitor distribuir condenações e absolvições, em função das culpas e atenuantes, ações e omissões, todas explícitas no texto, mas sem alimentar dúvidas de que a renúncia foi resultado de uma soma de conspirações. A conspiração decisiva se desenvolveu na cabeça do próprio Jânio – que conforme sua megalomania dispensava consultas, confidências ou parcerias. Múltiplo, ele levava sua autosuficiência ao paradoxo de dialogar consigo mesmo, já que se desdobrava numa porção de personalidades diferentes. Dando vida a todas, fazia-as dialogar e conflitar entre si através de terceiros, gente com personalidade e projetos pessoais ambiciosos, como Pedroso d’Horta, Ministro da Justiça, e José Aparecido, Secretário Particular, para só citar dois pólos da intimidade do Governo em que Carlos Castello Branco concentra suas observações.

O resultado dessa demonstração do comportamento de cada um – e do que, de forma evidente e explícita, Jânio Quadros esperava que sua renúncia gerasse, e de como o clamor público a reverteria em seu benefício – sugere uma reflexão sobre as virtudes desse método. Se o aplicássemos, por exemplo, à distribuição de Justiça, a solenidade dos julgamentos estaria dispensada. Os ritos e processos seriam simplificados, mediante a pura e simples apresentação dos fatos, que se autotipificariam, enquanto culpas e absolvições brotariam explícitas como efeito das narrativa. O problema é que seria preciso que os testemunhos tivessem as virtudes do depoimento de Carlos Castello Branco. Que contivessem a mesma serena obsessão pela veracidade e aplicassem a mesma técnica de associar fatos, como ele faz como se atendesse à providência burocrática de acrescentar o nome de pai e mãe, data de nascimento e nº do CPF para evitar confusões com homônimos que deseja identificar. Seu texto é a prova de ambigüidades e descaminhos semânticos.

Para evitar os detalhamentos pitorescos a que recorrem as testemunhas e que terminam distraindo e diluindo as provas, tor-

nando-as inutilmente prolixas, ele recorre com malícia a um segredo que os repórteres aprendem no cotidiano. Consiste em esperar o momento em que os camuflados tiram a máscara para respirar, e se revelam.

Esse momento, que se diria mágico se não fosse justamente a hora da verdade, é o registro da confissão do próprio Jânio Quadros, exposta no dia 26 de agosto, vinte e quatro horas depois na renúncia, na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo. Jânio, assim como recusou todos os apelos dos seus ministros e auxiliares – os poucos com que se avistou antes de consumir a renúncia – também os desautorizava a estimular atos de mobilização popular em seu apoio. Suas palavras, segundo o depoimento de Carlos Castello Branco: “Nada farei por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. O Brasil no momento precisa de três coisas: autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos.”

Ou seja, Jânio renunciou na certeza de que voltaria. Uma vez que, sob a Constituição, não poderia reassumir a Presidência, a não ser através de novas eleições, que esperava? Obviamente, um golpe, que lhe oferecesse de volta o poder e que lhe permitiria impor condições, como o fechamento do Congresso, de cuja inutilidade e vícios fazia aberta apologia nos dias que antecederam à renúncia. O que também está registrado no depoimento.

Nestas colheitas da reportagem se concentram o princípio e o fim da notícia. Ao registrá-las, no dia-a-dia do jornal, o papel do repórter se cumpre e se esgota. (Não importa que alguns repórteres, com vocação moralista, se atribuam responsabilidades de testemunho ideológico, achem pouco o exercício da reportagem e assumam funções privativas de Estado e que devem ser exercidas pela polícia, fis-

co, promotoria, juízes e tribunais. Não era o caso de Carlos Castello Branco.)

O que importa observar é essa singular capacidade dos repórteres de registrar isolada e sinteticamente diálogos e declarações essenciais fígadas com senso de oportunidade. Trata-se de uma imposição da contingência: o espaço no jornal é finito, medido em número de linhas, e a luta contra o relógio resulta das pressões industriais. Pressupostos subvertidos em situações surpreendentes como a renúncia de Jânio, quando há mais espaço que informações e as edições se transformam em estuário de todo tipo de matérias, principalmente especulações, porque a confusão é geral. Publicaram-se muitos milhares de textos, examinando todas as hipóteses de explicação para a renúncia. Nenhuma conciliava racionalmente fatores psicológicos (já que o episódio envolve personalidades complexas) e aspectos políticos e econômicos, principalmente econômicos. Os marxistas, fabulistas por excelência, dominam amplamente a análise política no Brasil. Uma confusão que levou, ainda nos anos 60, Odylo Costa, filho, então diretor da revista Realidade, a publicar seu libelo “Recuso!”, paródia de Emile Zola, com exclamação e tudo, considerando inaceitáveis as numerosas versões disponíveis sobre a renúncia.

Carlos Castello Branco, porém, calado estava, secreto manteve seu depoimento guardado num cofre. Sem dúvida, sabia que ele desmascararia os pequenos truques com que os políticos imaginam (“nada nessa mão, nada nessa outra”) driblar a História com números de prestidigitação. Como repórter político havia feito isso por toda a sua vida em relação a episódios sobre os quais não tinha a responsabilidade dos testemunhos, pois apenas os registrava. A diferença estava no detalhe. Antes – e depois, nos 32 anos seguintes, até a sua morte – Carlos Castello Branco agiu sempre como jornalista. No caso da renúncia, porém, era diferente. Participante do governo Jânio Quadros – numa posição que o organograma da administração federal considera “gabinete pessoal do Presidente”,

havia sido em alguns momentos coadjuvante, pois tinha acesso a Jânio e intermediara contatos com terceiros (foi, por exemplo, o canal mais fluente de Brizola com o Planalto) e era comensal e confiante do mais íntimo grupo de colaboradores presidenciais. Precisava, portanto, honrar compromissos da cumplicidade de que só estão livres os repórteres enquanto repórteres. Felizmente, tinha, na mesma proporção, consciência dos seus deveres para com a História, como demonstram os cinco volumes (Agonia do Poder Civil, A Queda de João Goular e Os Militares no Poder – I, II e III), reproduzindo a Coluna do Castelo, do Jornal do Brasil, entre 1963 e 1970. Esses livros (que permitem fácil acesso aos textos publicados e que só poderiam ser recuperados através de consulta às coleções de jornais) são fonte, em muitos casos exclusivas, para reconstituição dos principais acontecimentos políticos do período. Também demonstram que sempre praticou esse método. Eis um exemplo.

Em 1954, no dia 10 de março, as edições dos jornais refletiram o impacto do primeiro Ato Institucional, mãe de toda degradação jurídica que se desenvolveria nos vinte anos seguintes de ditadura militar. Baixado de surpresa, na véspera, pelo Comando Supremo da Revolução, título a que se atribuíram os três Ministros Militares, general Costa e Silva, brigadeiro Melo e almirante Radmacker, era acompanhado pela primeira lista de cassações, sumárias, sem processo e muito menos defesa, de mandatos e direitos políticos.

Os editores dos jornais se perderam, desorientados, naquele mar de informações, agitado pelo furacão de uma nova categoria de lei que o Brasil não conhecia desde 1946. Ninguém, por exemplo, se lembrou que a designação Ato Institucional repetia jargão do Estado Novo de 1937. As eleições de 1945, por exemplo, haviam sido convocadas por Ato Adicional... Era perturbador, porém, que o Alto Comando informasse, com firmeza e desprezo, seu desdém pela representação popular do Congresso Nacional, avisando, entre

outras coisas: “A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte” (...) “Fica assim, bem claro, que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.”

Nunca se havia visto desmoralização tão escrachada da Constituição de 46, que até então os golpes militares procuravam, acanhadamente, reduzir a meros e momentâneos arranhões, logo sanados com a cumplicidade do Congresso. Assim havia sido em 54 (deposição de Vargas); em 55 (deposição de Carlos Luz e Café Filho) e em 61 (imposição do parlamentarismo para posse de Jango).

Nesses trechos do preâmbulo do Ato Institucional estava implícito que havia algo – alguma “mão invisível” – acima e superior às limitações intelectuais dos ministros militares do autoproclamado Comando Supremo da Revolução. Continha um nexco que não se via nas intrigas à esquerda e à direita que antecederam o golpe de 31 de março, deflagrado pelo levante de Juiz de Fora. Que haveria e, principalmente, “quem” estaria por trás daquilo?

A resposta estava na Coluna do Castelo, onde segundo Wilson Figueredo a classe média refazia “o raciocínio de cada dia”. Eis o que informava secamente Carlos Castello Branco no dia 10 de março de 1964: “O jurista que deu a segurança final aos militares da legitimidade do Ato Institucional, como emanção do poder revolucionário juridicamente válida, foi o Sr. Francisco Campos”.

A presença – a que título fosse – de Francisco Campos junto aos ministros militares significava que havia sido plantada a semente fascista que marcaria indelevelmente o regime militar até sua extinção em 15 de março de 1985.

Ou seja, o Supremo Comando da Revolução – oficiais gerais meramente truculentos, desprovidos de informação política e cultura filosófica, apesar dos seus cursos profissionais – estava sob a influência de um cérebro perverso.

Francisco Campos, Chico Campos, Chico Ciência, era o mesmo autor da Constituição do Estado Novo, de 1937, Ministro da Justiça de Vargas, homem de extraordinário saber e firmes convicções totalitárias. A título de dar-lhes uma consulta técnica sobre a eficácia jurídica de um ato discricionário, Chico Campos doutrinou-os eficazmente sobre o poder sem limites que passariam a dispor se desmoralizassem pela força a utopia democrática.

Tudo o que fatos e depoimentos futuros revelariam estava implícito na curta citação da Coluna do Castelo de 10 de março de 1964. Se Chico Campos escreveu, ou soprou o Ato Institucional (depois se saberia com precisão de que ele o redigiu do próprio punho), o espírito fascista tornara-se dominante.

Assim, enquanto praticamente todos os jornais daquela data envelheceram, caducaram, no dia seguinte já não passavam de “jornal de ontem” (“já li, já reli, não quero mais; agora quero outro...” como na letra na canção popular) e hoje são meras relíquias, o registro da Coluna do Castelo tornou-se uma referência do tipo que ainda hoje os cristãos encontram nas profecias de Isaías: sinais que se devem observar e que nem sempre trazem tranqüilidade, mas explicam o que está acontecendo. Com a diferença de que, em vez da linguagem bíblica, que requer exegese, Carlos Castello Branco publicou o nome do diabo.

A obstinação com que escreveu seu depoimento “A renúncia do Jânio” – e guardou o manuscrito – e a perspicácia com que anunciou a fascistização do golpe militar, identificando o dedo perverso de Chico Campos no documento dos ministros militares no dia 10 de março de 1964, são apenas uma amostra do tipo de jor-

nalismo, de reportagem que ele praticava. Não só atento e bem-informado, mas seletivo e alerta. Ele sabia o que era relevante e irrelevante. Observe-se, porém que a adjetivação e a escandalização dos dois exemplos aqui tomados não são dele, que se limitou a narrar essas cenas e reproduzir falas importantes como se não o fossem, sem grifos ou outros sinais gráficos de ansiedade. Ele não praticava as exclamações de Nelson Rodrigues, o panfletário cômico, embora, muitas vezes fosse capaz de registros de irresistível comicidade.

Era assim com os corifeus, mas também com coadjuvantes que, transgredindo a lógica narrativa do espetáculo político, roubam a cena em alguns momentos. Como um certo Amaral Neto.

Vejam esta pequena nota da Coluna do Castello do dia 18 de abril de 1963:

“Quando o sr. Amaral Neto descia da tribuna recebeu caloroso abraço do sr. Aliomar Baleeiro. “Grau dez”, disse o sr. Aliomar Baleeiro. E acrescentou: “Você é o analfabeto mais inteligente que eu conheço.”

Amaral Neto era um antigo jornalista, tão profissionalmente opaco quanto audacioso em matéria de iniciativas. Direitista, conspirava com os militares, criou o Clube Lanterna (para explorar o lacerdismo nos anos 50) e do Maquis, que começou sob a forma de um panfleto, mimeografado e clandestino nos dias seguintes ao golpe de 11 de novembro, tornando-se depois uma revista em off-set com boa tiragem. Mais tarde se tornaria fenômeno eleitoral no Rio, elegendo-se deputado estadual e deputado federal sete vezes, até a morte, tendo como bandeira, no final, a defesa da Pena de Morte no Brasil. Fez sucesso na TV com o programa Amaral Neto Repórter, de grande audiência popular e onde ganhou muito dinheiro explorando “temas otimistas”, tão reclamados pela propaganda do Brasil, Grande Potência do regime militar. Também foi envolvido em acusações pelo assassinato de sua ex-mulher, bem mais moça que

ele, em São Paulo. Pela rápida ficha, vê-se que foi um personagem venturoso.

Pois bem, com tudo isso, qualquer biografia de Amaral Neto não o revelará sem a síntese da pequena nota de três linhas da Coluna do Castelo de 1963.

Entre 1962 e a sua morte, em 1993, enquanto esteve de pé sua Coluna do Castello, usou e abusou, mesmo sob censura, e apesar dela, da sua astúcia de repórter. Seu horror ao charlatanismo levava-o a fugir da tentação de previsões, que assistiu tornar-se uma das atividades mais rendosas de Brasília. Reconhecia ser mal de prognósticos e não cometia previsões, pelo contrário, evitava-os. No entanto, com a cumplicidade de uma rede de informantes, registrou os acontecimentos do dia tal precisão, riqueza de detalhes e avaliação dos efeitos que são publicados, hoje, sem retoques. Quase sempre nem houve o que acrescentar-lhes. Quando não era possível registrá-los – a censura direta nem sempre era o principal impedimento e Carlos Castello Branco foi um craque em avaliar riscos e driblá-los – lançava preciosas sementes, às vezes chispas, como esta admirável e oportuna frase no fecho da Coluna do Castelo em que fez o necrológio de Juscelino Kubitschek.

No registro – Juscelino morreu num confuso desastre automobilístico na Via Dutra – a Coluna do Castelo de 24 de agosto de 1976 lançou a dúvida, que ainda persiste e se amplia à medida que se conhecem mais sobre as conspirações terroristas dos serviços secretos da ditadura militar que agiam autonomamente. Já estávamos no Governo Geisel, empenhado em por fim aos crimes da repressão, que continuavam a ser cometidos à revelia do Presidente.

Na última linha de caloroso e comovente testemunho pessoal sobre JK – de quem havia acompanhado a trajetória desde prefeito de Belo Horizonte, onde vivia na época – arranja jeito de lem-

brar que sua “morte foi estranhamente antecipada por uma boataria que correu o país 15 dias antes dela ocorrer”.

Naquele momento, seria impossível denúncia mais clara. As mortes anunciadas são sempre suspeitas, principalmente quando ocorrem como foi o acidente da Via Dutra.

A trajetória profissional de Carlos Castello Branco, marcada pelo trabalho, honestidade e astúcia, mas ornada com um toque de elegância, repete sua vida pessoal e se revela curiosa desde as indicações do seu roman a clef “Arco do Triunfo” e dos seus contos, alguns de forte realismo erótico; da sua pouco conhecida rota de emigrante nordestino, pois, embora gostasse de repetir o Luiz da Silva (personagem alagoano de “Angustia” de Graciliano Ramos) de que era “um pobre nordestino perseguido pela adversidade”, sua rota do Piauí para o sul, no caso o Rio de Janeiro, não repetiu os alagoanos, que vinham pelo litoral, pelos navios Ita, de cabotagem (como os maranhenses, cearenses, pernambucanos, alagoanos), enquanto ele veio pelo sertão, via Belo Horizonte, onde se formou em Direito e se iniciou no jornalismo; sua condição de procurador do DNER, que exerceu no seu período de maior sucesso como repórter político.

Sua carreira, aprendizagem e ascensão ao posto de nº 1 do jornalismo brasileiro, que ocupou por longo tempo, cumpriu estágios penosos, esquecidos nas referências biográficas, que privilegiam seu período de celebridade. Foi a seqüência de redações, patrões e companheiros, de um lado, e de protagonistas e fontes da crônica política, do outro, que lhe permitiram firmar uma das mais lúcidas e honestas visões da condição profissional do jornalista. Nenhum regime, nem a censura, cujos limites chegava a explorar temerariamente, com astúcia e inteligência, nem os insultos (como o de Carlos Lacerda, acusando-o de liderar um “sindicato da mentira” e depois se penitenciando e editando seus livros); nem a violência, da prisão às ameaças da família Figueiredo (de que se livrou graças à intermediação

oportuna do general Octávio Costa); nem a dor pela morte do Rodrigo e as infelicidades de Pedro, filhos tão amados – nada conseguiu perturbá-lo, corrompê-lo ou impedir, como aconteceu durante a ditadura de 1964-1985, que combatesse pela causa com que confundiu sua vida: a liberdade de informação. Ou, se preferirem, a verdade histórica, de que “A renúncia de Jânio” é, mais que um depoimento, singelo exercício prático.

Quando cheguei ao Palácio do Planalto na manhã de 25 de agosto de 1961, seriam dez, dez e meia. Estivera até quase o amanhecer no apartamento de Pedroso Horta e de lá seguira com José Aparecido¹ para seu quarto de hotel. Pelas sete horas, o telefone o chamara, vestira-se às pressas e saíra. Bem mais tarde levantei-me, passei por meu apartamento, tomei banho, barbeei-me e troquei de roupa.

Era uma manhã fresca e tranqüila.

No terceiro andar do Palácio, um funcionário chamou-me a um canto e disse algo que ocorria. Aparecido ordenara-lhe retirar documentos importantes e arrumar toda a papelada.

Havia pouca gente. Mandeí um auxiliar empacotar meus papéis e levá-los para minha casa.

1 Oscar Pedroso Horta, advogado paulista, ministro da Justiça no governo Jânio Quadros. José Aparecido de Oliveira, secretário particular do presidente da República.

Um oficial de gabinete, excitado, mostrou-me o recorte que retirara de seus arquivos: um astrólogo previa que, a 25 de agosto, o governo cairia para se reerguer logo adiante.

Pouco depois, chegou Aparecido. – O presidente renunciou, disse-me em voz baixa. – Já está voando para São Paulo.

Trancamo-nos no seu gabinete. Contou-me o que vira e o que soubera. Deveríamos preparar uma nota, a qual fugiria ao estilo oficial: já não seria uma nota de governo. Fui anotando, quase nas suas palavras, a exposição que repetiu, agora ordenada, omitindo um ou outro pormenor. Datilografei o comunicado, rapidamente. Aparecido leu-o por telefone a Quintanilha Ribeiro, que o aprovou. Depois chamou o general Pedro Geraldo², que ouviu a leitura e comentou: é isso mesmo. O general pensou um pouco e observou: não é bom falar no que houve lá em cima? perguntou. Não, disse Aparecido. Mais tarde soube que aludia à reunião de Pedroso Horta com os ministros militares no gabinete de Pedro Geraldo.

O que soube naquele momento (talvez narrativas posteriores tenham acrescentado à versão primitiva algum dado) foi o seguinte:

O presidente, pelas cinco da manhã, telefonara mais uma vez a Quintanilha (desde que ouvira pelo rádio a denúncia de Lacerda³, tocara o telefone várias vezes

2 Francisco Quintanilha Ribeiro, chefe da Casa Civil da Presidência da República. General Pedro Geraldo, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

3 Carlos (Frederico Werneck) Lacerda, governador do então Estado da Guanabara, cidade-estado (Rio de Janeiro), que fora a Capital Federal até a inauguração de Brasília.

para o chefe da Casa Civil) e disse que havia tomado uma decisão. Pediu que convocasse o general Pedro e seguissem para o Palácio. Aí conheceram ambos a decisão: o presidente renunciava. O general tentou discuti-la. O presidente declarou-a definitiva. Não iria sequer à solenidade militar do Dia do Soldado, que se realizaria naquela manhã. Seus dois chefes de gabinete convenceram-no do contrário: a renúncia não era conhecida, o presidente não se sentia agravado pelo Exército, não havia por que antecipar o impacto. Jânio concordou. Foi à parada. Com a mão no peito, solene, como se nada estivesse acontecendo, assistiu ao desfile da tropa. Só Quintanilha tinha os olhos úmidos.

Jânio voltou no carro presidencial com o general Pedro Geraldo. Pedroso Horta, que de nada sabia ainda, Quintanilha e Aparecido, que chegara há pouco, foram noutro carro.

No gabinete do presidente, reunidos os cinco, Jânio disse-lhes que não havia outra solução: não governaria com sua autoridade alcançada.

Chamei-os para dizer-lhes – foram estas as palavras ditadas a mim por Aparecido – que renunciarei agora à Presidência. Não sei assim exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito o tenha. Não exercerei a Presidência com a autoridade alcançada perante o mundo nem ficarei no governo discutido na confiança, no respeito, na dignidade indispensáveis ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem, como eu, solenes e grandes deveres de mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. É a esta que devo atender e respeitar. Ela me diz que a

melhor fórmula que tenho, agora, para servir ao povo e à Pátria, é a renúncia.

Pedroso Horta esboçou uma objeção, mas quase que a disse só a Quintanilha. Jânio determinou-lhe que convocasse os ministros militares e fizesse a comunicação oficial. Iria agora redigir o documento de renúncia. Sua intenção era convocar Mazzilli⁴ e passar-lhe a Presidência. Horta observou-lhe que, se não pretendia ouvir apelos e criar constrangimentos, o melhor seria viajar primeiro e comunicar depois a decisão ao Congresso Nacional. O Congresso que empossasse o substituto. O presidente concordou.

Retiraram-se os quatro. Pouco depois, chegavam ao gabinete militar os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Horta transmitiu-lhes o que ouvira de Jânio e disse da inutilidade de qualquer ponderação ou apelo. Os militares não se conformaram: queriam estar com o presidente. Horta ou Quintanilha, um deles, desceu ao terceiro andar e, pouco depois, o presidente recebeu o marechal Denis, o almirante Heck e o brigadeiro Grum Moss⁵, presentes também o general Pedro Geraldo, Quintanilha, Horta e Aparecido.

Repetiu-lhes, mais sucintamente, o que dissera aos seus secretários e ao ministro da Justiça.

– Presidente, não faça isso – disse emocionado o brigadeiro Moss. E o almirante Heck, aflito: – Esse é o maior golpe que sofro na minha vida. O marechal Denis,

4 Ranieri Mazzilli, deputado federal por São Paulo, da bancada do Partido Social Democrático, era Presidente da Câmara dos Deputados.

5 Marechal Odylio Denis, ministro da Guerra. Almirante Sylvio Heck, ministro da Marinha. Brigadeiro Grum Moss, ministro da Aeronáutica.

controlado, objetivo, fez um apelo mais explícito: não faltava ao presidente o apoio das forças armadas, que ali estavam na pessoa de seus chefes, para prestigiá-lo e obedecer a suas ordens. Entendia as dificuldades, mas o presidente devia saber que esse moço (referia-se a Lacerda) é assim mesmo. O marechal pediu ao presidente que ordenasse as providências a tomar, que seriam tomadas: intervenção na Guanabara, fechamento do Congresso... Moss disse que o governo da República não poderia passar às mãos de João Goulart⁶.

Jânio interrompeu-os.

– Meus amigos, poupemo-nos esses constrangimentos, quando nada em homenagem ao meu gesto. Minha decisão é definitiva.

Os ministros silenciaram. O presidente agradeceu-lhes a colaboração e a lealdade. Sobre a mesa, um papel no qual Jânio escrevera já umas dez linhas. Era a carta de renúncia.

A curta comunicação ao Congresso, escrita posteriormente, e a carta seriam entregues a Horta para levá-las ao Senado, depois que o presidente chegasse a São Paulo.

Em seguida, Jânio retirou-se. Ao passar pela ante-sala acenou com a mão para os espantados oficiais de gabinete, ali reunidos.

– Perdoem-me, meus amigos, perdoem-me – ia dizendo e andando no seu passo largo e rápido até entrar no elevador. Seguiam-no o general e Aparecido.

6 João Belchior Marques Goulart, então vice-presidente da República, naquele momento em viagem oficial à China.

Com ambos dirigiu-se ao Palácio da Alvorada. Dona Eloá⁷, de malas prontas, esperava-o. Manhãzinha, antes de sair, o presidente determinara as providências para deixar de vez a residência oficial.

No centro da emoção do presidente estava obviamente a pessoa de Carlos Lacerda. Tenho pena desse homem, disse a Aparecido. E pondo, num gesto, uma mão sobre a outra, acrescentou: Não consegue pôr tijolo sobre tijolo. Lembrou que o recebera há poucos dias, por interferência de dona Eloá, a quem o governador da Guanabara procurara em lágrimas, na aflição de um pai que vê o filho em dificuldades. – Conte, Eloá, conte ao Aparecido como foi que o Lacerda se dirigiu a você, lá no Rio, há menos de uma semana. Dona Eloá rememorou rapidamente o episódio. O presidente recomeçou: – Quando ele estava a caminho de Brasília, era já outro homem. Espalhara que vinha a meu chamado para resolver questões políticas. – Você sabe, Aparecido, você até me telefonou. E depois de uma pausa: – Que destino o desse homem, terrível.

No automóvel, a caminho do aeroporto, atentou para o silêncio do seu secretário particular. – Você não está convencido do meu gesto, disse-lhe.

– Realmente, não estou. Não sei se foi a melhor solução, respondeu-lhe Aparecido.

– Fique certo de que não há outra. Pensei muito. Se continuássemos no governo, eu não seria mais eu, você não poderia ser você, nem o general Pedro seria o mesmo. A solução é a renúncia. Com o tempo, você concordará comigo.

7 Eloá Quadros, esposa do Presidente.

José Aparecido, Jânio e Castello em entrevista à imprensa estrangeira.

O presidente e dona Eloá viajariam sozinhos. O chefe da Casa Militar e o secretário particular ficariam para as providências finais. No Alvorada e no percurso para o aeroporto, nem sempre Jânio dominava a tensão interior. Algumas vezes, as lágrimas lhe vieram aos olhos.

O presidente não pensara aonde ir, chegando a São Paulo. Dona Eloá lembrou-lhe que a casa deles estava alugada. Deveriam bater à porta de algum amigo. O general comunicou que era ainda o responsável pela segurança pessoal do presidente e não permitiria que ele deixasse a Base Aérea de Cumbica até que a situação se esclarecesse e fossem conhecidas as repercussões. O presidente concordou: sua presença na casa de um amigo poderia criar constrangimentos. Ninguém sabia o que iria se passar.

A despedida foi rápida. O presidente lançou um último olhar sobre Brasília.

– Cidade amaldiçoada, disse, espero nunca mais vê-la.

Quintanilha, no Planalto, lhe havia perguntado se a repulsa a Brasília não estaria na base de sua atitude.

– Uns dez por cento, se tanto, respondeu.

Jânio abraçou o general e Aparecido e entrou no avião, com a esposa.

Antes de fechar-se a porta, desceu de um carro, afobado, o ajudante-de-ordens do presidente, major Amaran-
te⁸. – O senhor não pode embarcar, advertiu-lhe o general.

– Desculpe, general, mas vou com o presidente, respondeu. Antes que houvesse tempo de qualquer providência, o major estava dentro do avião. Por baixo da farda, vestira ele a faixa presidencial.

Jânio, em seu gabinete, sob o retrato de Lincoln, sua admiração.

8 Major Chaves Amaran-
te.

A notícia da renúncia não me emocionou. A intimidade com a vida política deu-me cedo a sensação de que o cálculo inspira aí geralmente as decisões, mesmo as mais nervosas. E o clima em que decorria o governo preparara-me interiormente para episódios decisivos e dramáticos. Jânio era, no governo, um homem tenso e dramático, cobrindo com paixão as etapas do seu próprio conhecimento do poder.

Tanto ouvira falar em renúncia nos últimos dias, não na de Jânio, mas na de Carlos Lacerda, que ameaçava traumatizar o governo federal e o país com sua demissão, que entendi a do presidente como um desafio extremo, que não teria por conseqüência o fim do seu governo, mas a afirmação final de sua política contra a oposição de Lacerda.

– Não sei, disse-me Aparecido. – Isso me parece definitivo.

Às 15 horas, no mesmo momento em que Pedroso Horta entregava a carta de renúncia ao presidente do Congresso, li para os repórteres do Planalto a carta de Jânio Quadros.

Evacuamos o Palácio imediatamente. Às quatro da tarde, tomávamos o avião para São Paulo: Quintanilha, Horta, Aparecido, o presidente do Banco do Brasil⁹ e outros auxiliares de Jânio.

Pelo rádio do avião, soubemos que Mazzilli fora empossado. Só então percebi que a situação mudara.

Algumas cadeiras atrás da minha, sentava-se Pedroso Horta. Passáramos a noite anterior, até alta madrugada, na sua casa. Aparecido convencia-o a responder a Lacerda numa declaração enérgica. Horta hesitava, mas concordou em redigi-la. Fiz o primeiro esboço da nota, o ministro alterou-o. Abandonou-o. Escreveu outro, discutido pelos presentes. Na porta do edifício, acumulavam-se alguns repórteres impacientes. Chegou a notícia de que havia uma reunião extraordinária na Câmara. O ministro preocupou-se. Tentou comunicar-se por telefone com os líderes. Não conseguiu. Aparecido telefonou ao deputado Seixas Dória¹⁰ e pediu-lhe que fosse à Câmara, informar-se do que ocorria.

Era já tarde, talvez uma e meia, talvez duas horas da manhã, quando Horta autorizou a divulgar a nota.

9 João Batista Leopoldo Figueiredo, de São Paulo, era o presidente do Banco do Brasil.

10 João Seixas Dória, deputado pela UDN de Sergipe, governador eleito daquele estado em 1962 e cassado em 1964, ficou preso em Fernando de Noronha, em companhia do governador também cassado de Pernambuco, Miguel Arraes.

Transmiti-a por telefone para os jornais do Rio e de São Paulo.

A certa altura, apareceu Seixas Dória, com informações imprecisas. A Câmara convocaria o ministro da Justiça para que se explicasse no dia seguinte sobre a denúncia de Lacerda.

Horta, durante toda a noite, falara pouco. Era eu testemunha quase diária do seu debate permanente com Aparecido. Os dois disputavam sobre a orientação e a execução da política geral do governo, sobre cada ato praticado ou a praticar.

Horta compusera o Ministério na base dos políticos com os quais havia ostensivamente feito a campanha. Mais do que isso, com os grupos a que, por escolha ou por afinidade, se achegara. A UDN lacerdista, principalmente. Aparecido estava excluído do seu esquema, no qual não havia lugar para a corrente Magalhães Pinto¹¹. Sua primeira derrota fora a nomeação de Aparecido, por decisão exclusiva de Jânio, para secretário particular.

11 Jornalista, José Aparecido de Oliveira iniciou-se na política no final da ditadura Vargas, integrando a Resistência Democrática em Belo Horizonte, sob a liderança de Virgílio de Melo Franco. Chegou à política nacional como conselheiro político de José de Magalhães Pinto, quando este, após herdar a liderança do grupo de Virgílio de Melo Franco, elegeu-se deputado federal e assumiu a Presidência da União Democrática Nacional (UDN), o partido que se formara em 1945 em oposição a Getúlio Vargas e que disputara (e perdera) a eleição presidencial, tendo como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes. Posteriormente, José Aparecido elegeu-se deputado federal por Minas, em 62, foi cassado em 64 e voltou como ministro da Cultura no governo Sarney, sendo depois, sucessivamente, governador do Distrito Federal, ministro do Exterior e embaixador em Portugal.

Quando Horta, nas vésperas da posse, me perguntou o que achava do Ministério, respondi-lhe que me parecia excessivamente conservador para executar o programa revolucionário anunciado pelo presidente. – Mas é a melhor tática, retrucou ele, um Ministério conservador para executar uma política revolucionária.

Poucos dias antes da renúncia, Lacerda estivera em Brasília. Recebido no aeroporto pelo general Pedro Geraldo, fora levado ao Palácio da Alvorada, onde desceram sua mala e o encaminharam a um dos apartamentos. O general entendera que o governador seria hóspede do presidente, com quem deveria viajar, ao amanhecer, para o Espírito Santo.

Jânio recebeu imediatamente Lacerda, mas não o esperara para jantar. Comera sanduíches e mandou que servissem alguma coisa ao visitante. A conversa foi rápida, Jânio dirigiu-se ao telefone em dado momento. Dentro de alguns minutos, repetiu o telefonema. Recomendou ao governador que conversasse com o ministro da Justiça e equacionasse soluções para os problemas que lhe apresentava, inclusive seu problema particular, da *Tribuna da Imprensa*. O presidente não via gravidade maior na situação do jornal e estava certo de que, com a ajuda de amigos, se atenderia a aflição momentânea.

Os telefonemas do presidente haviam sido para o ministro. Jânio impacientava-se, pois alguma coisa ocorrera entre o convite ao governador e sua chegada a Brasília. Pretendia o presidente que Horta arredasse Lacerda do Palácio e, mais, que o impedisse de viajar no dia seguinte no avião presidencial.

Lacerda parecia não compreender o que se passava. Foi à casa de Horta, para uma conversa difícil, que não pretendia ter. O que ele queria era ficar no Palácio e conversar com o presidente. Logo ao entrar no apartamento do ministro, surpreendeu-se com a presença ali de San Tiago Dantas¹², em colóquio com Aparecido. Levando-o para outro cômodo, ministro e governador conversaram por algum tempo. Ao retirar-se, Horta, como quem reitera, lembrou-lhe que não deveria viajar para Vitória com o presidente. Em Brasília, resolveriam os assuntos pendentes. No dia seguinte, no Rio, para onde Jânio iria, teria oportunidade de conversar com ele as soluções já delineadas.

Lacerda despediu-se. Faltava a Horta executar a segunda ordem do presidente: impedir que o governador continuasse hospedado no Palácio. Que fazer? Aparecido sugeriu-lhe: telefone para o João Hermínio¹³ e mande ele esperar o Carlos na porta, com a mala na mão. Já que ele não vai viajar cedo com o presidente, entenderá que não tem por que dormir no Palácio. A sugestão foi aceita e executada com rapidez.

Alguns minutos depois, Lacerda chamava Horta ao telefone. Dizia-se vítima de uma molecagem e não admitia que o desrespeitassem ou levassem ao ridículo. O governador, hóspede do presidente, fora inexplicavelmente despejado do Palácio. O ministro tentou explicar: fora ele quem mandara descer a mala, pois o governador

12 Francisco Clementino San Tiago Dantas, destacado advogado e intelectual, deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, posteriormente ministro da Fazenda no governo João Goulart.

13 João Hermínio, mordomo do Palácio da Alvorada e velho servidor de Jânio Quadros.

não iria mais viajar com o presidente. Irado, Lacerda repeliu-o.

San Tiago percebeu logo a importância do episódio. Observou a Aparecido: – Esse caso da mala é o batom no cigarro.

Horta pediu-me que o levasse ao Hotel Nacional, recomendando-me que não entrasse ali.

– O Lacerda, disse, acha que você e o Aparecido é que armaram esse negócio da mala para levá-lo ao ridículo pelos jornais.

Teve dificuldades em ser recebido, chegando a ser destrutado por um oficial de gabinete do governador. O auxiliar de Lacerda apresentou-se nu, dizendo que o governador já se recolhera.

– Vista-se, ordenou Horta, e chame o governador. Diga-lhe que é o ministro da Justiça.

A conversa foi longa e certamente difícil, pois Horta deixou o hotel, alta madrugada, arrasado. – Ele diz que renuncia, explicou. – Vai para o Rio amanhã cedo e renuncia. É um escândalo.

Despedimo-nos de Horta ao amanhecer. Aparecido, de fogos acesos, especulava sobre o incidente nas relações políticas tão estreitas do ministro com o governador, evidentemente aliados no esforço comum para conter os avanços de Jânio na política externa como na interna. Lembro-me de ter dito: – Renunciar ele não renuncia. Esse episódio da mala é ridículo, e esse homem não vai deixar o governo coberto de ridículo.

Aparecido inclinava-se a crer em farsa, com a participação de Horta, num complô para conter Jânio. – Estou com vontade de provocar hoje a demissão do

Horta, disse. Sabendo que, se Aparecido quisesse, isso poderia acontecer, procurei contê-lo: – Talvez seja ainda cedo, respondi. Dias antes, Aparecido e Castro Neves¹⁴ haviam examinado exaustivamente a hipótese de uma conspiração direitista dentro do governo e a necessidade de golpeá-la antes que fosse tarde. De minha parte, via nisso especulação excitada, de quem está numa luta e dá realidade às próprias apreensões, tantas vezes fantasistas.

Antes de embarcar, às sete horas da manhã, Lacerda telefonou a Adauto Cardoso¹⁵ comunicando-lhe a decisão de renunciar ao governo. Só algumas horas depois abandonaria a idéia para fixar-se na tática da denúncia e da guerra aberta, que foi num crescendo de artigo de jornal até a fatídica fala na televisão.

O telefonema de Aparecido ao presidente, momentos antes do desembarque de Lacerda, cerca das oito horas da noite, alertando Jânio sobre uma possível manobra política do governador, estará talvez na raiz do caso da mala. O repórter de *O Globo* furara o segredo da viagem de Lacerda a Brasília. Procurou Aparecido e pediu pormenores. – Quem lhe disse? – perguntou. – Foi o Roberto Marinho, que levou o Carlos ao aeroporto. Ele disse que vinha a chamado do presidente. O secretário particular chamou Jânio ao telefone e avisou-lhe que a visita adquiriria outro aspecto: Lacerda comunicara o fato a jornalistas, dizendo-se convidado, quando a iniciativa era dele e a reserva no encontro fora por ele solicitada.

14 Francisco de Castro Neves, advogado trabalhista, ministro do Trabalho de Jânio.

15 Adauto Lúcio Cardoso, então líder da UDN na Câmara dos Deputados, da qual foi posteriormente presidente e da qual saiu para ser ministro do Supremo Tribunal Federal.

No avião, a caminho de São Paulo, perguntei a João Hermínio, mordomo do presidente, o que se passara no Palácio com o governador da Guanabara, uma semana antes. – O governador desceu, disse ele, e o general mandou que o levássemos com a mala para um apartamento. Lacerda desarrumou rapidamente a bagagem, pôs a escova, a pasta de dentes e outros objetos no banheiro, arrumou-se e desceu. Mais tarde, o ministro Horta me telefonou, mandou descer a mala e entregá-la embaixo ao governador. – E Lacerda surpreendeu-se? – Ele ficou com a cara esquisita, olhou-me com olhar vago e disse: – Não tem importância, vou para o hotel.

Sentei-me, em seguida, ao lado de Horta. Alguns dias antes, dissera-me ele que Lacerda não compreendia por que eu o hostilizava. – O Aparecido, ele entende, você não. Respondi-lhe que não hostilizava nem o governador nem ninguém, mas que, no caso de Lacerda, não seria por falta de motivo. Atacava-me várias vezes, a mim e a meus companheiros de reportagem política, indo até ao insulto. Horta preocupava-se em ajustar Lacerda ao governo federal, quebrando arestas. As coisas não se passavam como desejava, apesar do esquema montado. Algo pegava. Jânio disparara noutra direção, à revelia de alguns ministros e com riscos que preocupavam o ministro da Justiça. Precisava ajustar as peças. Aparecido, incentivando o presidente, era um obstáculo. Não tendo sido possível eliminá-lo de começo, era necessário contorná-lo ou controlá-lo. Na reunião dos governadores, na Guanabara, no fim de julho, Lacerda fez, ele próprio, um esforço: procurou pessoalmente Aparecido, levou-o a almoçar com seus secretários, no

Guanabara¹⁶. Mas a coisa não teve seguimento. A divergência, senão a oposição de objetivos, tornava insanáveis as dificuldades entre ambos.

Perguntei a Pedroso Horta se ele já podia dar por concluído seu curso de Carlos Lacerda.

Aparecido, Jânio e Quintanilha Ribeiro.

– Você pode gozar, respondeu. Estava em dúvida se deveria falar; ou não, ao chegar a São Paulo. Alguma coisa o engasgava. – Até onde foram suas conversas com o Carlos?, arrisquei. – Não houve nada que não pudesse ser dito e repetido, respondeu. E com força: – Se alguma coisa de grave foi dito, ele é que o disse. Eu falava um e ele dizia cem. Foi uma conversa sobre dificuldades de governo, sobre entraves ao exercício da vida pública. Examinamos a possibilidade de reformas na Constituição.

16 Palácio Guanabara, sede administrativa do governo estadual.

Quem neste país não é favorável a reformas na Constituição? O próprio governo, no tempo do Nereu, designou uma comissão de juristas e políticos para estudo dos pontos a reformar. Então, isso é conspirar? Esse homem é um louco.

Horta estendeu-se. Súbita eloquência quebrava-lhe a contenção de tantos dias. Não guardei suas palavras e não consigo reconstituir os pormenores. Lembro-me apenas de que articulava uma explicação razoável, resposta convincente às acusações de Lacerda. Pareceu-me que teriam efeito, ditas na televisão.

Ele de fato as disse algumas horas depois, numa cadeia de tevês em São Paulo. A repercussão foi desastrosa. Seu episódio com Lacerda envelhecera rapidamente. O povo esperava uma explicação da renúncia, não uma defesa de Horta.

No aeroporto de Congonhas, fui ao telefone solicitar horário nas televisões para o ministro de Jânio. Encontrei na cabine Francisco Julião¹⁷. Vinha do sul e parecia assustado. Procurava pôr-se ao abrigo.

17 Francisco Julião, deputado federal por Pernambuco, líder das Ligas Camponesas.

.....

III

Naquela noite, acompanhei Castro Neves e Aparecido a algumas reuniões em São Paulo. Eram intelectuais e políticos de esquerda, excitados com o acontecimento, desejosos de ver claro e tomar a iniciativa. O problema evoluía rapidamente: cogitava-se, antes de tudo, de medidas e de apoios capazes de assegurar a posse de João Goulart. Jânio voava para o ostracismo. A oposição dos chefes militares ao vice-presidente armava outro tipo de luta, atual, vivo, imperativo.

Na manhã seguinte, reunimo-nos na casa de Quintanilha e fomos à Base Aérea de Cumbica visitar o presidente. Identificados os visitantes e consultado Jânio, deram-nos acesso à casa do comandante, que o hospedava. À porta, o ajudante-de-ordens, major Amarante, exibia sua fidelidade compungida, em mesuras graves, de quem recebe pêsames.

O presidente estava emocionado, mas afável, cordial. Agradeceu a Aparecido e a mim a nota nos jornais,

o comunicado final. – Vocês prestaram um excelente serviço, disse.

Não lhe fizemos perguntas. É claro, porém, que ele sentia necessidade de falar. – Entrei neste mês de agosto, disse ele, apreensivo, com o coração apertado. Algo por dentro dizia-me que as coisas não iriam bem. Se me perguntam, não sei dizer por quê. Talvez a morte de Getúlio¹⁸, a lembrança da morte de Getúlio, ocorrida neste mês fatídico, dava-me pressentimentos.

Falou de Carlos Lacerda: – Não lhe guardo ódio, tenho pena dele. Não constrói nada. Repetiu o gesto e a frase da véspera: – Não consegue pôr tijolo sobre tijolo. É uma vocação para o mal, como se mil pequeninos demônios vivessem em luta dentro de sua cabeça. Que destino terrível!

Castro Neves interrompeu a conversa. Chamou Jânio a um canto da sala, não tão longe nem falando tão baixo que não o pudéssemos ouvir. Queria instruções. Sindicatos no Rio, no Estado do Rio e em Santos aguardavam ordem para tentar uma greve. Embora surpreendidos, alguma coisa poderiam fazer. – Não senhor, respondeu-lhe o presidente, não devemos tomar qualquer iniciativa. Não dê palavra alguma. Não quero assumir a responsabilidade de incendiar o país.

18 Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho, chefe político e militar da Revolução de 30. Foi presidente da República ditador até 34, depois presidente sob regime constitucional até 37, ano em que proclamou a ditadura do “Estado Novo”. Durante esta, reprimiu brutalmente a oposição, mas promoveu a industrialização do país, com destaque para a construção da Usina de Volta Redonda, e implantou a legislação trabalhista até hoje vigente. Deposto pelos militares em 45, voltou à Presidência eleito pelo voto popular em 1950, para criar a Petrobrás, a Eletrobrás e a Lei de controle da remessa de lucros para o exterior, até ser deposto novamente pelos militares em 24 de agosto de 1954, data em que se suicidou.

Voltando à roda, Jânio, percebendo que ouviríamos, acrescentou: – Não farei nada por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. O Brasil, no momento, precisa de três coisas. E, enumerando com os dedos, no gesto que a televisão tornara tão conhecido: – Autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos. Pode ser que o processo demore mais do que o previsível, um ano, até dois. Mas é inevitável. Depois de uma pausa: – Se tal não ocorrer, a renúncia se completa em si mesma. Pelo menos legarei o gesto. Num país em que ninguém renuncia, eu renunciei a quatro anos e meio de Presidência da República.

A conversa mudou de rumo. Informações sobre atitudes de um ou de outro companheiro. Especulações. Disse ao presidente que ouvira no rádio a notícia de que Raimundo Sousa Dantas¹⁹ pedira demissão da Embaixada, solidário com a renúncia. Os olhos de Jânio se encheram de lágrimas. Chamou Quintanilha à parte e pediu-lhe que solicitasse a Ermírio de Moraes²⁰ que amparasse Raimundo, que sabia pobre.

Informou que viajaria no dia seguinte para a Europa, mesmo porque não teria onde morar, por enquanto, em São Paulo.

19 Raimundo de Sousa Dantas, jornalista, primeiro negro a ser assessor de presidente da República, nomeado por Jânio embaixador do Brasil em Gana, cargo que exerceu já no governo seguinte, de João Goulart.

20 José Ermírio de Moraes, senador pelo PTB de Pernambuco e empresário, fundador do grupo Votorantin.

O telefone chamou-me. Subi ao primeiro andar. Era uma ligação interurbana, de Porto Alegre. Do outro lado, o governador Leonel Brizola²¹ perguntava-me ansioso o que estava se passando. – O presidente está bem? Está sofrendo algum constrangimento? Há garantias? Explique-me o que aconteceu! Está tudo bem?

Que poderia eu responder? Está tudo bem, o presidente não sofre qualquer restrição ou constrangimento. Segue amanhã para a Europa. O diálogo não tinha como prosseguir.

– Diga a ele, encerrou Brizola, que estou às suas ordens. Se quiser, se julgar conveniente, venha para o Rio Grande. Aqui estamos com ele.

Dei o recado a Jânio, que ouviu em silêncio.

Alguns instantes depois, preparamo-nos para sair. O presidente também deixaria Cumbica.

Na porta, o major Amarante informou-me que o presidente lhe ordenara devolver a faixa presidencial. Iria entregá-la ao comandante do II Exército²².

São Paulo estava nublada. Chuviscava. Jânio, dirigindo-se a um DKW²³, abriu um cortejo de quatro ou cinco carros, logo acrescido pelas viaturas de reportagem. A certa altura, na cidade, desviou-se de rota. Seguiu pela estrada de Santos.

21 Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, era cunhado do vice-presidente João Goulart.

22 O comandante do II Exército, baseado em São Paulo, na época, era o general Costa e Silva, que depois viria a ser ministro da Guerra e presidente da República, após o golpe militar de 64.

23 Marca de carro popular, dos primeiros fabricados no Brasil durante o governo JK.

.....

IV

Deixei São Paulo com a sensação de que algo estava errado em tudo aquilo. Teria o presidente o direito de lançar o país naquela frustração e naquele pânico?

Partira do governador Brizola, ao que eu saiba, a primeira advertência a Jânio de que a política do seu governo não encontraria apoio no sistema em que se baseava. Sobretudo no sistema militar.

Brizola parecia gratamente surpreendido com a orientação de Jânio e com as providências administrativas tomadas na Conferência de governadores em Florianópolis. Desaparecera como por encanto a hostilidade da campanha, toda e qualquer desconfiança, a prevenção que levara Brizola, meses antes, a pregar uma intervenção militar para impedir as eleições, a vitória e a posse de Jânio, que considerava inevitáveis e terríveis. Em Porto Alegre, no inverno anterior, na companhia de Pompeu de Sousa e Autran Dourado²⁴, auxiliar de Juscelino, eu ouvira Brizola justificar a revolução contra a eleição.

24 Roberto Pompeu de Sousa Brasil, jornalista, diretor do *Diário Carioca*, onde trabalhou o autor. Waldomiro Autran Dourado, escritor, tabelião nomeado por Juscelino Kubitschek, de quem fora assessor da Presidência e *ghost writer* de discursos presidenciais.

Agora, comparava Jânio e Juscelino e se rejubilava pela seriedade com que o primeiro tratava os problemas e lembrava suas decepções com o segundo. Juscelino, me disse ele num primeiro encontro no Hotel Nacional²⁵, que se repetiria todas as vezes que vinha a Brasília conferenciar com o presidente, era um atochador; Jânio um homem de governo. Já nesse primeiro encontro, Brizola sondava-me sobre o que eu sabia das disposições do presidente, da sua firmeza em prosseguir no caminho escolhido. Achava que, para fazer o que ele estava fazendo, deveria alterar gradativamente seu esquema militar. Essa gente que o cerca e o acompanha não vai longe no apoio: forçam Jânio a mudar ou o derrubam.

Descrevi essa conversa, como faria depois com as seguintes, num memorando que passei às mãos do presidente.

Alguns dias depois, acompanhei Jânio a Uruguaiana, para o encontro com Frondizi²⁶. Brizola incorporou-se à comitiva presidencial. Procurava meios e modos de uma conversa franca, em que expusesse suas dúvidas ao presidente. A comitiva e o programa oficial não lhe deram ensejo. Na volta, encontramos-nos no aeroporto de Porto Alegre. Brizola levou-me até o avião e pediu-me expressamente que transmitisse conselho seu ao presidente: começar logo as alterações no esquema militar. Sabia o que estava dizendo e não havia tempo a perder. Apontava ao presidente dois nomes, dois comandantes que deveriam ser chamados imediatamente: o general

25 Hotel Nacional, o segundo hotel de luxo construído em Brasília.

26 Arturo Frondizi, presidente da Argentina.

Osvino Alves e o general Amauri Krue²⁷. Osvino, explicou, está identificado ideologicamente com a política. Krue não era homem de posições políticas, mas um militar de lealdade prussiana. Aceitando a missão, disse, ele a cumprirá até o fim, seja qual for o risco.

No dia seguinte, em Brasília, Jânio leria em memorando a recomendação de Brizola.

João Goulart não tardou em seguir a rota aberta por Brizola. Algumas semanas depois de instalado o governo, Raul Ryff²⁸, secretário do vice-presidente, passou dos telefonemas a Aparecido para a presença discreta no nosso quarto de hotel e logo ostensiva no gabinete do secretário particular do presidente. Tratava-se de conhecimento antigo, posto a serviço do exame de uma situação que interessava a ambos. Por intermédio de Ryff, o vice-presidente experimentava com alguns pedidos ou com algumas reclamações a linha de resistência do governo.

No segundo ou terceiro mês de governo, Jânio convidara Jango²⁹ a acompanhá-lo a Cuiabá, para a reunião de governadores. Havia dificuldades, o vice-presidente, no Rio, não encontrava avião que o trouxesse a Brasília a tempo de viajar com o presidente. Este mandou buscá-lo em avião da FAB. Dada a ordem, algumas horas depois, verificou-se que ela não fora cumprida. Jango continuava no Rio, sem avião. Aparecido foi ao presidente e o pôs a par da situação: a Casa Militar não

27 O general Osvino Ferreira Alves era comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul; o general Amaury Krue foi nomeado por Jânio embaixador na Bolívia e, no governo João Goulart, foi comandante do II Exército.

28 Raul Ryff, jornalista, filiado ao Partido Comunista Brasileiro.

29 Jango: apelido de João Goulart.

obtinha avião da FAB. Jânio chamou o general Pedro Geraldo e determinou que fosse requisitado, imediatamente, ainda que em vôo, qualquer avião, civil ou militar, para transportar o senhor vice-presidente da República. A resistência cessou. Jango, ao amanhecer, compareceu ao aeroporto militar de Brasília para viajar com Jânio. Lembro-me da frieza com que foi recebido por brigadeiros, almirantes, generais e ministros. Aproximou-se de mim e sentamo-nos num sofá à margem dos grupos oficiais, até que o presidente, com uma hora de atraso, desceu do automóvel e carregou Jango pelo braço ao avião. Viajaram a sós na cabine presidencial. Soube depois que nessa ocasião o presidente advertira seu sucessor de que não lhe aproveitaria qualquer agitação ou rebeldia contra o governo.— O poste em que içarem minha cabeça, disse, terá a sua do outro lado.

Uma manhã, Aparecido pediu-me que saísse em sua companhia. Fomos à Granja do Torto³⁰, onde Jango nos esperava.

Houve uma longa conversa na qual o vice-presidente, por meias palavras, repetia as teses de Brizola: como Jânio faz essas coisas, se conta só com a UDN? A UDN não irá deixá-lo na mão? Duvidava da sinceridade do presidente, achava que algo das intenções de Jânio permanecia secreto. Jango fazia restrições ao entusiasmo de Brizola e discretamente insinuava (– Brizola conversou comigo. Ele me disse: comandante...) que nada se faria à esquerda sem o seu consentimento. O próprio

30 Granja do Torto, residência oficial escolhida pelo vice-presidente da República, João Goulart.

Prestes³¹ combinava com ele as coisas a fazer e até o divertia ver o Almino Afonso³² consultá-lo solenemente sobre a conveniência de alguma medida que ele próprio, Jango, já acertara previamente com o chefe comunista. Jango aludia também, sempre obliquamente, ao problema militar: – O general Cordeiro³³ não vai achar ruim? Soube que, outro dia, num avião, disse que iria pôr termo a essa coisa.

A conversa de Jango foi também resumida em memorando e comunicada ao presidente. Algumas semanas depois, voltamos ao Torto, num fim de tarde. A conversa foi mais aberta: Jango insistia em que as coisas não iam bem com o sistema militar do governo. A certa altura, de passagem, aludiu aos inquéritos de Jânio³⁴.

– Meu nome está aparecendo e vou fazer uma carta ao presidente.

A conversa prosseguiu até tarde, estimulada por alguns uísques. Terminamos jantando no Torto. Aparecido via mil intenções e analisava de todos os ângulos a palavra de Jango. Parecia evidente que o PTB aprofundava contatos para apoiar uma política que não parecia importante. Aparecido via, na aproximação, perspectiva de consolidação da linha de governo com a qual se identificava.

31 Luís Carlos Prestes, líder desde 1930 do Partido Comunista Brasileiro.

32 Almino Afonso, deputado do PTB pelo Amazonas (cassado pelo regime militar, em 64, voltou à Câmara eleito por São Paulo, em 94), ligado à esquerda radical, líder da bancada na Câmara.

33 General Osvaldo Cordeiro de Farias, de forte liderança no Exército desde o fim da II guerra, quando ascendera ao generalato.

34 Ao assumir, Jânio Quadros determinara a abertura de numerosos inquéritos destinados a devassar o governo JK, no qual João Goulart, como chefe do PTB, detivera o poder sobre o Ministério do Trabalho e todos os institutos da Previdência Social.

Taticamente, armava-se para um golpe decisivo na influência de Horta e do que ele representava: a aliança de Jânio com o lacerdismo.

Dois dias depois, chegava a carta de Jango. A carta que Jânio devolveu por não estar vazada em termos, e por não corresponder à verdade³⁵. O presidente foi literalmente surpreendido pela reclamação de Jango: os dois relatórios que lhe havíamos entregue, os contatos indiretos e a solicitação de pequenos favores davam-lhe a idéia de que o vice se ajustava ao governo e se preparava para apoiá-lo.

O mal-estar e o gelo foram gradativamente quebrados pela ação pertinaz de Raul Ryff, o qual, sentado horas a fio no gabinete de Aparecido, provocava irritação aos oficiais da Casa Militar e até a ministros de Estado. Muitas vezes acordava eu no quarto do hotel com os cochichos de Ryff e Aparecido. Parece que, nessas conversas em tom menor, surgiu a primeira insinuação relativa à missão de Jango na China.

A mim, quem primeiro falou no assunto foi Brizola. Voltara a Brasília, vencido o constrangimento do incidente da carta, e estivera com o presidente. Desta vez encontrei-o no Brasília Palace³⁶: estava ainda desconfiado não só pela carta como pela ação do governo na greve de

35 O despacho de Jânio aposto à carta de Jango foi: “Devolva-se ao ilustre signatário, por não estar vazado em termos próprios, além de não representar a verdade.”

36 Brasília Palace, o primeiro hotel de Brasília, construído à beira do lago.

estudantes no Recife³⁷. Admitia a hipótese de que Jânio pensava em dar golpe. Embora satisfeito com a ação política e administrativa do presidente, não fugia a especulações. Tranqüilizei-o como pude. Lembrei-lhe a convocação do general Kruel para a Embaixada na Bolívia.

– Não entendi, disse ele, não foi isso o que sugeri. O homem é útil no comando. No comando militar.

A conversa chegou ao caso de Jango:

– Isso é ruim, observou. – Não se poderia pôr uma pedra em cima? Há agora uma oportunidade: Jango está de viagem para fora, vai à China. Quem sabe o presidente poderia lhe atribuir uma missão oficial, qualquer que fosse?

No mesmo dia, Jânio teve informação da conversa, por escrito.

Um dia Brizola telefonou-me de Porto Alegre: solicitou providências administrativas, recomendando-me um de seus assessores que iria procurar-me e pedindo que sugerisse ao presidente a inclusão dele, Brizola, na delegação brasileira à Conferência de Punta del Leste³⁸. Queria ir não apenas para formalidades, mas pretendia, como delegado, ter direito de falar.

Brizola voltou a Brasília na véspera da viagem a Montevideu. Com toda a delegação, foi recebido pelo

37 Greve desencadeada sob aparente inspiração do prefeito de Recife, Miguel Arraes, e que preocupara especialmente José Aparecido, que chegou a mandar observadores para acompanhar os passos de Arraes. O IV Exército, sediado em Recife, envolveu-se na repressão ao movimento, por iniciativa do Ministro da Justiça.

38 A Conferência de Punta del Leste, da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi convocada por iniciativa dos Estados Unidos com a finalidade de excluir Cuba desta organização; o Brasil postou-se contra a proposta, com o apoio de vários outros países, com o que se frustrou a proposição.

presidente. Saiu da sala impressionado: parecera-lhe que a xícara de café tremia nas mãos de Bernardes Filho³⁹ quando o presidente ordenou que, na hipótese de ser rejeitada a colocação dos problemas nos termos propostos pelo Brasil, a delegação abandonasse a conferência.

Não me lembro com segurança se foi essa a derradeira visita de Brizola a Brasília no governo Jânio ou se ele voltou à capital depois da conferência. Sei que, no último encontro que tive com ele, à noite, no Hotel Nacional, o governador tinha alguma coisa de especial a transmitir ao presidente. Jânio iria a Porto Alegre, conforme fora programado, a 26 de agosto. Pois bem, queria que o presidente soubesse que havia o risco de escândalo durante sua permanência no Sul. O governo vinha sendo provocado pelos comandantes militares federais no Estado, o general Machado Lopes e o general Murici⁴⁰. Este último pregaria a formação de verdadeiras milícias para se opor politicamente ao governador, a pretexto de defender a ordem pública e o regime, que ninguém ameaçava. Estavam interferindo na situação interna do Estado, ostensivamente, e o governador não toleraria por mais tempo a provocação. Queriam criar o caso e teriam o caso. E tudo poderia se passar na presença do presidente, em Porto Alegre.

– Basta que eles me provoquem.

Brizola contou que o velhinho – o velhinho era o general Machado Lopes, comandante do Exército – o de-

39 Artur Bernardes Filho, ex-senador, presidente do Partido Republicano e ministro da Indústria e Comércio de Jânio; nessa qualidade, chefe da delegação brasileira à conferência.

40 General Machado Lopes, comandante do III Exército, viria a apoiar Brizola na resistência em favor da posse de João Goulart na Presidência. General Andrade Murici, um dos líderes militares na deposição de Jango em 64.

safiara, dias atrás, por ocasião de um banquete ao embaixador da Suíça. O tema da conversa, se não me engano, era Cuba e o comunismo. Brizola sentiu-se alvejado e reagiu, dizendo o que pensava, a ponto de haver mal-estar geral com o diálogo.

– Eles querem me levar às últimas. Diga ao presidente que não agüento mais tanta provocação.

Para ele, não visavam os militares apenas ao governador, mas também ao presidente, que iria sentir as conseqüências de não ter mudado em tempo o esquema militar. Iria arrepender-se.

O presidente, na manhã seguinte, leu o memorando, uma folha de papel pequena que pouco depois vi nas mãos do general Pedro Geraldo, com um despacho de Jânio.

Já estava em pleno desenvolvimento o episódio Lacerda, a crise final do governo, quando fui procurado num fim de semana no Rio por uma comissão de militares, cinco ou seis. Heráclio Sales⁴¹ me solicitara por telefone que os recebesse. Eram membros da diretoria do Clube Militar. Não lhes perguntei os nomes. Foram direto ao assunto: haviam apoiado Lott⁴² na campanha presidencial, mas solidarizavam-se com a política externa de Jânio. O presidente cometera um erro grave ao confiar-se militarmente a homens hostis à política adotada. A conseqüência era que essa gente conspirava e estava preparada

41 Heráclio Sales, jornalista, na época responsável pela coluna *Coisas da Política* do *Jornal do Brasil*.

42 General Henrique Duffles Batista Teixeira Lott, ministro da Guerra de Café Filho, chefe do golpe que garantiu a posse de JK, ministro da guerra de JK e candidato à sucessão derrotado por Jânio Quadros.

para derrubar o governo. Não se tratava de suposição, mas de fato, e o golpe poderia ocorrer a qualquer momento. Estavam dispostos a tentar a luta, desde que o governo confiasse neles e se dispusesse à adoção de medidas rápidas.

Habitado às advertências de Brizola, considerei as informações fora do plano de urgência em que elas eram colocadas. Segunda-feira, em Brasília, transmiti-as ao Aparecido. Disse-me que deixasse o assunto com ele, pois estava examinando com o presidente outras informações. Pedi-me que conversasse com o governador Aluísio Alves⁴³, ali presente, e reduzisse a itens, por escrito, as revelações que fazia a respeito dos planos de Carlos Lacerda para execução imediata. Aluísio dizia-se convencido de que um episódio extremamente grave se configurava e a intenção era derrubar o governo. Para ele, Lacerda conspirava.

Tenório Cavalcanti⁴⁴, de Caxias, telefonava com insistência para advertir e pediu que credenciassem alguém para ouvi-lo. O presidente, cauteloso, não queria envolver-se, nem direta nem indiretamente, na rede de informações e rumores que se armara em torno do caso Lacerda. Terminou por autorizar Augusto Marzagão⁴⁵, alheio ao gabinete, a receber o dossiê de Tenório.

43 Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, ex-companheiro de Carlos Lacerda na direção da *Tribuna da Imprensa*.

44 Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, chefe político de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, e deputado federal pela UDN, tido por pistoleiro.

45 Augusto Marzagão, ex-assessor pessoal de Jânio Quadros, nomeado para dirigir a representação do Instituto Brasileiro do Café em Milão.

No dia seguinte, Gabriel Passos⁴⁶ procurou apreensivo o secretário particular, a quem transmitiu informações que considerava idôneas: o governo estava ameaçado por uma conspiração direitista que poderia derrubá-lo a qualquer momento.

Anunciado que Lacerda iria à televisão, esperava-se que culminasse sua campanha de artigos e entrevistas denunciando a política externa com um ataque frontal de larga envergadura. Havia informações de que, em São Paulo, insinuara ele que o governo tramava um golpe. Aparecido, já então convencido de que se impunha o presidente, solicitou de Jânio que o autorizasse a viajar para o Rio e antecipar-se a Lacerda e à denúncia, na televisão: iria furar o tumor, denunciando a conspiração de Lacerda e de grupos da direita contra o governo. Caberia a Jânio, no dia seguinte, demiti-lo, mas a trama do inimigo estaria liquidada. Horta resistiu quanto pôde, alarmado. Trancou-se uma tarde toda com o secretário particular, no gabinete deste, apontando os riscos da operação e sua inutilidade. Com o volume crescente das informações e a pressão de Aparecido, Jânio terminou por autorizá-lo a viajar. Mas o fez tardia e impropriamente. Eram seis horas da tarde de quarta-feira, 23 de agosto, quando sua voz explodiu pelo telespeaker na sala de Aparecido: – Pode seguir para o Rio. Converse antes com o Horta e receba as instruções do ministro da Justiça.

A ordem tão espetacularmente levada ao conhecimento dos repórteres não poderia mais ser cumprida: se

46 Gabriel Passos, deputado federal por Minas, da UDN, nacionalista, candidato derrotado ao governo do estado, na eleição em que saiu vitorioso seu conchunhado e adversário JK, em 1950.

não pelo atraso da decisão, pelo menos por ter ficado evidente que o secretário particular iria ao Rio em missão do presidente.

No dia seguinte, restritas as apresentações no Palácio a um pequeno grupo, havia nervosismo no entanto nos meios políticos e nos jornais. Desde cedo, João Calmon⁴⁷ telefonava-me do Rio para saber se havia alguma restrição à presença do governador Lacerda na televisão. Respondi-lhe que não tinha instruções a respeito, mas pedi-lhe que voltasse a telefonar. Levei o assunto ao ministro da Justiça, a quem encontrei logo depois no gabinete de Aparecido. – Não nos cabe, disse Horta, impedir que o governador da Guanabara fale na televisão. E depois de uma pausa: – Se possível, não diga nada, não responda nada.

Deixei de atender a novas chamadas de Calmon. Quando mais tarde, porém, não pude escapar a um de seus auxiliares, disse-lhe que o governo nada tinha a dizer a respeito do assunto. O jornalista ficou perplexo, como que achando que tal coisa talvez significasse que o governo não queria Lacerda na televisão e que poderia ir até mesmo a represálias se a fala não fosse evitada.

47 João Calmon, diretor dos “Diários Associados”, e deputado pelo Espírito Santo.

Pouco depois de uma hora da tarde do dia 25 de agosto, fui ao apartamento de Horta, na Superquadra 206, onde Aparecido me levava tantas vezes a almoçar. Horta vigiava-o dia e noite. Queria-o junto dele, cercava-o, seduzia-o, certo de que era com ele o diálogo importante a manter. Era um duelo encoberto pelo carinho ostensivo, uma disputa cruel mas civilizada. Aparecido, agressivo por temperamento e por tática, desempenhava conscientemente o papel que lhe cabia. Mas só ia ao combate frontal quando acuado. Minha presença visava a limitar Horta, a reconduzir-lhe a área de assalto. Festejando as senhoras e uma criança que ali moravam, Aparecido acentuava a intimidade com a casa, a convivência afetuosa, mas também ganhava tempo, roubava tempo ao ministro. Sempre que podia esquivava-se de comparecer, para que ficasse clara a insistência dos convites, ou recorria a delongas enervantes que Horta suportava com estoicismo e gentileza.

A presença de Aparecido no governo tornava-se a cada dia mais inquietante para o ministro da Justiça. O secretário particular surpreendia-o com nomeações que desarticulavam as composições laboriosas de Horta e estimulavam as reações do presidente à distribuição de postos administrativos em função de interesses políticos. Horta, nesse ponto, não tinha uma nomeação a defender, se não fosse dentro de critérios de composição que se julgava no dever de realizar para fortalecer o governo. Seus esquemas, no entanto, eram furados quase diariamente e em tudo ele via o dedo do secretário. Apertava Aparecido e este negava. Com melancolia, mas com bom humor, Horta retrucava-lhe:

– Por Deus do Céu ou por Nossa Senhora?⁴⁸

Não lhe bastassem as restrições, a irritação de Jânio no trato desse assunto. – Esse interesse nacional está apenado a quem? – perguntou-lhe um dia o presidente, quando o ministro lhe propôs distribuição de diretoria da Siderúrgica Nacional.

Isso, no entanto, era um aspecto apenas, e o menos relevante, da luta da influência que se estabelecera no governo entre o ministro e o secretário; o primeiro, fiador dos compromissos de campanha, e o segundo, detonador de um processo de rompimento desses compromissos.

Na casa de Horta, naquele dia 25, almoçavam em torno da mesa o ministro, o líder do governo, Pedro Aleixo⁴⁹, o consultor-geral da República, Caio Mário Pereira –

48 Reação ao cacoete de José Aparecido de jurar, ora por Deus, ora por Nossa Senhora.

49 Pedro Aleixo, deputado pela UDN de Minas, que ocupava a Presidência da Câmara no dia em que Getúlio Vargas a fechou, em 10 de novembro de 1937. Líder do Governo de Jânio na Câmara.

um eufórico professor de província –, o vice-presidente da Light, Antônio Gallotti, talvez mais um outro amigo do ministro. Entreguei a Horta cópias da mensagem da renúncia e sentei-me à mesa para almoçar. A certa altura, chegou o brigadeiro Grum Moss. Horta levou-o ao interior do apartamento e conversaram por algum tempo. O ministro da Aeronáutica mantinha-se visivelmente traumatizado.

Aparentemente, na mesa de almoço, ninguém sabia da renúncia. Ao fim, completou-se a ligação telefônica que o ministro pedira para São Paulo. Solene, com a evidente consciência de quem desempenha um papel, Horta cumprimentou o governador Carvalho Pinto e transmitiu-lhe a comunicação oficial: – O presidente pediu-me que lhe comunicasse que renunciou esta manhã ao governo. Seguiu para São Paulo. Deve estar chegando lá agora. É definitivo.

Desligando o telefone, Horta desculpou-se com Pedro Aleixo por surpreendê-lo daquela maneira, mas cumpria, disse, instruções precisas. Logo a seguir, completou-se a ligação para o Rio.

– É o governador da Guanabara? Aqui fala o ministro da Justiça. (– É o Pedroso?) – Não. É o ministro da Justiça. O presidente da República determinou-me que comunicasse a V. Ex^a que renunciou hoje à Presidência e seguiu para São Paulo. Pediu-me que avisasse a V. Ex^a antes de divulgada a notícia, para que tenha tempo de tomar suas providências. Deseja felicidades a V. Ex^a Boa tarde.

Colocou o fone no gancho, concluindo a cena que lhe terá sido a predileta de todo o drama.

Durante os meses de governo, Horta referia-se algumas vezes, visivelmente recompensado, às

críticas e sátiras de que ele e Quintanilha foram alvo na campanha.

– Nós éramos os provincianos, dizia e olhava com o ar de quem me identificava atrás de alguns tópicos do *Diário Carioca*. – Pois os provincianos estão agora governando o Brasil. Esse país imenso está em nossas mãos. Somos três ou quatro os que têm as rédeas.

Num olhar retrospectivo sobre o governo, não se pode deixar de pensar na circunstância de serem Jânio, Horta e Quintanilha estranhos na vida pública do país. Conheciam pouco e mal as pessoas, sempre do ângulo suficiente do provinciano afirmado e vitorioso. A Jânio, as pessoas interessavam pouco, e provavelmente, no Rio, teria sido o mesmo político que foi em São Paulo. Os outros, não. Sabidíssimo, educadíssimo, fino no trato, rápido na identificação de propósito das intenções, Horta padecia da sua escassa convivência com os políticos, a quem não entendia, a não ser na perene suspeita dos objetivos subalternos. E aos quais, por isso mesmo, distinguia com um certo desdém, herdado, quiçá, da convivência com artistas e boêmios. Quando Horta, por exemplo, depois da renúncia, exprimia sua indignação pelo fato de que os deputados queriam interpelá-lo sobre a denúncia de Carlos Lacerda, a ele que, isso sim, estava em condições de interpelar deputados, não fazia um simples jogo político: dava curso à intuitiva prevenção da sua mocidade, passada entre pintores e literatos, contra os políticos em geral.

Pedro Aleixo disse-me, depois, ter sido realmente surpreendido com a notícia da renúncia, dada por Horta como sobremesa naquele almoço. O ministro procurara-o por volta das onze horas, convocara-o e solicitou que lhe desse suas horas até o meio da tarde. Quando já

se encontrava com o ministro, recebera um telefonema de José Maria de Alkmin⁵⁰ comunicando-lhe que Mazzilli fora convocado pelos ministros militares. Presumia que a crise se agravara, mas não sabia a que ponto nem em que sentido.

No entanto, dos presentes, alguém mais sabia da renúncia: era Antônio Gallotti, amigo íntimo de Horta.

O ministro da Justiça comparecera à Câmara dias antes para relato das providências do governo no caso da greve de estudantes no Recife. Mas no dia da renúncia não queria voltar lá. Alegava que os deputados, no decurso da madrugada, haviam decidido convocá-lo para uma espécie de julgamento. O ministro se humilharia se lá comparecesse como réu.

– Querem me interpelar, me julgar? Eu é que posso interpelá-los e julgá-los.

Havia erro de informação, mas também uma estranha distorção, que o simples motivo psicológico antes apontado não explica, na maneira de Horta encarar o assunto.

Pela madrugada, depois de conhecida a denúncia de Lacerda, numerosos deputados acorreram à Câmara. Havia a expectativa de uma sessão, que não chegou a se concretizar. Líderes reunidos, Pedro Aleixo, Alkmin, Almino Afonso e outros decidiram que o melhor procedimento seria convocar o ministro da Justiça para responder ao governador da Guanabara. Apesar da repercussão da denúncia e do abalo que provocou em muitas cons-

50 José Maria Alkmin, deputado pelo PSD de Minas, ministro da Fazenda de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, vice-presidente da República no início do regime militar de 64.

ciências, o interesse político da Câmara parecia ser hostilizar Lacerda, e em consequência aceitar as explicações de Horta. A presença do ministro, com o consentimento do líder do governo, fora prevista para as quatro horas da tarde do dia 25. Horta recebeu, porém, como uma intimação o ofício do secretário da Mesa.

Não fora possível ao ministro comunicar-se madrugada adentro com seus amigos da Câmara. Aparecido, no entanto, mandara lá, como observador, o deputado Seixas Dória, que não terá se comportado com a devida discrição. O que ele disse pareceu significar ao líder Pedro Aleixo que comparecia ali como um líder de fato, um representante autorizado do governo em crise. O incidente, ou quase incidente, foi, no entanto, superado. Antes de recolher-se, Aleixo conseguiu finalmente falar com Horta pelo telefone, pondo-o a par do desejo da Câmara de ouvi-lo no dia seguinte.

Horta entendeu-se sob ameaça, haveria tentativa de intimidá-lo e coagi-lo. Esta, a versão que dava em seguida à renúncia e que, parece, impressionou Jânio, que a adotou.

– Queriam levar meu ministro da Justiça, disse o presidente, ao banco dos réus.

Horta, porém, dificilmente ignoraria o instituto de convocação de ministros, quando nada por ter sido recentemente convocado à Câmara. Se fora para ele marcada uma hora no dia seguinte, parece claro que tal se dera por anuência do líder, facilmente compreensível ante a gravidade e urgência do assunto, que o governo seria o primeiro interessado em esclarecer. Poderia ele, no entanto, discordar do líder e solicitar outra oportunidade para atender ao chamado da Câmara.

A emoção daqueles momentos mal vividos poderá ter colocado Horta fora da órbita do seu evidente equilíbrio de todo dia. Mas durante muito tempo insistiu na sua quase obsessiva interpretação de acontecimentos vistos à margem da sua realidade.

Parece também que não ocorreu ao ministro demitir-se. Seria talvez essa a atitude adequada diante da denúncia e da sua repercussão. Ao presidente caberia a decisão e parece claro que o ministro, naquela oportunidade, só permaneceria com o prestígio indispensável e a autoridade restaurada se Jânio lhe renovasse ostensivamente a confiança.

Horta não se demitiu. Ou tal coisa não lhe ocorreu, perturbado que estava desde o rompimento com Lacerda, uma semana antes, ou não teve tempo de fazê-lo, antecipado que foi, no gesto de demissão, pelo próprio presidente. Na verdade, o ministro só falou com o presidente depois do discurso do governador na televisão, no dia seguinte, ao fim da parada militar, no gabinete do Palácio do Planalto, Quintanilha e Aparecido presentes. E foi para ouvir de Jânio a decisão da renúncia, o fato maior que absorveu tudo de repente e fez envelhecerem num instante sete meses de governo, projetando-os céleres num passado quase irreal. Horta terá experimentado essa vertigem com que tudo foi lançado para trás, ao tentar, à noite, em São Paulo, comover a população com uma réplica a Lacerda. Nada do que disse explicava a renúncia e só esta existia e agredia a sensibilidade de milhões de pessoas.

Ouvi, no entanto, de companheiros de gabinete, a manifesta convicção de que Jânio renunciou porque Horta não se demitiu. Ao comunicar-lhe a renúncia, o

presidente teria esperado como resposta o pedido de demissão do ministro publicamente acusado. Só o sacrifício voluntário de Horta lhe daria condições de restaurar seu diálogo com o país nos termos de autoridade e prestígio que o caracterizavam até então. Registrada a hipótese, ouvida na época, permanece todavia a impressão de que, ao comunicar a renúncia, Jânio tinha decisão irremovível – pelo menos inalcançável por apelos ou atitudes de seus auxiliares.

Por volta das 2:40 da tarde, saímos do apartamento do ministro. Horta dirigiu-se ao Congresso para entregar o ato de renúncia. Fui para o Palácio, onde, à hora combinada, três da tarde, faria a comunicação aos jornalistas.

A atitude do ministro entregando a carta de renúncia tem sido, desde então, muito discutida. João Agripino⁵¹ disse-me que, ao saber do fato, dirigiu-se ao Congresso para interpelar Horta e tomar-lhe, ainda que por agressão física, o documento. Os ministros, de um modo geral, consideraram incorreto o procedimento de Horta. Seu dever teria sido convocá-los e dar-lhes ciência da renúncia. Se tal tivesse ocorrido, o gesto de Jânio possivelmente se frustraria.

Parece ter sido, aliás, essa hipótese de frustração que inspirou o comportamento extremamente reservado do ministro da Justiça. Jânio deixara os pormenores da comunicação a critério dos seus auxiliares mais chegados, tanto que desistiu da idéia inicial de transferir pessoalmente a faixa presidencial a Mazzilli. Houve, da parte da Casa Militar, propósito de segurança na manutenção do segredo, pois se entendeu que somente depois de estar o presidente instalado na Base Aérea de Cumbica e de se

51 João Agripino Maia, ministro das Minas e Energia de Jânio.

encontrarem nos seus postos os ministros militares deveria divulgar-se sua decisão. A hora escolhida para a divulgação – três da tarde – atendia perfeitamente a esse item de segurança. A instrução sobre segredo e prazo seria implícita e não explícita.

Conversando com Horta em São Paulo, poucos dias depois, contei-lhe a reação de Agripino. Respondeu-me que nada o demoveria, nem a agressão física, da decisão de cumprir a última ordem de Jânio. Achava do seu dever não faltar ao presidente, que nele confiara, em circunstância como aquela.

– Você, que conhece o Jânio, acrescentou, sabe que não poderia ocorrer a qualquer de nós deixar de cumprir uma missão do presidente.

Nessa mesma época, perguntei a Horta como ele explicava para si mesmo, intimamente, a renúncia.

– Você já leu num jornal qualquer, disse-me ele, a notícia de que um cidadão, de braço dado com a namorada, passeando, de repente surpreendeu a moça trocando olhares com outro homem, sacou o revólver e com um tiro matou a namorada? Esse cidadão poderia ter feito uma infinidade de coisas mais simples. Poderia não ter dado importância ao fato ou ter deixado a rapariga ou ter trocado socos com o suposto rival, etc. Ninguém sabe porque, entre tantas alternativas, preferiu a pior: matar a namorada. A renúncia é isto: é o sujeito que mata a namorada. Infelizmente, o nosso Jânio é um desses que matam a moça.

A tripulação do Viscount, que levantou vôo de Brasília com destino a São Paulo, levando o presidente, dona Eloá e o major Amarante, ignorava o que ocorria. O

coronel Agenor⁵² percebeu, no entanto, que a situação não era normal. Fora convocado cedo para preparar o avião, o presidente chegara, embarcara e dera ordem de seguir para São Paulo, sem que ele ou outra pessoa qualquer acrescentasse esclarecimentos. Pela primeira vez o general chefe da Casa Militar deixava de acompanhá-lo. A curiosidade e angústia terminaram por decidir o coronel a procurar o presidente e perguntar o que se passava. Jânio disse-lhe que havia renunciado à Presidência da República.

O coronel voltou, reuniu seus colegas e examinaram a situação. Alguns minutos depois, estava de novo na cabine do presidente. – Estamos à disposição do senhor. A gasolina chega para alcançarmos um país estrangeiro, o Paraguai, por exemplo, ou outro ponto do Brasil que o senhor preferir. É só dizer.

Jânio agradeceu. Iria mesmo para São Paulo. O coronel Agenor informou-lhe que, descendo em Cumbica, iria em seguida ao aeroporto de Congonhas para voltar à base militar e ficar à disposição do presidente. Levantaria vôo quando Jânio quisesse e para onde quisesse.

O coronel Agenor é homem simpático e simples. Deve ter sido escolhido para a subchefia da Aeronáutica da Casa Militar e comandante da tripulação do avião presidencial por merecer estrita confiança quanto à sua capacidade técnica e por sua fidelidade à facção de aviadores que se presumia vitoriosa com a ascensão de Jânio Quadros.

A política externa do presidente desorientara o grupo de militares que, vindo das lutas antigetulistas, anti-

52 Coronel-aviador Agenor Figueiredo, um dos subchefes da Casa Militar e piloto do avião presidencial.

juscelinistas e antijanguistas, desaguara, junto com a UDN e o lacerdismo, no movimento janista. Um homem como o coronel Agenor, que cumpre missões e se afeiçoa aos seus chefes, não constituiria jamais um problema. Outros, no entanto, amadurecidos nas lutas políticas, comportavam-se com acentuada indocilidade.

Vale a pena lembrar que a escolha dos chefes militares que serviram ao governo de Jânio foi feita por Horta, com a assistência de Quintanilha, na ausência do presidente eleito, em viagem pela Europa. O esquema foi armado sob a influência de Carlos Lacerda, que já tivera encontros com Denis e considerava acertada a idéia de Horta de manter o ministro da Guerra para não abrir uma área grave de disputas. A atitude de Denis, na campanha, sobretudo os casos criados com Lott, lhe havia assegurado a simpatia dos janistas. Como compensação, a Marinha e a Aeronáutica seriam entregues a oficiais oriundos da resistência a Getúlio, a Juscelino e a Lott. A facção brigadeirista da Aeronáutica e um homem do *Tamandaré*⁵³ dariam, no governo, a satisfação da revanche aos derrotados do 11 de novembro de 1955. Foi Júlio Mesquita Filho⁵⁴ quem apontou os nomes de Silvio Heck e Grum Moss, os quais, de resto, no correr do governo, se portaram com estrito respeito à autoridade do presidente, omitindo as divergências ou ressalvas que inspirasse a política externa.

53 *Tamandaré*, cruzador da Marinha comandado pelo almirante Pena Boto, anticomunista ferrenho, a bordo do qual o presidente em exercício Carlos Luz e seus seguidores, inclusive Lacerda, tentaram resistir ao golpe de 11 de novembro de 1955, com que Lott o depusera, iniciando o processo que se concluiria na posse do presidente Kubitschek. “Um homem do *Tamandaré*?” significa algum oficial que participava daquela surtida. No caso, o almirante Silvio Heck.

54 Júlio Mesquita Filho, proprietário e diretor do *O Estado de S. Paulo*.

Aparecido, Jânio, o então major Ivan Mendes e o general Pedro Geraldo

Quanto ao chefe da Casa Militar, ou foi Denis ou foi o general Cordeiro de Farias quem indicou o general Pedro Geraldo, atendendo ao figurino dado por Horta: um general de bom contato, dócil, capaz de conviver com um homem difícil e autoritário como Jânio Quadros. O presidente o conheceu no dia da posse.

Jânio nunca cultivou relações militares, nunca fez política militar, nem antes nem durante a Presidência. O diálogo com a caserna continuou, no governo, a cargo de Horta, que cultivava especialmente o marechal Denis, cuja confiança parece ter afinal dominado. Há uma frase de Horta, no dia da renúncia, que Aparecido repete, sob a jura de que é verdadeira. – Se eu quisesse, disse-lhe Horta no avião, teria ficado em Brasília e assumido o governo.

Jânio dava ordens aos ministros militares no mesmo estilo e no mesmo tom em que as dava aos titula-

res civis e os prestigiava, nas pastas, tanto quanto aos demais.

No dia em que o presidente recebeu a carta do vice-presidente, que tamanha irritação lhe causou, percebeu que sua reação, devolvendo a missiva e censurando seu autor, poderia ter repercussões na ordem pública. Mandou logo que seu secretário particular reunisse com o ministro da Justiça os ministros militares para que tomassem ciência da carta e da resposta. A reunião se deu na casa de Denis, que consolidava uma fratura de pé. Os três generais mostraram-se satisfeitos e até entusiasmados com a reação do presidente, a qual acariciava, sobretudo nos ministros da Marinha e da Aeronáutica, velha prevenção e o incurado ressentimento contra João Goulart.

Na Casa Militar, composta quase toda de oficiais ligados à facção udenista de Lacerda, nenhum episódio do governo alcançava repercussão e interesse idêntico aos que atribuíam aos inquéritos, à caça dos ladrões. As devassas ficavam sob seu controle e guarda. Na sua impessoalidade, o presidente, sensível ao estímulo que lhe vinha da Casa Militar, designava sempre militares para as comissões de inquérito.

– General – dizia ele a Pedro Geraldo, quando havia uma nova sindicância a abrir –, arranje-me um bom major. Temos mais um inquérito.

Alguns daqueles oficiais foram aos poucos, porém, feridos de perplexidade ante a audácia crescente das medidas de política externa e os avanços de José Aparecido no rumo da esquerda, dos estudantes da UNE, dos sindicatos e de João Goulart, que o bigode e a fleuma de

Ryff tornavam presentes cotidianamente na secretaria particular da Presidência.

O Conselho de Segurança Nacional mandara ao presidente, logo de início, uma ficha de Aparecido, vinda de Belo Horizonte, na qual se apontavam antigas intimidades com comunistas. Houve reclamações insistentes contra a presença de Ryff. A campanha culminou na greve de estudantes do Recife, quando Horta, com visível satisfação, estimulou a demonstração de força militar e acentuou o empenho do governo de reprimir desacatos à autoridade, indo a extremos na contenção de agitações em que parecia evidente a tentativa dos comunistas de sondar a capacidade de reação de Jânio Quadros. O presidente, excitado na defesa de sua autoridade, mobilizava sua aparente e antiga antipatia ao Partido Comunista, e prometia dar aos comunistas tratamento idêntico ao que lhes dispensava Nasser⁵⁵, do Egito.

– Reato relações com a Rússia, dizia, e ponho-os na cadeia.

Aparecido, que via no episódio apenas a manifestação agressiva contra o encaminhamento do governo no rumo de uma aliança com o PTB e os agrupamentos de esquerda – para ele o caminho natural e inevitável em face das opções que Jânio fizera –, caiu na defensiva. Farejava também alguma conspiração em torno do ministro da Justiça. Assim mesmo, pretendeu atender ao apelo do prefeito Arraes e dos estudantes grevistas e dirigir-se ao Recife para entendimentos. Jânio impediu-o de agir assim, mas como ele insistisse em que o governo federal

55 Gamal Abdel Nasser, líder revolucionário nacionalista que depôs o rei Faruk e assumiu a Presidência do Egito.

não poderia ficar sem um observador idôneo no local, Horta, contendo-o, ainda aí, sugeriu que para tal missão me mandasse a mim, indicação que Aparecido não recusaria e presença que não causaria tanto dano ao governo quanto a do secretário particular. Fui, mas na verdade já se achavam no Recife dois observadores secretos do governo: um de Horta, Luís Quental, e outro de Aparecido, o jornalista Evandro Carlos de Andrade⁵⁶. Era a disputa palmo a palmo e hora a hora do controle do governo.

Aparecido foi contido, e quando, em Pernambuco, a esquerda percebeu que não dobraria o governo, mesmo diante da promessa de sustar a greve com a simples presença de Aparecido na cidade, esvaziou rapidamente o movimento.

Em poucos dias, Aparecido identificara de onde partiam, na Casa Militar, a vigilância e as advertências contra ele: seriam do major Milton Câmara Sena, cujas discordâncias com o presidente começavam a se tornar ostensivas e incômodas. No dia da condecoração de Che Guevara⁵⁷, o major Câmara Sena andou se abrindo mais do que de hábito e Aparecido solicitou ao general Pedro Geraldo a transferência do militar descontente.

O major Sena⁵⁸, de temperamento vivo, trazia consigo uma legenda de resistência ao golpe de 11 de novembro: descera da Vila Militar com seu batalhão, mas, ao estacionar em frente ao Ministério da Guerra, subira

56 Luís Quental, paulista, oficial de gabinete do presidente. Evandro Carlos de Andrade, assessor da Presidência.

57 Ernesto Che Guevara, líder revolucionário cubano, condecorado por Jânio Quadros com a Ordem do Cruzeiro do Sul em sua visita a Brasília, na volta de Punta del Este.

58 Milton Câmara Sena, major do Exército, da Casa Militar.

ao gabinete do ministro para interpelar Lott sobre a natureza da operação em curso. Esclarecido, recusou-se a comandar sua tropa para o golpe.

O general Pedro Geraldo percebeu, desde o primeiro momento, as dificuldades que a condecoração de Guevara criaria. Certa manhã, ao chegar ao Palácio, encontrei recado do presidente, para que comparecesse com urgência ao seu gabinete. Fui lá, mas já não era preciso. Queria a divulgação imediata e por todos os meios de uma pequena nota, que entregara pouco antes a um oficial de gabinete. A nota dizia que o presidente da República decidira condecorar com a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul o ministro Ernesto Che Guevara, de Cuba, no sábado seguinte, quando passaria ele por Brasília, de volta da Conferência de Punta del Leste.

Encontrei o general Pedro Geraldo e dei-lhe a notícia.

– Não é possível, você não vai publicar isto, disse.

– Já está nas estações de rádio, respondi.

O general preocupou-se:

– Vai dar encrenca.

Pouco depois, Quintanilha me chamava para reclamar da divulgação. Em casos como aquele, a Secretaria de Imprensa deveria retardar suas providências até ouvir a Chefia do Gabinete Civil.

O major Câmara Sena e outros membros da Casa Militar não compareceram ao ato de condecoração, na manhã de sábado, no salão que então se abria no final da ala direita do Palácio do Planalto, ao lado do gabinete do presidente. Jânio saudou rapidamente o ministro revolucionário de Cuba, que, em uniforme simples, cansado e

sonolento – viajara de avião a noite inteira – parecia não estar à vontade na cerimônia. O presidente passou-lhe o colar pelo pescoço e entregou-lhe a caixa com diploma e medalha. Guevara agradeceu em poucas palavras. Depois, houve um silêncio constrangido. Jânio convidou o ministro a entrar no gabinete e já se moviam, quando o presidente, percebendo o sem-jeito do agraciado, voltou-se para o chefe do Cerimonial, Macedo Soares⁵⁹, e disse-lhe:

– Ministro, tire isso do Guevara.

O colar foi retirado e posto na caixa. Presidente e visitante entraram. Jânio entregou a Guevara uma carta a Fidel Castro na qual pedia ao governo de Cuba urgência em permitir a saída de asilados que se acumulavam na embaixada brasileira em Havana.

Pouco depois, Jânio embarcava para São Paulo. Já nesse dia começaram, vindos da Casa Militar, os rumores, que se confirmariam depois, de que numerosos militares tramavam a devolução de condecorações ao governo como protesto contra o agraciamento de Guevara.

Depois da renúncia, poucos oficiais do Gabinete Militar ficariam com Jânio, entre eles o major Amarante, única escolha pessoal do presidente, e, depois de algumas hesitações, o major Brito⁶⁰, irrequieto oficial de comunicações. Dos demais, não há notícia.

Entre os oficiais do Gabinete Civil, ficou daqueles dias, senão a certeza, pelo menos a intranquilizadora intuição de que, se fosse aberta uma luta no país, naquele instante, o presidente poderia perfeitamente ter sido preso por sua Casa Militar.

59 José Augusto Macedo Soares, ministro do Itamarati.

60 Major Natalino Brito.

Jânio realizou em julho a derradeira reunião do Ministério. A de agosto fora suspensa à última hora, sem grandes explicações.

Na reunião de julho, houve algo que os ministros não esperavam. Na véspera, Aparecido levava ao presidente a minuta de um memorando, logo aprovada e divulgada, na qual se fazia a cobrança pública aos ministros das reformas e de providências que lhes haviam sido encomendadas. O secretário particular terá trocado antes impressões com o presidente, mas a verdade é que foi com prazer que incluiu na lista de reclamações os códigos cuja elaboração estava sob responsabilidade de Horta.

Pela primeira vez fomos admitidos oficialmente à reunião ministerial, Aparecido e eu. O que ali ocorreria deveria obviamente transpirar para a imprensa. Os assuntos da administração, que normalmente seriam a agenda da reunião, foram relegados. Jânio fez oralmente a cobrança já anunciada, acrescentando-lhe ênfase, patético. Declarou-se inconformado com a burocracia e exigiu de

todos esforço idêntico ao dele na eliminação dos entraves burocráticos.

– As reformas são para serem feitas e se não o forem não há razão para que continuemos no governo: o povo estará ludibriado.

Alguns ministros falaram: João Agripino, Romero Cabral da Costa e Horta⁶¹, este, surpreendido e contrariado. Concluídas as rápidas explicações, o presidente levantou a sessão, com a pauta intacta.

O ministro da Justiça viu claramente no episódio a predominância da influência de Aparecido e o agravamento da tendência esquerdista de Jânio. Já, então, Aparecido e Castro Neves se entendiam na tentativa de alijar Horta do governo. O ministro da Justiça não se iludia a respeito. Mais do que isso, compreendia que em certos momentos as suspeitas contra ele vingavam na mente do presidente. Abriu-se mais uma vez com Aparecido: sua presença no governo perdera o sentido. Jânio, cada vez menos, se mostrava atento às conveniências da composição política promovida pelo ministro. Horta vivia em perplexidade: seu dever era afastar-se do governo, a que, no entanto, ficava preso pela responsabilidade de último elo entre o presidente e as correntes políticas que o haviam apoiado na campanha. Fora o articulador desse apoio e sentia-se fiador de compromissos que ele próprio assumira em nome do candidato. A UDN, apesar de contar com tantos ministros, não influía no governo. Horta, a custo, conseguia que Jânio recebesse os líderes parlamentares, com os quais o presidente a rigor não tinha assunto a tratar.

61 Romero Cabral da Costa, pernambucano, ministro da Agricultura, cujo chefe de gabinete era o poeta João Cabral de Melo Neto.

O ministro, que monopolizava o diálogo com os militares, agiu como se fosse o único intermediário com os políticos. Talvez por gosto, talvez pelo desejo de por esse meio assegurar a continuidade da sua influência, talvez por saber as reservas do presidente aos políticos, exceto àqueles que lhe prestavam imediatamente serviços, Jânio não tinha conversa para deputados e senadores, salvo quando havia problema concreto a acertar. Trouxera uma experiência negativa na convivência de vereadores e sobretudo de deputados em São Paulo. Estendia o horror da Assembléia Legislativa à Câmara dos Deputados.

Um dia, Afonso Arinos⁶² acompanhava o presidente Prado, do Peru, em visita a Brasília, quando recebeu chamado de Jânio. Respondeu-lhe que o procuraria mais tarde, pois não poderia abandonar o visitante. Cerca do meio-dia percorriam Prado e Arinos o terreno da Embaixada peruana, na Avenida das Nações, e um soldado, descendo de uma motocicleta, transmitiu-lhe a insistência do presidente. Convocava-o com urgência. Arinos levou Prado à Câmara, entregou-o ao deputado José Bonifácio e seguiu para o Planalto.

Jânio recebeu-o de bom humor.

– Vou mandar instalar um serviço de rádio no seu carro, ministro, para que possamos nos comunicar a qualquer momento, disse. Levantando-se, segurou o chanceler pelo braço e, coisa inédita, convidou-o a acompanhá-lo ao Alvorada. – Vamos tomar um uísque juntos, antes do almoço, disse o presidente.

62 Afonso Arinos de Melo Franco, udenista, ministro das Relações Exteriores. José Bonifácio de Andrada, secretário e posteriormente presidente da Câmara, udenista de Barbacena, Minas.

Instalados na Biblioteca do Palácio residencial⁶³, Jânio serviu pessoalmente o drinque, ofereceu jornais a Arinos, enquanto ele próprio apanhou uma folha e percorreu-a rapidamente. De repente, suspendeu a cabeça e observou:

– Os deputados aumentaram os subsídios, estão ganhando seiscentos contos por mês.

Arinos contestou. Como membro do Congresso, informou que, ainda que se realizassem diariamente sessões extraordinárias, os subsídios não alcançariam tal soma.

– Tem certeza, ministro? – retrucou o presidente.
– Olhe que quem me disse foi o Horta. Ele me pareceu muito seguro da informação.

– Em Londres, na torre principal do Palácio de Westminster – prosseguiu Jânio –, há uma pequenina luz permanentemente acesa. Os ingleses sempre a olham com interesse: ela é o sinal de que tudo vai bem com o Parlamento, de que as instituições não correm riscos. Quando essa luz se apaga há apreensão em Londres: o Parlamento, isto é, as liberdades públicas, está em perigo. Creio que a maioria dos ingleses iriam às armas para defender esse Parlamento. Ele simboliza tudo quanto prezam. Aqui no Brasil, as coisas não me parecem que se passem do mesmo modo. O senhor ministro pegaria as armas para defender esse Congresso?

Jânio apontou na direção da Praça dos Três Poderes.

– Não digo que pegasse em armas – respondeu Afonso Arinos – para defender especificamente esse

63 Palácio da Alvorada.

Congresso. Esse ou outro. Mas lutaria em defesa da instituição, do Congresso como instituição. Para mim, o Congresso representa muito. É toda a minha vida afirmada na luta pelo restabelecimento e a preservação das liberdades públicas, inseparáveis da existência do Congresso.

Jânio, segundo o depoimento do chanceler, ouviu-o com um gesto de cabeça, de cima para baixo, enquanto descia os olhos novamente ao jornal que mantinha entre as mãos.

Arinos impressionou-se com a conversa, inesperada e urgente, reveladora, ao que supôs, de uma atitude mental de reserva quanto ao Poder Legislativo. Confidencialmente, transmitiu-a aos líderes da UDN, a Herbert Levy, que a revelou sem autorização logo depois da renúncia, e a Ernani Sátiro⁶⁴, que elaborou minucioso estudo dos subsídios, mandando-o ao presidente.

Jânio, se resistia a Horta e restringia as visitas dos líderes parlamentares, não resistia às infiltrações de Aparcido, dissolventes do esquema e do prestígio do ministro da Justiça. O secretário particular levava à presença do presidente deputados que a ele se haviam ligado ou que se dispunham a cooperar na linha de interesses políticos que adotou. Seixas Dória, Ferro Costa, José Sarney, Aroldo Carvalho⁶⁵, da UDN, e homens de outros partidos, como Osvaldo Lima Filho, do PTB, ou Armando Rolemberg⁶⁶, do PR, eram levados à presença do presidente,

64 Herbert Levy, banqueiro, deputado pela UDN de São Paulo. Ernani Sátiro, deputado pela UDN da Paraíba.

65 Seixas Dória (Sergipe), Ferro Costa (Pará), José Sarney (Maranhão), Aroldo Carvalho (Santa Catarina), integrantes da chamada “Bossa Nova” da UDN, jovens deputados de tendência levemente nacionalista e esquerdista.

66 Osvaldo Lima Filho, Pernambuco. Armando Rolemberg, Alagoas.

que geralmente os atendia e os encantava com deferência e cortesia. As nomeações em Minas exasperavam Horta, pois nada arredava as indicações de Aparecido.

Certa vez, querendo cortejar Magalhães Pinto⁶⁷, cuja influência no governo bloqueava sistematicamente, Horta sondou Aparecido sobre a nomeação de Miguel Lins⁶⁸ para consultor-geral da República. – Quero fazer uma gentileza ao Magalhães, disse, e creio que essa escolha, de um amigo e até parente, lhe agradará. Aparecido percebeu que, no fundo, Horta atendia, sob esse pretexto, à sua própria conveniência, nomeando um amigo, pessoa a ele chegada, mas, receando os imprevistos, quis calçar a indicação, assegurando o consentimento do secretário particular. Aparecido concordou, Magalhães realmente ficaria satisfeito. A nomeação saiu, Lins empossou-se e seria recebido pelo presidente no dia seguinte, às sete horas da manhã. Quando Jânio chegou ao Palácio, porém, havia sobre sua mesa um *Jornal do Brasil* aberto com uma nota assinalada em vermelho. A nota dizia que Jânio nomeara consultor-geral da República um diretor da refinaria de petróleo Capuava. O presidente encolerizou-se. Havia sido ludibriado. Pediu ao Conselho de Segurança a ficha do consultor, suspendeu a audiência e mandou demiti-lo.

Nessa manhã, se quisesse, Aparecido teria derrubado Horta do Ministério. Mas, cauteloso, preferiu desculpá-lo. O ministro, que deveria demitir-se, entendeu a trama e ficou de sobreaviso.

67 José de Magalhães Pinto era, então, governador de Minas.

68 Miguel Lins, advogado no Rio, nascido em Minas; Magalhães Pinto tinha uma irmã casada com um parente dele.

Tudo fizera para impedir o acesso de Aparecido ao governo. Na época, não lhe temia as tendências políticas, mas o tinha como mero agente de Magalhães Pinto, de quem guardava prevenção desde o caso da renúncia de Jânio como candidato⁶⁹. Prevenção estimulada pela pouca atenção que lhe dispensava Magalhães e acariciada na sua convivência com Carlos Lacerda.

Na ausência do presidente eleito, Horta, com influência sobre Quintanilha, monopolizou as gestões para formação do Ministério, que Jânio recomendara resultasse de consulta entre três ou quatro companheiros de campanha, Aparecido inclusive. Quando Jânio voltou ao Brasil, Aparecido, chamado, foi a São Paulo, mas estranhamente não conseguiu sequer identificar o local em que se reuniam o chefe e os assessores.

Fiquei com ele num quarto de hotel, no qual os assaltos de sua úlcera eram permanentemente verificados e controlados por pessoas da confiança de Horta. Foi sabendo das escolhas por ligações telefônicas de Lino de Matos⁷⁰, o qual, sentindo no episódio naufragar sua própria influência, procurava aliado na desgraça. Cada nome provocava ânsias e vômitos em Aparecido.

No entanto, oficializada a lista, Horta procurou-o e levou-o carinhosamente ao seu sítio, em Louveira, onde

69 Durante a campanha eleitoral, Jânio sentira-se prejudicado pela indicação de Leandro Maciel (da UDN de Sergipe), ultraconservador e por ele julgado um peso insuportável. Renunciara então à candidatura, para conseguir o afastamento do companheiro, que viria a ser substituído por Milton Campos, uma das mais eminentes figuras da UDN, partido sob cuja legenda se elegeu governador de Minas, sendo o antecessor de Juscelino Kubitschek.

70 Lino de Matos, senador por São Paulo, pelo PSP; foi prefeito da cidade de São Paulo.

tentou pacificá-lo com bom trato e pescaria. Horta venceu, mas restava ainda um ponto a liquidar: a presença do próprio Aparecido no governo. Os postos da Casa Civil estavam todos preenchidos, ainda os que aparentemente não haviam sido preenchidos. O presidente convidara Aparecido para secretário particular ou secretário de Imprensa ou para os dois postos. O ministro da Justiça tinha como certa a recusa e embarcou para Brasília com o homem que escolhera para a função. Chamava-se Machado Bittencourt.

Aparecido venceu várias crises de úlcera para chegar até Brasília e assistir à posse. Magalhães Pinto, conhecendo-o, queria-o dentro do governo em qualquer posto e pediu-me que o acompanhasse, aceitando até uma função se isso estimulasse Aparecido.

Na fila de cumprimentos, o rapaz foi identificado de longe pelo presidente.

– Que é isso? Seu lugar é aqui, ao meu lado. Você assume hoje, comigo.

Na manhã seguinte, quando Aparecido, em palácio, acercou-se do gabinete do presidente, um oficial de gabinete cochichou ao ouvido do ajudante-de-ordens. Este imediatamente interceptou o secretário, informando-lhe que o presidente a ninguém recebia sem prévio anúncio. Aparecido, com um gesto de impaciência, afastou o major e entrou. Estava instalado no governo.

Horta, que planejara tudo, não soube resistir a Jânio nesse particular e foi por essa fraqueza, principalmente, que pargou momentos difíceis no governo.

Agora, solicitava trégua, uma composição que lhe permitisse respirar, estava disposto a atender Aparecido,

contanto que tudo se fizesse abertamente, sem surpresa. Não resistiria ao conjunto de pressões que se exerciam sobre ele e deixaria o governo de bom grado se tivesse como fazê-lo decentemente. Mais de uma vez, o ministro discutiu com o secretário seu desejo de demitir-se.

Circulou certo dia que Horta trocaria o Ministério por um lugar no Supremo Tribunal. Interpelei-o a respeito. – Não é verdade, disse. E, entre grave e irônico: – Eu não tenho idoneidade moral para ser ministro do Supremo. Estranhei o que dizia. Horta repetiu: – Não tenho, não. Você não conhece a minha vida. É muito complicada.

A Aparecido, no entanto, não interessaria a deserção. Queria derrubar o ministro estrepitosamente, num episódio que aproveitasse ao governo, como definição. Enquanto a oportunidade não chegava, ia minando, por dentro, quebrando suas resistências interiores, torturando-o, como Horta o torturara e quase o quebrara. Nunca vi luta ao mesmo tempo tão sutil e tão dura, tão amena e tão cruel, como a que aproximou e afastou durante sete meses dois políticos eficientes, agressivos e avassaladores, a cuja união, no entanto, por estranho que pareça, faltou tão pouco e tanto: a identidade de objetivos.

Foram eles que monopolizaram a influência política no governo de Jânio. Eram os homens decisivos. Se houvessem se entendido, poderiam ter dado outro rumo aos acontecimentos.

O presidente considerava e prestigiava todos e cada um de seus ministros, no desempenho das respectivas funções. Cada um deles era soberano no seu setor, na

medida que trabalhava e correspondia às exigências de Jânio. Ao ministro da Justiça, Jânio reconhecia a atribuição do comando político ostensivo. Ao secretário particular, dava a condição de um álter ego e o poder de falar e agir como se fosse o próprio presidente. Poucos homens no poder terão delegado confiança em escala tão completa quanto Jânio. A mim, por exemplo, que o assessorava modestamente, contentava-se, quando lhe apresentavam um papel, em perguntar se o escrevera ou lera. Se a resposta era afirmativa, ele não o lia, assinava. Em compensação, cada um de nós sentia-se com responsabilidade total no que fazíamos e nos engajávamos numa solidariedade irrestrita a quem irrestritamente confiava em nosso critério.

João Agripino, naturalmente solicitado a influir politicamente no governo, esbarrou na resistência de Horta, com quem também se atritou, e concentrou-se nos negócios de sua pasta, que dele exigiram tanto estudo.

O limite do poder político de Horta era a conveniência da administração. Se um ministro objetava, como o fez algumas vezes Agripino, quanto à capacidade técnica ou a idoneidade do candidato oriundo de uma indicação política, esta era automaticamente abandonada, ainda que às vezes sangrando o coração do ministro da Justiça.

Agripino teria sido um aliado natural de Aparecido, se não houvessem prevalecido entre ambos as premissões herdadas dos embates udenistas.

O autoritarismo de Jânio, tão invocado, não lhe criou problemas maiores com os ministros, salvo num caso. Romero Cabral da Costa, sentindo-se atingido por

uma restrição de Jânio aos usineiros de açúcar, retificou-o. O presidente, que, no momento, conversava em seu gabinete com o ministro Bernardes Filho, respondeu-lhe que não se dirigira a ele.

– Presidente, eu não preciso de convocação quando se trata de defender minha honra, disse Romero, retirando-se. Jânio recusou-lhe o pedido de demissão e tratou-o com o cuidado devido à sua competência, à sua honradez e ao seu temperamento.

O último triunfo de Horta sobre Aparecido seria no episódio do Recife, no qual se afirmara como senhor ou intérprete incontestado do que se chama o dispositivo militar do governo. Os episódios que antecederam a renúncia coincidiam com o esforço orientado do ministro de aproximar Aparecido de Lacerda, até que tudo se rompeu com a agressão de Lacerda ao seu cuidadoso, ativo e influente aliado. Se as coisas tivessem marchado de conformidade com as conversas entre o ministro e o governador, é possível que se reservasse a Aparecido, no final, uma amarga surpresa.

Nas duas últimas semanas do governo, as suspeitas de Aparecido com relação à conduta de Horta se adensaram e houve alguns momentos em que lhe renasciam velhas suspeitas do próprio presidente, de um compromisso ou de um estímulo de Jânio à conspiração que atribuía ao ministro da Justiça. Na véspera de abrir-se a crise de Lacerda, Aparecido levou Afonso Arinos ao seu gabinete e trancou-se a chave com ele. Estava exaltado.

– Esse sujeito – disse – está conspirando.

– Que sujeito?

– Esse aí, o presidente. Ele e o Horta estão tramando um golpe.

Arinos ficou perplexo com a suspeita, manifestada por auxiliar do presidente, que, pela própria função, conheceria melhor do que ninguém a atividade sigilosa do seu chefe. Tranqüilizou-se relativamente, no entanto, quando verificou que havia apenas ilações e hipóteses, e não fatos.

Foi Afonso Arinos quem me narrou esse diálogo. Revelou-me, aliás, também, sua última conversa com o presidente, dia 24, véspera da renúncia. Jânio ligou-lhe o telefone de Brasília para o Rio, cerca das quatro horas da tarde, antes de Lacerda ter falado na televisão. Sua voz era festiva: cumprimentava o chanceler pelo brilho de uma conferência pronunciada na véspera na Faculdade Nacional de Direito. Tratava-se de uma explicação da política externa aos estudantes. De repente, perguntou-lhe:

– Ministro, onde está Jango hoje?

Arinos respondeu-lhe que não havia lido ainda o despacho diário que lhe enviava do Oriente o ministro Araújo Castro⁷¹, designado para acompanhar o vice-presidente.

– Vou verificar – disse – e depois transmitirei a notícia a Vossa Excelência.

– Não, ministro, verifique agora. Eu espero no telefone.

O Chanceler mandou buscar o despacho e informou:

– Chega amanhã a Hong-Kong.

71 João Augusto de Araújo Castro, embaixador, depois ministro do Exterior, no governo João Goulart; foi nomeado por Jânio observador do Brasil na Conferência dos Países Não-Alinhados, em Belgrado.

Seguiu-se um silêncio. O presidente afinal observou:

– Longe, não é?

Agradeceu e despediu-se.

A suspeita de Aparecido com relação ao presidente apareceu intermitentemente durante toda a crise, mas esvaneceu-se após a renúncia. No mesmo dia da renúncia, Aparecido terá ficado paralisado ainda pela suspeita de que havia um golpe em curso.

Voltando aos ministros, Jânio os tratou, na renúncia, com a isenção e a equanimidade com que os tratava no governo. Não se cogitava de assunto de qualquer das pastas, a não ser da Justiça e das Militares. Jânio ignorou-os, portanto. O que poderá ser traduzido como desprezou-os, mas também como preservou-os. Nenhum deles, a não ser Horta e os generais, teve um quinhão de responsabilidade no desfecho do governo Jânio Quadros.

A suspeita de Aparecido com relação às intenções do presidente era, na verdade, contemporânea da crise do Recife, quando o espantou a desenvoltura com que Horta estimulava a demonstração de força dos militares e o surpreendeu o firme apoio de Jânio ao ministro da Justiça. Parecia-lhe haver contradição e incoerência entre o presidente que lhe permitia abrir contatos com as esquerdas, ajudar o congresso da União Nacional dos Estudantes e admitir seu avanço na direção do PTB e dos grupos de deputados que fugiam às ortodoxias partidárias do centro – e a repressão espetacular de um movimento de estudantes, estimulado embora por entidades sindicais que se articulavam à retaguarda. O claro que havia aparentemente entre uma atitude e outra, Aparecido preenchia-o com a suspeita, que de resto brotou naqueles dias na cabeça de muita gente.

A paixão que Aparecido punha na defesa das posições através das quais afirmava sua influência no governo, aprofundando-o numa tendência, levava-o a hipóte-

ses de trabalho extremas e a táticas agressivas, nas quais seu vigor se continha apenas na medida em que a prudência e a cautela que, contraditoriamente, nunca o abandonavam, devolviam-no à realidade. Percebeu que, no caso do Recife, retardava-se um processo de influências que articulava cuidadosamente. Implicava, por exemplo, a ameaça de frustrar-se a aproximação de Arraes com Jânio, cuidadosamente arquitetada como instrumento de liquidação do prestígio do governador Cid Sampaio⁷², com quem Aparecido, curiosamente imparcial nos objetivos e personalíssimo na ação, tinha contas velhas a ajustar. Retardava a conquista dos órgãos estudantis, baluarte da campanha de Lott, que vinham sendo trabalhados pela sedução da política externa, mas também pela utilização de agentes isolados, que Aparecido mobilizava na complexa fauna que vive em torno das entidades da classe estudantil e, em alguns casos, à custa delas.

Quando chegara eu ao Recife, deparara, no hotel e nas reuniões de estudantes, com alguns profissionais do movimento estudantil que me habituara a ver longas horas pousados no gabinete do secretário particular.

Não fosse o ressentimento do governador e a inabilidade e incompreensão com que conduzia suas relações com o governo federal, ainda nesse episódio, e o caso recifense teria desgastado o prestígio de Aparecido, mesmo que não afetasse o governo de Jânio, que a elas se impôs no preciso limite da idoneidade eventual e parcial de objetivos e no exato reconhecimento de uma autoridade que não se dobrava a conveniências demagógicas.

72 Cid Sampaio, udenista, governador de Pernambuco, parente afim do prefeito Miguel Arraes.

A um temperamento que reage vivamente aos fatos que o contrariam, não poderiam deixar de ocorrer insinuações mais radicais por conta de uma ação que o surpreendeu e paralisou a ponto de restringir-lhe a liberdade de movimentos. Contido e acuado em Brasília, Aparecido teve a paciência, que lhe falta nas pequenas coisas, de esperar um novo teste e aguardar uma nova oportunidade de passar à ofensiva.

Suas relações com o presidente nunca foram fáceis. Hesitou em aderir à campanha do candidato, a quem acompanhou prevenidamente, como um fiscal e um eventual carrasco, desde a renúncia à candidatura, da qual foi testemunha lograda e indignada. Aparecido só aderiu a Jânio efetivamente no governo, na medida em que se integravam numa mesma atitude e aprendiam a se respeitar na dedicação comum ao serviço público. Essa adesão interrompeu-se aqui e ali, por força de incidentes inevitáveis nas relações entre dois homens de temperamento forte, suspicazes, ciumentos e agressivos.

À menor desconfiança de que o presidente oferecia resistência ou manifestava restrições a planos ou vontades suas, Aparecido respondia bruscamente e retirava-se do Palácio. Os emissários, Quintanilha ou Horta, diagnosticavam as causas e, passada a crise emocional, Jânio procurava-o por telefone. Estranho chefe, temperamental, autoritário, intratável às vezes, exaltado ou deprimido, esse Jânio Quadros, que ligava pessoalmente o telefone para seu secretário particular, duas, três ou mais vezes, quantas fossem preciso para amansá-lo na raiva frequentemente premeditada e tática, e ia ao ponto de transmitir recados pela telefonista do hotel.

Certa vez, o ministro Bernardes Filho disse ao presidente que não tolerava a maneira restritiva, quase desrespeitosa, com que o tratava o secretário particular.

– Não se incomode, ministro – respondeu o presidente –, até a mim ele fiscaliza. É o temperamento dele.

Mais de uma vez Aparecido falou em demitir-se. A resposta de Jânio era invariável:

– Sair sozinho, por quê? Sairemos juntos. Espere mais um pouco e deixaremos isso. Mas juntos.

Quintanilha Ribeiro, um pouco por bom senso inato, um pouco por sugestão de Horta, que tinha sobre ele grande ascendência, manifestava freqüentemente receio da influência de Aparecido.

No seu entender, Jânio era para ser contido, ter suas manifestações dosadas, nunca para ser estimulado na rota do perigo, como o fazia o secretário particular. Quintanilha exercia conscienciosamente sua função de chefe do Gabinete Civil e atendia ao seu dever de único amigo íntimo do presidente, divergindo dele, arriscando-se a cenas desagradáveis. A segurança de sua influência e a humildade no trato da política fizeram com que encarasse com naturalidade, até mesmo com bom humor, a invasão de suas atribuições pelo secretário particular, expansionista por instinto e conquistador calculado, metódico e audacioso, que não esbarraria nem mesmo diante do presidente, cujo papel assumiria se Jânio fraquejasse.

Jânio disse-me uma vez, quando o encontrei antes da campanha, no exterior, que distinguia dentre seus companheiros o Quintanilha, homem de cabeça fria e leal.

– É o único que me faz mudar uma decisão. Quando uma questão me provoca dúvidas ou quando minha solução não me deixa tranqüilo, procuro-o e ouço-o.

No governo, apesar de inalterada essa confiança, Quintanilha assustava-se com Jânio. Algumas vezes o presidente zombava dele. Disse-lhe um dia que havia em Londres um clube de macróbios, no qual só se ingressa depois dos oitenta.

– Vou deixá-lo lá, Chico – disse o presidente. E para os circunstantes: – O Chico deu uma envelhecida!

Seguro no comando da burocracia do Palácio, Quintanilha deu, no entanto, um sinal grave de limitação na escolha dos assessores que mobilizou para a Presidência, poucos em condições de ajudar o chefe do governo.

Sua escassa malícia política deixava Horta, que confiava no seu patrocínio dentro do Palácio, à mercê das surpresas e dos golpes de Aparecido. Era, no entanto, o veículo habitual das solicitações de parlamentares e outras pessoas entrosadas no sistema vitorioso com as eleições. Missão de que se desincumbia movido pelo senso de dever, mas a que não juntava qualquer entusiasmo, participando, como participava, das prevenções do presidente com relação aos políticos.

Foi no governo o único confidente de Jânio, o que com o presidente dialogava em pleno conhecimento de causa e o que poderia dar, em conseqüência, a idéia mais aproximada das intenções de Jânio e da exata significação da sua renúncia. Na noite de 24 para 25 de agosto, foi ele a única pessoa a falar com Jânio pelo telefone, trocando impressões sobre a fala de Lacerda. Foi a ele que, ao alvorecer, Jânio comunicou a decisão de renunciar, pe-

dindo-lhe que convocasse o chefe da Casa Militar para as primeiras providências. Foi também o único a objetar, a discutir e a apontar com certa ingenuidade o próprio tédio de Brasília como inspiração e causa da renúncia. Se houvesse qualquer plano oculto na renúncia do presidente, Quintanilha saberia dele, por Jânio ou por Horta ou pelos dois simultaneamente. Sua atitude, no entanto, no dia da renúncia, era de tanta perplexidade quanto a de toda a nação.

.....

VIII

Em tudo quanto era atividade administrativa, a política, o interesse político, não influía, pelo menos na medida em que Jânio podia contê-lo. Havia a esse respeito áreas especialmente fechadas. O Ministério da Fazenda, por exemplo. Clemente Mariani⁷³, escolhido por irrecusável critério político, não tinha de atender, no posto, a conveniências que não fossem as dos seus próprios esquemas fazendários. A missão que lhe foi atribuída era conter a inflação e obter em seguida recursos para obras públicas. Jânio aparentemente apoiou com entusiasmo a Portaria 204 da Sumoc, cortando subsídios para importações. Aceitou explicações técnicas relativas à sua reduzida influência na alta do custo de vida e lançou todo o seu prestígio e autoridade na imposição da medida, por ele

73 Clemente Mariani Bittencourt, banqueiro, dono do Banco da Bahia, prócer da UDN, foi deputado, ministro da Educação, presidente do Banco do Brasil e, com Jânio, ministro da Fazenda.

mesmo anunciada ao país, de surpresa, pela televisão. Mobilizou economistas e outros agentes ligados ao governo para transmitir, em amplo debate nacional, a convicção do governo de que afinal se organizavam as finanças do país e se abria caminho para um progresso ordenado. A mim, mandou-me ao Rio com a incumbência de obter a divulgação em jornais, rádios e televisões, de *slogans* de convencimento da opinião pública extraídos da exposição do ministro da Fazenda.

Lembro-me da noite em que, na presença de ministros e auxiliares, falou à nação pela TV. Encomendara-me, uma semana antes, a organização de uma rede de emissoras que abrangesse o país inteiro, pois iria fazer uma comunicação de extrema importância. Não me disse de que se tratava e recomendou-me estrito sigilo até a véspera do discurso. Seria seu primeiro pronunciamento público desde o dia da posse. Articulei-me por intermédio de João Calmon, dos Diários Associados, que controlavam o único e precário sistema de transmissão de televisão de Brasília para o Rio, financiado por um conjunto de bancos mineiros; da Agência Nacional, do DCT e da Comissão Técnica do Rádio, pondo no ar toda a rede brasileira de rádio e televisão.

À tarde, quando cheguei ao palácio para instalar o estúdio na Biblioteca do Alvorada, vi sobre a mesa um exemplar de *O Estado de S. Paulo*, de domingo. Em cima um bilhete do presidente: *Não mexam neste jornal. Preciso dele*. Só soube do que se tratava quando Jânio o ergueu na mão para exibí-lo audaciosamente ao país como fruto de privilégios, o esbanjamento de papel comprado com subvenção oficial, pago, portanto, pelo povo.

A exaltação de Jânio era evidente. Logo ao chegar ao Alvorada, telefonou-me do seu quarto para pedir que me preparasse para viajar ao Rio em missão que esclareceria mais tarde. Ingressou triunfante na sala, e seu discurso desenvolveu-se em crescendo, até o final quando lhe pareciam faltar já as forças físicas. (Na segunda vez que voltou à televisão, um mês depois, impressionou o auditório pela desordem e um certo grotesco dos gestos. Nessa fala inicial, permaneceu sentado o tempo todo, e foi relativamente discreto na gesticulação.)

Enquanto o locutor ia encerrando o programa, a fisionomia do presidente foi-se ensombrecendo e todo ele, alma e corpo, declinava. O locutor dizia que aquela transmissão fora possível graças ao patrocínio de uma rede de bancos mineiros. Cada nome de banco que ia sendo pronunciado agravava o mal-estar. Trocamos olhares, o general Pedro Geraldo e eu, surpreendidos, seja com o inesperado anúncio comercial, seja com o abatimento de Jânio. Quando este se levantou, acompanhei-o para solicitar as notas em que baseara seu discurso.

– Que houve? – perguntou-me. Não percebi a que aludia. – Essa história de bancos. Respondi-lhe que minha surpresa era igual à dele. – Por menos do que isso – acrescentou – o Getúlio deu um tiro no coração. Não perdorei isso jamais a você e ao Aparecido.

Fiquei perplexo. O presidente subira rapidamente para seus aposentos sem se despedir dos presentes. O general dirigiu-se a mim, pedindo-me que não tomasse qualquer atitude, pois o assunto se esclareceria. Era testemunha da minha inocência no episódio.

Devia demitir-me, juntamente com Aparecido, que me levara ao governo menos talvez como assessor do presidente do que dele próprio. Havia na manifestação depressiva do presidente óbvia desconfiança relacionada com as ligações de Aparecido com Magalhães Pinto⁷⁴. Os bancos mineiros teriam surgido, como patrocinadores do mais grave anúncio do governo, precisamente em assunto econômico-financeiro, por maliciosa infiltração de um agente do banqueiro que governava Minas. Era a desconfiança e a acusação implícita de Jânio.

Segui para o hotel, de onde Aparecido acompanhara o discurso pela televisão. Encontrei-o junto com Samuel Wainer⁷⁵. Conteí a ambos o que se passara, mas percebi que o secretário particular, cauteloso, preferia aguardar até o dia seguinte para entender a reação e sua profundidade. No dia seguinte, parti para o Rio. Três ou quatro dias depois li nos jornais um bilhete de Jânio dirigido a mim, dizendo que continuava interessado num projeto que lhe apresentara.

Aparecido naquele dia havia promovido com êxito um encontro de Wainer com o presidente, o qual tanto desgosto provocou aos diretores de jornais que apoiavam Jânio e certamente a Carlos Lacerda. Wainer parecia em transe e repetia as palavras que o presidente lhe dissera:

– Você está fadado, ou se prefere condenado, a me apoiar. O que representava para o jornalista um doce

74 Além do governador de Minas, Magalhães Pinto era o principal acionista do Banco Nacional, um dos bancos patrocinadores da *TV Tupi*, líder da “Rede Associadas”, para a transmissão na TV; à época, não havia ainda uma rede nacional de TVs organizada nem, portanto, a faculdade legal para o governo de convocá-la.

75 Samuel Wainer, jornalista, proprietário e diretor do jornal *Última Hora*.

e ansiado constrangimento. Havia outro pormenor da conversa que Wainer citava, confundido: Jânio fizera-lhe profissão de fé católica, inesperada nas circunstâncias. Disse-lhe que passara a freqüentar a Igreja e que seus sentimentos religiosos eram de tal ordem que o haviam devolvido ao leito conjugal. Depois disso, o presidente acrescentou:

– Como católico, recebo um bispo de joelhos, beijo-lhe a mão. Como presidente, recebo-o em pé. O presidente recebe sempre em pé.

Haveria talvez uma alusão, um duplo sentido que a intuição de Wainer alcançara sem formular com precisão.

Voltando ao ministro da Fazenda e à Portaria 204, Jânio parecia não só convencido de sua utilidade como consciente do que poderia representar, do ponto de vista de uma política de classes, o agressivo fortalecimento das finanças públicas. Quando as críticas começaram a chover sobre a orientação financeira do governo, o presidente mostrou certa apreensão relativa à demora nas prometidas providências complementares que pudessem corrigir os efeitos mais nocivos da portaria. A Aparecido, disse um dia:

– Estou dando à burguesia a última oportunidade de fortalecer-se para comandar o progresso do país.

Clemente Mariani começou, no entanto, a sentir comprometida sua autoridade nas reuniões de governadores, com as liberações de verbas autorizadas pelo presidente além do esquema de segurança traçado pelo ministro. Era um mal que não ia, porém, além dos desabafos a íntimos e a pessoas do gabinete. Começaram logo a surgir nos jornais versões de desentendimentos. O presidente mandou desmenti-las, expressamente. No entanto, Mariani

continuou a queixar-se na intimidade, e seus auxiliares imaginaram dificuldades, ora criadas por Horta, ora por Aparecido. Já nas últimas semanas do governo, havia a impressão de que Jânio suspeitava de solidariedade do ministro com a campanha de Lacerda contra a política externa. Na véspera da reunião de Punta del Leste, Mariani pediu demissão. Jânio disse-lhe que não trataria do assunto naquele momento, mas quando o ministro voltasse. Por via das dúvidas, convocou Bernardes Filho, ministro da Indústria e Comércio, e mandou-o também a Montevideu para que o governo, na continuidade, estivesse informado, com precisão, dos debates e das decisões. Havia a suspeita, não formalizada, de que Mariani discordava da orientação de Jânio nos temas específicos da conferência internacional.

Brizola, membro da delegação, não ficou contente com a maneira pela qual o ministro cumpriu as instruções. Mas o fato é que, voltando Mariani, foi ele recebido pelo presidente e no encontro não se falou de demissão. Jânio fora advertido por Quintanilha que o ministro da Fazenda se exoneraria novamente. O presidente irritou-se e, como se estivesse diante de impertinência do ministro, mandou lavrar dois atos: o da demissão de Mariani e o da nomeação do substituto.

– Se ele me tocar no assunto, respondo-lhe com o ato já assinado.

Eis por que o governo seguinte encontrou numa gaveta do Gabinete Civil decreto de nomeação de Wagner Estelita Campos⁷⁶ para ministro de Fazenda.

76 Wagner Estelita Campos, professor, técnico goiano.

Quanto à solidariedade de Mariani a Lacerda, é possível que ela existisse, mas a verdade é que não influenciava aparentemente a conduta do ministro. Seria normal que Mariani pensasse como o governador em relação à política externa de Jânio, mas a verdade é que nunca quebrou a conveniência e a compostura de membro do governo.

Contou-me Max da Costa Santos, assessor de Mariani no Ministério, que, numa reunião em que provavelmente estariam o governador, o ministro e outras pessoas, Sérgio Lacerda⁷⁷, aproximando-se dele, Max, revelou:

– Para seu desgosto, Jânio vai dar uma guinada, vai mudar completamente a política externa. Narrou-lhe então o filho de Lacerda o último encontro de seu pai com Jânio, do qual teria sido testemunha. Lacerda, segundo a versão, pôs as cartas na mesa. Disse tudo quanto tinha a dizer sobre a orientação do governo na política externa e suas conseqüências na vida do país.

– E Jânio? perguntou Max.

– Jânio ouviu calado. Apenas no fim, levando a mão ao peito, disse: – Meu amigo, não queira matar-me do coração. Sérgio Lacerda estava convencido do triunfo do pai: Jânio não teria alternativa senão abandonar a política externa.

A conversa de Jânio e Lacerda, a última, realizou-se no Palácio das Laranjeiras alguns dias – cinco ou seis – antes da renúncia.

77 Sérgio Lacerda, diretor da *Tribuna da Imprensa*, filho primogênito de Carlos Lacerda.

.....

IX

Lacerda fora o campeão da candidatura Jânio. Mais do que ninguém, foi ele quem o sustentou, quando, em março, o candidato surpreendeu e desacatou Leandro Maciel e Magalhães Pinto, com quem acertava a maneira de iniciar a campanha. Tratava-se do primeiro comício, no Acre, e Leandro, indicado pela UDN para a Vice-Presidência, recusava-se a comparecer no palanque ao lado de Fernando Ferrari⁷⁸. A crise, chamada crise do palanque, atraía uma ponta de ridículo para os disputantes. Mas a verdade é que, na reunião, Leandro já transigira quando Jânio, ausentando-se inesperadamente da sala, passou a outro cômodo e ditou a Quintanilha e Aparecido uma carta de renúncia. O documento, entregue aos

78 Fernando Ferrari, gaúcho, deputado pelo PTB, dissidente no partido e que fizera a campanha das “Mãos limpas”, candidato independente à Vice-Presidência da República.

chefes da UDN enquanto Jânio desaparecia por outra porta sem se despedir, indignou os udenistas.

Seja qual tenha sido a inspiração de Jânio, como, por exemplo, tédio diante da natureza da disputa em que o envolviam, a renúncia do candidato apresentava-se politicamente como uma manobra de libertação. Jânio advertia a UDN de que não tolerava outro comando que não o dele. E o fez do modo mais contundente e desrespeitoso, mas também o mais enérgico, que estava a seu alcance.

Magalhães retraiu-se, tentando dar à renúncia o teor dos fatos consumados. A UDN passou a ser mobilizada por seu presidente para tal fim, abrindo-se caminho arriscadamente a um ressurgimento da candidatura Juraci⁷⁹. O general Lott, que propusera antes uma renúncia dupla em favor do governador da Bahia, recuou da proposta, talvez por sentir na renúncia de Jânio a perspectiva da própria vitória.

Lacerda, no entanto, resistiu, dentro e fora da UDN, fazendo o que Jânio talvez esperasse que alguém fizesse: articulando apelos pela volta do candidato e abrindo tremendo fogo de barragem contra seus companheiros de partido. Foi nessa ocasião que, extremamente irritado com o noticiário dos jornais relatando a resistência do presidente da UDN e do próprio partido à volta de Jânio, Lacerda agrediu pela primeira vez os cronistas políticos, acusando-os de deturpar a verdade para servir ao banqueiro Magalhães Pinto e ao seu *press agent* José Aparecido.

As dificuldades internas na UDN e a evidência de que Lacerda interpretava os sentimentos dominantes

79 Juraci Montenegro Magalhães, antigo “tenente”, udenista, governador da Bahia.

na opinião pública udenista quebraram a resistência que chegara a extremos de inspirar as interpretações mais desastrosas para o candidato. O governador Carvalho Pinto, ao que parece a contragosto, formalizou o apelo exigido por Jânio para recomeçar a campanha.

Continuavam Leandro e Ferrari como candidatos à Vice-Presidência, mas estava quebrado definitivamente o vínculo entre Jânio e o representante da UDN. Não havia chapa composta. Havia um candidato extrapartidário à Presidência da República e candidatos a vice apresentados pelas forças que o apoiavam.

No fundo era a mesma manobra de Juarez Távora⁸⁰, cinco anos antes. Jânio, ao surgir como candidato, logo após ter deixado o governo de São Paulo, nunca se imaginou exclusivo de um partido ou de uma corrente. Quando passou pelo Rio, naquela ocasião, a caminho da Europa, fui vê-lo na casa de Castilho Cabral⁸¹, onde o visitavam políticos do PSD e do PTB. Crises se prenunciavam em diversos partidos.

– Veja você – disse-me ele –, mal me lanço candidato e já os partidos estouram. Estoura a UDN, estoura o PTB, estoura o PSD. Que será dessas organizações?

A candidatura de Fernando Ferrari terá recebido estímulo do movimento janista, senão do próprio Jânio. Era alguém que, vindo do PTB, se propunha a aliciar eleitores em área própria para o futuro presidente. Por que repeli-lo? A UDN sozinha não era garantia de vitória. Já-

80 Juarez Távora, general, filiado ao Partido Democrata Cristão, candidato da UDN à Presidência derrotado por Juscelino Kubitschek.

81 Castilho Cabral, deputado federal paulista pelo PSP, presidente do Movimento Popular Jânio Quadros.

nio não teria admiração por Ferrari, mas sabia avaliar o que ele lhe podia dar.

Quando voltava ao Brasil em fins de 1959, Jânio recebeu em Istambul uma consulta da UDN sobre pontos programáticos. A UDN condicionava seu apoio a uma declaração do candidato a favor, entre outras coisas, do monopólio estatal do petróleo e da reforma agrária. Fui a Istambul nessa ocasião, registrei a resposta óbvia do candidato. Acompanhei-o em seguida a Israel. Num cair de tarde, sentados em torno de uma mesa de bar no hotel situado no Monte Carmelo, em Haifa, interrogou-me ele sobre pessoas de deputados que conhecia pouco. Ele lembrava os nomes e eu respondia com a liberdade e a maledicência permitidas pela gratuidade da conversa. Havíamos descido do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

– Que pensa do Ferrari? – perguntou. Com cruel exagero respondi:

– Um débil mental.

Jânio, nesse instante, tinha à mão uma garrafa de cerveja e começava a deitá-la no copo. Suspendeu o gesto, sorriu e observou, no seu sotaque escandido:

– Coincide.

A determinação com que quebrou a ascendência da UDN na sua campanha para possibilitar o movimento paralelo de Ferrari e outros terá tido, portanto, a mesma inspiração que estimulou a manobra de salvação do candidato João Goulart, principal autor e interessado da campanha Jan-Jan⁸² em São Paulo. É verdade que uma

82 Campanha Jan-Jan, movimento informal de antagonistas da UDN e que trabalhou, vitoriosamente, pela derrota de Milton Campos e vitória de João Goulart na eleição para vice-presidente.

coisa e outra terão derrotado o candidato Milton Campos, com o qual, à última hora, a UDN tentara evitar seu próprio esvaziamento no movimento janista.

Sem que a UDN se desse conta, todavia, algo mais grave contra seus objetivos políticos se afirmava na campanha de Jânio. Em abril, realizou-se uma viagem a Cuba, interpretada inicialmente como simples manobra visando a substituir o tema da renúncia ainda fresca do candidato. Ela antecipava, na verdade, uma descisão que Jânio nunca escondeu, desde que viajou pelo mundo em 1959, passando por Moscou, e anunciou seu entusiasmo por Nasser, Tito e Nehru⁸³. Lacerda, em Lisboa, tentou dele sem êxito um desmentido às declarações que enchiam os jornais, embora interpretadas como manifestações excêntricas e pitorescas de um candidato que não tinha medida na sua caça aos votos.

Sua visita a Cuba foi embaraçosa. A senhora Vasco Leitão da Cunha⁸⁴ teve dificuldades em convencer Fidel Castro de que Jânio seria dentro de alguns meses presidente do Brasil e, portanto, uma peça no sistema americano. Parece que inicialmente os revolucionários cubanos se interessavam apenas pelo aspecto propagandístico da viagem. Realizado o programa vistoso, a missão de Jânio caiu no vazio, a tal ponto que o candidato precipitou seu embarque, seguindo para a Venezuela, onde passou dois dias, quando se previa apenas uma rápida escala em Cara-

83 Tito, líder da resistência antinazista durante a ocupação alemã na Iugoslávia e, a partir do fim da II Guerra Mundial, presidente do país. Pandit Nehru, primeiro-ministro da Índia, líder, com Ghandi, da luta nacional contra o colonialismo inglês.

84 Vasco Leitão da Cunha, embaixador do Brasil em Havana.

cas. Jânio, por sua vez, não parecia ter, na época, noção muito nítida da revolução castrista.

Na Venezuela, Rômulo Bettancourt⁸⁵, numa conversa bastante livre, advertiu o aspirante à presidência do Brasil.

– *Pero, Quadros* – disse Bettancourt – *Fidel no es un demagogo como nosotros, como yo y usted.*

Voltávamos de Cuba. No avião, quando os temas brasileiros já se impunham de novo, perguntei-lhe se no dia seguinte levaria consigo Leandro Maciel para a visita a Porto Alegre.

– Você não acha que é um caixão de chumbo? – disse Jânio.

Leandro não o acompanhou e logo depois abandonava a campanha. Lacerda resolveu a nova crise para o candidato, assegurando-lhe o melhor companheiro de chapa que a UDN podia dar: Milton Campos.

A renúncia do candidato Jânio foi chocante, com imensa repercussão, abalando pela primeira vez um prestígio popular sempre em ascensão. As pesquisas de opinião do mês de abril atribuíram a Lott as preferências: foi em toda a campanha o único momento de êxito de seu competidor, reflexo de um momentâneo colapso de sua popularidade. Jânio inteirou-se do fato e mais do que ninguém estava, portanto, em condições de prever como repercute na alma do povo uma renúncia.

Em dezembro de 1960, encontrei-me no Grande Hotel de Roma com Roberto Selmi Dei⁸⁶, amigo do pre-

85 Rômulo Bettancourt, presidente da Venezuela.

86 Roberto Selmi Dei, empresário, que financiava Jânio.

sidente (– O Roberto é doce de coco, disse-me Jânio em Istambul), que o acompanhara na viagem do ano anterior. Jânio estava na Espanha, em consulta médica após a operação no olho esquerdo, em Londres. Selmi Dei conver-sou desprevenidamente, evocando cenas da sua convi-vência com Jânio. Aludiu à renúncia do candidato e disse:

– Você não sabe que aquela renúncia foi decidida aqui em Roma, neste quarto onde nós estamos, exata-mente há um ano? Pois foi.

João Agripino, Jânio, Castro Neves, general Pedro Geraldo;
ao fundo o mordomo João Ermírio.

.....

X

Perguntei a Quintanilha Ribeiro, num cair de tarde à margem da piscina rústica do Ipê⁸⁷, quando e como Jânio Quadros se iniciara na política, qual a sua inspiração inicial, quais os seus primeiros passos. Respondeu-me que em 1945, na campanha eleitoral do brigadeiro. Eram, naquela época, ele advogado e Jânio advogado e professor. Frequentavam-se assiduamente, prolongando a convivência da Academia, de cujo grêmio Quintanilha fora presidente, e Jânio, secretário. Foi este quem lhe propôs participar da ação política, atraídos ambos pelo movimento contrário à ditadura. Certa noite, apresentaram-se a um comitê de bairro da UDN. Queriam entrar no partido e participar da campanha.

Foi com surpresa, depois da recepção formal e da concordância política, que verificaram não haver lugar para eles no comitê. O partido era uma entidade vaga, e o

87 Granja do Ipê, residência oficial do chefe da Casa Civil.

diretório tinha dono; destinava-se a aliciar, em favor das aspirações eleitorais do rapaz que o dirigia, o prestígio do movimento. Os dois novos bacharéis seriam seguramente concorrentes, que cumpria congelar.

Diz Quintanilha que desistiu logo, mas Jânio insistiu por algum tempo na ingênua experiência. Mais tarde, foram os alunos do Colégio Dante Alighieri e os pais desses alunos, admiradores do caprichoso professor, que estimularam a vocação de Jânio, organizando-se para elegê-lo vereador com 1.700 votos.

Ocorreu-me perguntar a Quintanilha, naquele mesmo fim de tarde, até que ponto era verdadeira a propalada predição do astrólogo e quiromante Sana Khan a respeito de Jânio. A história, disse-me ele, é verdadeira.

Jânio, estudante de direito, tornara-se amigo do professor Vicente Rao⁸⁸, cujo escritório freqüentava de vez em quando. Uma tarde, ao sair de lá, cruzou na porta com um cidadão, possivelmente cliente de Rao. Esperava o elevador quando o professor, chegando à porta, chamou-o de volta e o apresentou ao cliente. Era Sana Khan.

– Desculpe-me, rapaz – disse-lhe o vidente –, mas senti algo de estranho à sua passagem, quando cruzamos na porta. Gostaria de ler a sua mão.

Jânio estendeu a mão a Sana Khan, que se perturbou ao examiná-la, indo às lágrimas. Disse para Rao:

– Professor, estamos diante de alguém com um destino excepcional e estranho. Vejo este moço prefeito, deputado, governador de São Paulo e presidente da Re-

88 Vicente Rao, jurista de São Paulo, ex-chanceler.

pública. Será assassinado como Lincoln no segundo período de governo numa cidade do interior do Brasil.

Quintanilha disse não saber que efeito teve a previsão sobre o estudante pobre que, nascido em Mato Grosso, esbarrara em São Paulo, depois de ter passado a infância no Paraná. O certo, porém, é que, à medida que se iam cumprindo as etapas da previsão, Sana Khan deveria estar mais e mais presente no coração de Jânio.

Nesse dia, quando conversamos, não passou pela minha cabeça e certamente não terá passado pela de Quintanilha a mais remota suspeita da renúncia. Algo em mim, no entanto, me arrastava de volta ao pressentimento, que comuniquei a Aparecido antes de irmos trabalhar em Palácio, de que estávamos convocados a participar de uma tragédia ao lado daquela figura tensa, inexplicada e patética de Jânio Quadros.

A mim também não acudiu qualquer suspeita quando o presidente, atendendo à sugestão e ao interesse de Aparecido, me convidou para a Secretaria de Imprensa. Expus-lhe as dificuldades profissionais que me impediam de aceitar o convite. *O Cruzeiro*, onde era comentarista de política nacional, não se inclinava a me liberar e, como jornalista, deveria estar atento aos meus compromissos de trabalho. Jânio pediu ligação para o Rio e dentro de alguns minutos falava com Leão Gondim de Oliveira⁸⁹.

– Preciso de Castello por seis meses. Sete, no máximo.

A resistência da revista cessou, obviamente. Pareceu-me, naquele momento, que o prazo de mobilização seria mero expediente para contornar dificuldades. Ape-

89 Leão Gondim de Oliveira, diretor da revista *O Cruzeiro*.

sar de antes de decorridos os sete meses o presidente ter renunciado, nunca tive motivo para crer em intenções diferentes. Na véspera da renúncia, dia 24 de agosto, cerca das sete horas da noite, estive com Jânio em seu gabinete para algum assunto de que não me recordo. Lembro-me, todavia, de ter ele me perguntado se minha família já estava em Brasília. Respondi-lhe que sim. Felicitou-me e disse qualquer coisa alusiva à minha preocupação de voltar para o Rio. Minha permanência em Brasília era um problema resolvido e isso parecia alegrar o presidente.

Não terá igualmente ocorrido a Otto Lara Resende⁹⁰, nem a mim nem a qualquer outra pessoa que, entre surpresa e divertida, ouviu o relato da pitoresca conversa do presidente com o escritor, a hipótese de que Jânio tivesse em mente naquela oportunidade um termo final imediato do seu governo. Era março ou abril. O presidente convidou Otto para seu assessor. Diante de obstinada resistência, disse imperativo:

– Você vai me dar cinco meses da sua vida. Não mais. Otto quis fugir. Jânio levantou a mão, abrindo os cinco dedos: – São cinco meses só!

Estas páginas, com o caso Sana Khan e a insólita coincidência dos prazos dados a mim e ao Otto, excitarão certamente os imaginosos. Escrevi-as, no entanto, com ceticismo. Mesmo porque nada de comum existe na profecia do astrólogo e as duas conversas nas quais o presidente assinalou um prazo à convocação de dois auxiliares. Reuni-os por serem episódios soltos que me atropelam juntos a memória sempre que penso na renúncia de Jânio Quadros.

90 Otto Lara Resende, jornalista e escritor mineiro residente no Rio de Janeiro.

Pedroso Horta, Clemente Mariani e Romero Cabral da Costa.

Creio ir-se tornando evidente, na medida em que chega ao fim este relato, que seu autor também não sabe por que Jânio Quadros renunciou. Se soubesse não teria escrito o que escreveu – esforço cambaleante de depoimento e de pesquisa, acumulação de recordações às vezes desconexas de sete meses vividos intensamente sem ter em vista um desfecho mas interiormente preparado para qualquer desfecho. A causa da renúncia seria objeto de informação jornalística, direta, objetiva, sem qualquer devaneio.

É possível que involuntariamente tenha omitido algum fato ou alguma circunstância relevante. Não creio que possa ser coisa essencial. Minha tarefa junto a Jânio, embora me levasse ao contato diário com ele, era discreta e modesta, não me conduzindo à intimidade das decisões do governo. É verdade que participava indiretamente do fato político, na medida em que José Aparecido atuava, ruminando em minha presença, com a confiança do amigo, preocupações, fatos, hipóteses, suspeitas, agressões

que lhe tumultuavam a alma de combatente. Terei citado excessivamente o seu nome, o que é explicável: Aparecido era o meu ângulo do governo. Vi e vivi os setes meses de Jânio quase sempre através dele.

Foi de resto por ele que cheguei a Jânio. Por ele e de certo modo para ele. Foi sua amizade que me envolveu para um tipo de coisas estranhas ao meu temperamento. É verdade que seu esforço de fazer de mim um militante encontrou campo propício na disponibilidade de espírito de quem chega aos quarenta anos ainda sem plano de vida e algo inclinado a dar uma oportunidade ao acaso.

Uma certa singeleza e ânimo desprevenido na ação me afastam da política. Surpreendia-me, por exemplo, que Aparecido, na mesma medida que demonstrava cotidianamente amizade e confiança, sentisse a permanente necessidade de afirmar um comando político mais do que evidente, como se não lhe bastassem da minha parte ausência de espírito competitivo e total renúncia a aspirações do poder.

Sentia-me em serviço no governo e aterrorizavam-me as querelas de influência. Mal concebia que não se colocassem as questões senão perante o presidente com simplicidade e lealdade. Foi preciso ver para crer que, sem trair objetivos altruístas, os políticos podem lutar entre si tendo a deslealdade como método e a violência como arma.

Aparecido, de resto, percebeu que eu não desempenharia a Secretaria de Imprensa politicamente, e ele mesmo pôs-se a suprir a deficiência: reunia os repórteres, influenciando no preparo das notícias, filtrando interpreta-

ções, orientando, na valorização do que seria o interesse político do governo, a máquina publicitária.

Concebiam minhas funções como de ligação entre governo e imprensa, para informar com correção e a abundância possível, de maneira que as versões oficiais dos acontecimentos estivessem sempre presentes e dominassem, se possível, o espaço do noticiário. Aparecido foi, em conseqüência, me substituindo, como de resto substituíra Quintanilha, na direção do fato político dentro do Palácio, e a eficiência do seu método, até prova em contrário, parecia evidente num meio em que se faz pouco uso das simples informações. Era aliás convicção geral que o serviço de imprensa da Presidência deveria funcionar como uma espécie de agência de relações públicas. Convicção tão arraigada que, quando Horta tentou impedir minha nomeação, enfrentando o caso em veemente discussão com Aparecido, o argumento decisivo que lhe ocorreu era que me faltava o *physique du rôle*, a boa aparência e o desembaraço do *public relations*.

Mas Aparecido, pondo-me na sua assessoria, enchia-me de trabalho, transferindo-me a laboriosa e confidencial tarefa de redigir documentos de governo. Jânio assinava em confiança, sem os ler, os papéis que lhe levava. A confiança que delegava aos seus auxiliares era, de resto, total. No dia em que tentei conversar com ele sobre os critérios e métodos a seguir na minha função, limitou-se a dizer:

– Não me consulte, consulte a sua consciência e aja de acordo com ela.

O presidente, se tinha plano ou intenção de ferir os jornais, conforme a crença de seus adversários, nada

me disse ou insinuou. Lembrei-lhe que as empresas jornalísticas tinham sempre problemas a encaminhar ao governo. Como tratá-las?

– Atender a tudo o que for justo e razoável, disse.

Jânio teve estrondosa cobertura de imprensa como nunca outro presidente viria a ter. Era o seu próprio governo, a tensão a que submetia o país, o nervosismo causado por um processo de modificação nas táticas de mando e a audaciosa experiência na política externa que transformavam em notícia tudo quanto partia de Jânio Quadros. O Palácio do Planalto era o centro, o coração do Brasil. O presidente, ele próprio, é que era notícia e avassalava os jornais. O que havia de contribuição dos seus assessores, neste particular, era na maior parte fruto da permanente e incansável mobilização de José Aparecido, pois ficara eu limitado, no meu setor, cada vez mais ao preparo das entrevistas a jornalistas estrangeiros, das entrevistas coletivas e dos contatos com alguns diretores e chefes de redação.

As entrevistas coletivas, transmitidas pelo rádio e a televisão diretamente de Brasília, desenrolavam-se em cenário adequado, espaço amplo e solene, uma bandeira fincada ao lado da mesa, dezenas de jornalistas atentos nas suas cadeiras, traduções alternadas em francês e inglês, conforme a origem do repórter que perguntava, Casa Civil e Militar formadas à retaguarda, o ritual e a pompa próprios a produzir a imagem tensa e aguda do presidente. Davam-me uma satisfação quase estética, pela certeza de que conjurara bem cenário e personagem.

Jânio resistia a receber jornalistas isoladamente, para entrevistas. Autorizava-me a responder por escrito

aos questionários trazidos por repórteres de todo o mundo, dos Estados Unidos, Cuba, Coréia, Itália, Inglaterra, Argentina, Japão. A nenhum recebeu pessoalmente. As respostas eram sempre autenticadas por sua assinatura.

A revista *Time* preparou longamente uma reportagem sobre o presidente, cujo retrato, em desenho de Portinari, seria publicado na capa. O correspondente americano tentou em vão a entrevista direta, o simples contato pessoal. Arranjou padrinhos, que dirigiram ao presidente apelos calorosos. Afinal, voltou a mim e disse que, pela primeira vez, *Time* publicaria uma reportagem de capa sem que seu representante tivesse uma conversa com o personagem. Queria que eu transmitisse isso a Jânio, num apelo final.

– Se é a primeira vez – interrompeu-me o presidente quando lhe transmitia o recado –, ótimo!

Outra vez, o correspondente de uma rede de televisão norte-americana chegou a Brasília para entrevistar Jânio Quadros, desembarcando na Alfândega a aparelhagem necessária. O presidente não se comoveu. O jornalista, incrédulo, argumentou que despendera 50 mil dólares com o transporte para o Brasil dos aparelhos de registro. Fui ao presidente e insisti, alertando-o para a importância do veículo e informando-o do esforço já feito, inclusive dos 50 mil dólares que teriam sido gastos. Jânio, porém, encerrou o assunto:

– Dólares, disse, é o que não lhes falta.

O presidente jamais lia as coleções de recortes da imprensa mundial que eu recebia do Itamarati e lhe entregava. Nenhum interesse por qualquer notícia sobre sua pessoa ou seu governo.

Já no fim do governo, havia a possibilidade de Aparecido sair do Palácio para um Ministério. Era a porta para a minha retirada, cautelosa e conveniente, pois no fundo já percebera que não havia ali lugar para mim.

Homem sem intimidade, Jânio só criara um laço com auxiliares sem aspiração política como eu: a crença no esforço honrado e pertinaz do governo, a vontade de acertar e fazer. Quem não se sentia seguro de estar fazendo exatamente o que lhe cabia fazer, devia lealmente sair. A renúncia, para mim, dando-me embora uma frustração maior, resolveu-me um problema pessoal, o que registro com certa vergonha.

Escrevi estas notas entre 1º de agosto e os últimos dias de dezembro de 1963. Interrompi-as durante todo o ano de 1964. Retomei o trabalho, concluindo-o, nos dias 10 e 12 de março de 1965.

Reli o que havia escrito. Os episódios, com o tempo, vão se transformando no seu significado. Apressei-me, porém, em levá-lo a termo antes que se perdesse de todo a perspectiva na qual concebi este depoimento.

Dei-o a ler a dois amigos. A Evandro Carlos de Andrade, que foi o principal auxiliar de Aparecido no governo. Achou-o veraz e excitante.

O outro foi o próprio Aparecido, que passou recentemente por Brasília, com os direitos políticos suspensos por dez anos. Leu-o até a altura da página 62 do original datilografado: considerou precisa a narrativa dos fatos. Lembrou alguns episódios não registrados, identificou resquícios de má vontade no tratamento dado às po-

sições de esquerda, que eram as dele, observou algum excesso na valorização da greve de estudantes no Recife e imaginou que suas relações com Raul Ryff, tais como estão descritas, possam dar a impressão de que se deixava influenciar pelo secretário de Jango, quando, na verdade, o atraía e sobre ele influía, na procura de uma compatibilização das esquerdas com o governo de Jânio.

Mas vamos ao meu capítulo. O capítulo final.

Fui a Santos receber Jânio Quadros na hoje remota quarta-feira de Cinzas de 1962. Jango na Presidência, associado a Tancredo Neves, primeiro-ministro, havia demonstrado fraqueza e esperteza nas manobras com que procuravam ambos esvaziar a volta de Jânio. Havia expectativa e emoção em todo o país, algo como a sensação de que o pesadelo cessaria: Jânio iria explicar a renúncia e retomar o poder. Ninguém sabia como, mas havia uma densa atmosfera de esperança e medo. O governo conseguira antecipar para as sete horas da manhã de quarta-feira de Cinzas o atracamento do navio, na certeza de arrefecer o entusiasmo da recepção.

Ao longo do cais de Santos formavam filas milhares de trabalhadores nas docas, e populares se aglomeravam por toda a margem da enseada. Depois de algumas horas de espera, o presidente desembarcou e foi levado a falar num comício improvisado na praça fronteira ao porto. Os cabelos em desalinho, os punhos da camisa soltos – perdera as abotoaduras na confusão –, o descontrole dos gestos, o excesso das apóstrofes e da própria voz devolviam ao povo de Santos a imagem do político que o seduzira e ainda seduzia. Os que haviam conhecido quase que só o presidente não o identificavam na postura, no

entanto mais antiga. Jânio prometeu explicar a renúncia, oficializando e agravando a tensa expectativa.

À casa de Quintanilha Ribeiro, em São Paulo, onde passariam a se realizar as reuniões políticas, acorrem os janistas do Estado e alguns políticos que com ele trabalharam na Presidência. Numa atmosfera de otimismo, discutia-se o método a seguir para a retomada do poder: se Jânio deveria candidatar-se a governador de São Paulo ou se deveria fazer uma campanha nacional na base das inspirações da sua renúncia. Ilhar-se na política paulista, se lhe dava método e segurança para a reconquista do poder, isolava-o da opinião pública do resto do país que entusiasmara com seu governo e se deprimira com sua renúncia. O Brasil estava, em função do governo e sobretudo da renúncia de Jânio na plena vertente da esquerda, e muitos não percebiam ainda que o Partido Comunista, de influência decisiva na formação da opinião esquerdista e na sua atuação, já optara espertamente por João Goulart, de longo convívio e longa transigência. Jânio Quadros, por sua vez, embora aceitando aparentemente o papel que por coerência lhe cabia à esquerda do processo político, via na sua base paulista a possibilidade de recuperar o equilíbrio perdido com a renúncia. Jogando taticamente com as ideologias, Jânio sempre me pareceu um político neutro do ponto de vista ideológico. O desastre da renúncia lhe impunha, porém, no seu regresso, compromisso com o nacionalismo socialista, cuja dialética lhe dera os elementos essenciais à explicação do seu gesto, manifestação extrema de certas tendências do seu governo.

Sua hesitação, no entanto, persistia, como o deixava ver o próprio desfile de amigos e conselheiros que

eram introduzidos numa sala reservada para que Jânio os ouvisse.

Aparecido empurrou-me nessa sala. Horas antes, numa reunião plena com seus antigos auxiliares do Palácio e com Pedroso Horta e Lino de Matos, Jânio resumira em doze itens os fundamentos do discurso em que explicaria ao povo a renúncia. Pediu-me, quando estávamos sozinhos, que me juntasse a Horta para a redação do documento. Perguntou-me se achava bom o esquema. Respondi-lhe que as razões que ele enumerara podiam ser tidas como estímulo à luta e não à renúncia. Disse-lhe da expectativa do país: esperava-se que ele voltasse. Naturalmente, a opinião nacional se decepcionaria se ele fosse apenas candidato a governador de São Paulo. Não via, contudo, como, no plano nacional, encontrar o caminho de volta.

– O senhor pensa em revolução? – perguntei.

– Qual a sua opinião? – disse ele.

Respondi-lhe que não tinha elementos para considerar hipótese tão arriscada. Mas acrescentei que, no meu entender, ele deveria assumir uma liderança nacional. À saída, recomendou-me de novo que procurasse o Horta. Depois de mim, entrou na sala o João Agripino.

– Ele me disse a sua opinião, contou-me o ministro. – É a mesma que eu dei.

Pedroso Horta estava grávido da explicação que iria redigir sozinho, conforme logo o percebi. Jânio me pusera no assunto por indicação de Aparecido, que assim pensava ter acesso à elaboração e nela influir. Horta limitou-se a pedir-me que lhe arranjasse uns exemplares da *Tribuna da Imprensa* da época da crise.

Ao ouvir pelo rádio, em Brasília, o arrazoado lido por Jânio, ocorreu-me a explicação que Horta me dera, meses atrás, sobre a formação do Ministério: um Ministério conservador para realizar uma política revolucionária. Agora se passava o contrário, dentro da mesma tática: uma explicação revolucionária formulada por uma mente conservadora. Prosseguiram as contradições de Jânio Quadros, indefinido ideologicamente, à procura de um equilíbrio que lhe assegurasse a confiança concomitante do povo e das classes dirigentes. O presidente fugia ao processo revolucionário, lisonjeava moderadamente a opinião da esquerda e ilhava-se na sua cidadela de São Paulo. O poder, que supunha lhe seria devolvido em São Paulo, lhe abriria o trânsito para o posto no qual deveria completar o seu destino.

É claro que, documento político, politicamente elaborado para atingir efeito determinado, a explicação da renúncia não atendia à sede de verdade que obcecava a nação a respeito da renúncia. Jânio, que crescera na imaginação popular, esvaziou como um balão furado: a impressão era que ele perdia o governo pela segunda vez. O documento não era o exame de consciência, feito com a dramática sinceridade que só alcançam as confissões pessoais. Não era a revelação de razões suficientes e cabais. Era o instrumento de fixação de rumos políticos, que contemplava o risco consentido da decepção imediata em benefício da segurança da rota, traçada nos limites do possível. Do ponto de vista da verdade humana, caberia a Jânio a confissão ou o silêncio. Ele preferia, de novo, os caminhos da política.

Meses depois de ter-se frustrado a tentativa eleitoral de volta ao governo paulista – Horta atribuía o

malogro, não à atitude de Carvalho Pinto⁹¹, mas à presença na campanha dos esquerdistas como Paulo de Tarso⁹², os amigos de Aparecido, como dizia —, encontraram-se um dia em Paris o ex-ministro da Justiça e o ex-secretário particular. Jânio achava-se em Londres. Horta refazia-se de uma funda amargura. Tratou seu adversário íntimo com exemplar cortesia, até mesmo com amizade. Insistiu em levar Aparecido a visitar o túmulo de Napoleão, nos Inválidos. Aparecido, depois de alguma resistência, acompanhou-o. Quando se achavam ambos sob a pesada abóbada, contemplando a tumba de pórfito, Horta segurou-o pelo braço e disse: — Nem todos tiveram a sorte de ser ministro de Napoleão.

Se havia uma trama cesarista entre o presidente Jânio Quadros e seu ministro da Justiça, é difícil de provar. A denúncia de Carlos Lacerda, inspirada no ressentimento, não me parece dado válido para julgar a situação. Pedro Aleixo, líder do governo, mais por dedução e instinto referendando a crença generalizada, disse-me não ter dúvida de que a renúncia foi um frustrado golpe de Estado.

Jânio evidentemente esperava voltar ao governo, como o disse expressamente em Cumbica, no dia seguinte ao da renúncia, quando previa para dentro de 90 dias, no máximo, a presença do povo na rua exigindo a sua volta. Mas a verdade é que não quis tentar o golpe, no governo. A ampliação de sua popularidade nos sete meses de Presidência, a tremenda autoridade por todos reconhecida, o respeito e a obediência das Forças Armadas, o

91 Carvalho Pinto, governador de São Paulo indicado por Jânio e eleito graças a seu apoio, recusou-se a apoiar-lhe a candidatura em sua tentativa de retorno ao governo do estado, logo após a renúncia.

92 Paulo de Tarso Santos, deputado pelo Partido Democrata Cristão de São Paulo, ministro da Educação de Jânio.

desprestígio dos partidos e do Congresso lhe facilitariam a manobra para tornar-se ditador. Por que abandonou ele de repente os instrumentos do governo, se pretendia golpear as instituições? Por que abandonou tudo sem articular-se previamente, sem tomar as providências elementares que assegurassem a sua volta? O golpe de Estado dá-se de dentro e não de fora do governo. Como crer que ele se desprovesse de repente dos meios de ação indispensáveis? Não permitiu qualquer providência, nem dos ministros militares, nem do ministro do Trabalho. Pedroso Horta, levado pelo tumulto e esmagado pela denúncia que o envolvia, havia perdido a iniciativa. A caminho de São Paulo, a confidência estranha a Aparecido: – Se eu quisesse, assumiria hoje o governo, em Brasília.

É possível que Jânio acreditasse, romanticamente, numa ação espontânea do povo. Lembro-me de que, na Paraíba, onde se realizava uma reunião de governadores, Jânio era aclamado pela multidão toda vez que saía à rua. Do meio do povo, havia gritos nítidos: Ditadura! Ditadura!

Mas a longa lição da História é que não há movimentos populares espontâneos. Há sentimentos que se generalizam e se pressentem, mas a manifestação só ocorre por articulação e por provocação. A bomba não explode sem estopim.

A atitude de Jânio nos dias que se seguiram à renúncia, à espera de que o povo o acudisse, soa como uma nota ingênua, sem consonância com os acontecimentos e com os personagens. Os grupos que detinham o poder no país haviam-se apressado a concluir o espantoso episódio. Os conservadores, alarmados pelas exteriorizações de uma política externa, concebida no entanto como uma

técnica ideológica de afirmação nacional, sem prejuízo dos compromissos básicos do regime, aliviavam-se e se desopriam. A esquerda, que esperava, mas não confiava, via de repente abrirem-se caminhos eficazes para a perseguição dos seus próprios objetivos. E foram uns e outros que consumaram a renúncia, liquidando apressadamente a mais audaciosa experiência de governo a que já assistimos.

Há ainda a assinalar, nas possíveis inspirações de Jânio, se não a constância pelo menos a frequência da atitude de renúncia na sua vida pública. Renunciou como presidente. Renunciou como candidato à Presidência. E chegou às portas da renúncia como governador de São Paulo. Conta Geraldo Carneiro⁹³, que tentou aproximar Jânio governador de Juscelino Kubitschek presidente, que um dia foi chamado com urgência a São Paulo. O pai de Jânio fora assassinado, desfecho de um drama público constrangedor. Jânio abriu-se com o secretário particular de Juscelino: era um homem devastado por dentro, sem forças nem condições de persistir na vida pública. Ia renunciar ao governo e pedia a Geraldo que obtivesse de Juscelino sua nomeação para um posto no exterior, ficando, em princípio, assentado que o lugar mais conveniente era o de ministro para Assuntos Econômicos⁹⁴.

93 Geraldo Carneiro, secretário particular do presidente JK, primo e amigo íntimo de José Aparecido.

94 Ministro para Assuntos Econômicos, cargo de provimento independente de concurso, uma das mais cobiçadas sinecuras da época. Esse episódio se completa assim: JK prometeu atender ao pedido. Dada a resposta a Jânio, este convocou a imprensa para declarar que recebera convite do presidente para ocupar um posto no exterior, mas preferia continuar a cumprir seu dever de governante.

A renúncia não veio, sustada não se sabe por quê. Mas já então ela assinalava uma tendência, uma inclinação de espírito para resolver pela renúncia os impasses que a emoção levava à sua vida política.

Excluído o exame da sua atitude em face do fato político, às instituições, ao Congresso, aos partidos, quem trabalhasse para Jânio Quadros impressionava-se acima de tudo com a atitude do presidente face à coisa pública. Dedicção, ausência de preconceitos, impessoalidade, isenção, inteligência, sentimento de responsabilidade, ten-sa mobilização para a tarefa davam grandeza a um trabalho que pela primeira vez unia moralmente a nação ao seu governo.

Jânio metia-se o dia inteiro no seu gabinete, onde havia um telex, que ele mesmo operava, telefones diversos, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, retratos com dedicatórias de Nehru, Tito e Sukarno⁹⁵, um enorme quadro com a figura de Lincoln, a bandeira nacional, livros e relatórios. Ali recebia, despachava, lia, estudava, incansavelmente. Trabalhava, vestido no seu *slack* indiano – ele os tinha de todas as cores –, das seis e meia da manhã até às oito, às nove da noite, com intervalo de 40 a 50 minutos para o almoço, que fazia habitualmente sozinho.

À noite, isolava-se no Palácio da Alvorada. Sofrendo de insônia, assistia só ou com a esposa, bebendo apenas cerveja, a dois, três filmes por noite, até a exaustão do operador. Raras vezes teve companhia para o jantar e o cinema. Os fins de semana eram passados em São Paulo. Lembro-me, porém, de um domingo em que transitei

95 Sukarno, presidente da Indonésia.

ao pôr-do-sol pela porta do Palácio. Na plataforma que conduz do edifício central à capela, Jânio deslocava-se sozinho, em passadas largas.

Tendo apreciável experiência de administração e um certo método na rotina do serviço, foi para o governo confiando mais em si mesmo do que numa equipe que não tinha, a não ser para o miúdo. Seu individualismo afastava dele os técnicos, hoje imprescindíveis para o planejamento e a ação unificada e coerente de governo. Percebendo essa falha, desde os primeiros dias, quando lhe foi dada a tarefa de preparar a mensagem presidencial ao Congresso, José Aparecido compôs improvisadamente uma assessoria técnica, que só se ajustaria e se livraria dos arrivistas no último mês do governo.

Jânio, no entanto, estudava cada problema de cada pasta e parecia confiar em que o estímulo da sua atitude pessoal e a energia com que acionava a máquina, em seu conjunto, terminariam por compor as diretrizes do governo e dar-lhes uniformidade e eficiência. Ele acreditava mais no trabalho honrado, limpo e persistente, no exercício de uma autoridade que desentulhava a administração dos ônus do compromisso político, do que no planejamento explícito e objetivo.

Seu governo, por isso mesmo, estará cheio de imperfeições, sobretudo nos pormenores de uma ação da qual ele tinha a consciência e o sentido, mas que nem sempre era traduzível ou compreensível para seus auxiliares. Em compensação, nunca um presidente terá estado interiormente, na sua alma, tão preparado para governar quanto Jânio Quadros.

Meses depois da renúncia, derrotado na sua campanha para o governo de São Paulo, desassistido de esperanças imediatas, Jânio recebeu em sua casa de Guarujá a visita do fiel amigo Romero Cabral da Costa. O presidente, adoentado, estava de cama. Perguntou ao seu ministro da Agricultura o destino de várias medidas que ambos haviam longamente discutido no governo, e adotado. Jânio queria saber o que persistia, o que fora mudado, o que teria acontecido se não fosse alterado este ou aquele decreto. De repente, inflamado, ergueu-se na cama e exclamou:

– Ministro, mas que belo governo estávamos fazendo!

.....

Apêndice
De vereador a presidente

Reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, de 11 de fevereiro de 1961. Nessa época, a revista circulava antedatada de 15 dias.

Já sei da sua curiosidade por minha pessoa. Veio pensando encontrar-me com uma dinamite na mão. Foram essas as primeiras palavras que ouvi de Jânio Quadros. Estávamos num comitê eleitoral da Rua Augusta, na véspera da eleição para prefeito de São Paulo. Era a 20 de março de 1953. Jânio pareceu-me muito jovem, apresentava-se razoavelmente limpo, terno azul-marinho, o colarinho abotoado, a gravata no lugar – detalhes que observei e registrei ante os rumores de que o desmazelo da indumentária se havia tornado arma eleitoral em São Paulo.

Na verdade, não esperava, quando me dirigi à Rua Augusta, deparar-me com um agitador. A idéia da dinamite pareceu-me excessiva, algo grotesco, pois na verdade o que eu imaginava encontrar era apenas a figura de um demagogo, meio pitoresco, meio vulgar. Era o que se podia esperar, em São Paulo, naquele tempo, de um político que alcançara tão rapidamente o êxito. Ele crescen-

tou num sotaque insólito: “Simbolizo a reação contra a desorganização e a desonestidade da administração pública”.

A ênfase deu-me algum desgosto. Com displicência perguntei-lhe se queria ser apenas prefeito ou tinha algumas idéias. “Pergunta se faço proselitismo? Não, não faço”. A palavra escolhida e o tom em que foi dita despertaram-me. Havia algo de estranho e inesperado naquele rapaz que se propunha a vencer uma coligação de todos os grandes partidos de São Paulo, o PSP de Ademar⁹⁶, o PTB e o Partido Comunista. Ocorreu-me que partidários exaltados do candidato anunciavam que começava naquela campanha um episódio novo na política brasileira. Jânio seria prefeito, governador e presidente. – O senhor tem aspirações maiores? – indaguei. Ele respondeu: – Aspiro naturalmente à Prefeitura, mas sei que uma vitória minha terá inevitável repercussão nacional, que promoverá outros movimentos semelhantes em todo o País. – Que diz da esperança de correligionários que o apontam como futuro governador e presidente? – insisti. Ele disse: – O máximo que posso dizer é que é prematuro. Entretanto, posso, desde já, afirmar que pretendo exercer a Prefeitura até o último segundo do último minuto da última hora do último dia do meu mandato.

As salas da modesta casa da Rua Augusta fervilhavam de gente, eleitores entusiasmados e exigentes. A conversa teve necessariamente de ser breve.

96 PSP, Partido Social Progressista, liderado por Adhemar de Barros, o mais popular político de São Paulo desde a ditadura de Vargas e até o advento de Jânio.

Nas ruas, as pessoas que encontrava, amigos ou desconhecidos com quem falava eventualmente, todos iam votar em Jânio Quadros. Os políticos teimavam em apresentá-lo como um demagogo ridículo, condenado ao esquecimento após a inevitável derrota. O governador Lucas Garcez, entretanto, estava preocupado. Disse-me que se tratava de um místico, admitia a hipótese da sua vitória e especulava sobre suas conseqüências políticas. São Paulo pretendia unir-se para fazer o candidato à sucessão de Getúlio Vargas. Jânio era um dado novo e perturbador. Sua vitória poderia eliminar as aspirações de Ademar e de Garcez.

Foi o poeta Domingos Carvalho da Silva que me pôs na pista, na minha tentativa de informar-me sobre Jânio. Descreveu-me seu antigo companheiro de Faculdade, um estudante sem grupos, de quem vagamente se suspeitava tratar-se de um agitador pelas agressivas manifestações de hostilidade à Espanha franquista. Também poeta, de língua castigada e dotes discutíveis, cujos versos haviam sido recolhidos pela antologia acadêmica *Sob as Arcadas*, organizada por Ulisses Guimarães⁹⁷. Recitou-me alguns versos de Jânio: “Eu sinto em mim o sangue de um Paes Leme...” Até três anos antes, vivia uma vida obscura de professor de ginásio e autor inédito de uma “gramática expositiva”. Seus alunos, empolgados com os cívi- cos arrebatamentos do professor, lançaram-no candidato a vereador e o elegeram.

O professor transfigurou-se no exercício do mandato, impondo-se pela obstinação agressiva no desempenho de todas as possibilidades de vereança.

97 Ulisses Guimarães, deputado pelo PSD de São Paulo à época da narrativa.

Eleito prefeito de São Paulo, Jânio sumiu pela primeira vez. Voltando a São Paulo no dia da sua diplomação, consegui ser levado à sua presença pelo deputado Franco Montoro⁹⁸. Vi-lhe a primeira magrém provocada pelos excessos eleitorais. A cabeleira, frondosa, sustinha-se a custo sobre ambas as orelhas e invadia o colarinho. Em mangas de camisa, exibia seus largos suspensórios.

São Paulo estava intranquilo com rumores de agitação política e social. Preparava-se uma greve geral, e o desprestígio do governo, em face dos resultados eleitorais, justificava rumores de intervenção federal. Jânio fizera misteriosa viagem ao Rio para entender-se com o ministro da Justiça⁹⁹ e talvez com o presidente Getúlio Vargas. Fez-me a respeito uma rápida declaração. Pedi outras, no pressuposto de que, tendo admitido minha presença em seu retiro, se dispunha a falar à imprensa. Ele relaxara o corpo na poltrona da pequena sala. Ouviu-me a pergunta e disse-me um não, movendo o dedo indicador de um lado para outro. Encarava-me, expectante. Fiz a segunda, a terceira, a quarta pergunta. A todas elas respondia com a mímica desconcertante. Levantei-me. Pedi-lhe que pelo menos atendesse ao fotógrafo. Não hesitou. Seguiu até a porta da casinha da Rua Taquá, residência do vereador Quintino da Silva. Sua filha Tutu, uma menina de seus oito anos, brincava por ali e posou ao lado do pai. O fotógrafo sugeriu que ele segurasse uma vassoura¹⁰⁰. Jânio riu, empunhou a vassoura e, mostrando-a a um grupo de pessoas que se aproximara, comentou: – Vai ser usada.

98 André Franco Montoro, deputado pelo Partido Democrata Cristão de São Paulo.

99 Ministro da Justiça de Vargas: Tancredo Neves, deputado pelo PSD de Minas.

100 A vassoura foi o símbolo de todas as campanhas eleitorais de Jânio.

Jânio voltou à sua poltrona. Fiquei pela sala a observar e ouvir a desconhecida fauna de jovens políticos de São Paulo, exultantes com a vitória. Lembro-me de Paulo de Tarso, de cabeleira ainda intacta, a definir a vitória como de uma equipe. – Qualquer um de nós – dizia –, pode falar em nome de Jânio. E o entusiasmo, já enfático: – Ele é um conduto límpido, de cristal, sem máculas, através do qual acreditamos poder canalizar a reforma social. Aos democratas cristãos misturavam-se os socialistas, irmanados na certeza de que iniciavam no Brasil a decisiva renovação.

Não estavam ali os que se presumiam comandantes da campanha de Jânio, dissidentes do PTB com larga experiência na política do Estado. O pretenso Estado-Maior recolhera-se a Ubatuba, no litoral norte, onde esperaria o candidato eleito para traçarem juntos os rumos da revolução vitoriosa. Tomei um táxi na Avenida São João e toquei para Ubatuba, trezentos quilômetros adiante.

O anfitrião, com uma chispa inquietante nos olhos, a expressão amadurecida, era Vladimir Toledo Pizza, que erguera sua casa de campo sobre ruínas do antigo forte. Sua fisionomia de senhor rural, de velha linhagem, inflamava-se com os planos de reforma agrária e social. Mais frio, porém confiante, secundava-o José Ataliba Leonel, que me revelou segredos da mobilização para o triunfo. Chaves Amarante, Cassiano e outros compunham o grupo. A noite se aproximava, sem notícias. Um avião sobrevoou a cidade e acreditava-se que nele vinha Jânio. Finalmente, o jovem Afrânio de Oliveira¹⁰¹ surgiu

101 Vladimir Toledo Pizza, advogado, foi prefeito de São Paulo. José Ataliba Leonel, professor. Afrânio de Oliveira, jornalista de *O Estado de S. Paulo*.

misterioso. O prefeito não viria. Fora passar a Páscoa em outro sítio, longe dos que pretendiam influenciá-lo e fazer-se donos de uma vitória, que guardava avaramente para si. O Estado-Maior dissolveu-se.

Quando voltei a ver Jânio, sentado à sua mesa de trabalho, na Prefeitura, alguns meses depois, recebeu-me polida, mas friamente. Outro repórter, Pedro Gomes, acompanhava-me. Sentamos em cadeiras colocadas à esquerda e à direita do prefeito. O tempo era frio. Jânio despachava metido no sobretudo. Pareceu-me deprimido. A cada pergunta seguia-se um silêncio quase opressivo. A resposta vinha pausada e precisa. Deu-me a impressão de que se acautelava contra visitantes maliciosos. Nessa ocasião, repetiu-me que não seria candidato a governador. Ditou-me novamente a frase de que exerceria o mandato até o último segundo.

No ano seguinte, fui esperá-lo em Araçatuba, no extremo oeste do Estado. Ele era candidato a governador e percorria o interior com Emílio Carlos e Auro Andrade. A equipe da vitória municipal dissolvera-se ou o apoiava discretamente. Pizza pretendia tornar-se seu concorrente, forçando a própria candidatura pelo PTB. Doutel de Andrade¹⁰², a quem João Goulart incumbira de observar no local o estado de espírito do eleitorado trabalhista, convidou-me para acompanhá-lo a Araçatuba, onde falaríamos, com 24 horas de diferença, ambos os candidatos. Jango queria um depoimento isento para orientar-se na decisão a tomar. O comício de Jânio foi avassalador. Descido do palanque nos braços do povo, foi carregado du-

102 Doutel de Andrade, jornalista de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, nascido no Rio, eleito deputado federal pelo PTB de Santa Catarina, por indicação de Jango.

rante algum tempo pela praça principal da cidade. Cessada a agitação, encontrei o candidato sentado na ponta de uma calçada, cercado de gente humilde, excitada. Chamou-me. Fiz-lhe a primeira pergunta. O comício fora excepcional ou sua campanha se desenvolvia toda naquele ritmo? Lançou-me um olhar de baixo para cima e com toda força de seu sotaque respondeu-me, enumerando êxitos nos dedos da mão: – O de Bauru sê lhe comparou, o de São Roque sê lhe comparou...

Entrevistei apenas uma vez o governador Jânio Quadros. Consultado, pediu questionário escrito e recebeu-me nos Campos Elíseos para entregar a resposta, deixar-se fotografar e apertar-me a mão.

Dessa entrevista, publicada em *O Cruzeiro* de julho de 1956, retiro a seguinte resposta que deu à minha pergunta sobre a simpatia manifestada pela UDN por sua candidatura à Presidência da República:

“Força alguma far-me-á candidato à Presidência da República. Não aceito nem aclamação unânime, já imaginou isso?”

Tratava-se, na ocasião, de critérios ao Governo Federal que o governador transmitira de viva voz ao presidente Juscelino Kubitschek. Perguntei-lhe também sobre se o regime devia temer pelo excesso de poder do ministro da Guerra. Ele respondeu: – Não é a força do general Lott que se deve recear, mas a fraqueza dos outros.

Quando reapareceu no Rio como candidato à Presidência da República, estive com Jânio algumas vezes, como todos os repórteres políticos desta cidade. Acostumamo-nos à cordialidade como à reserva desse homem que se aproxima sem quebrar as distâncias. Quando se

achava no Japão, mandei-lhe um questionário. A resposta deu algum barulho: Ele negava a existência do “estado-maior” que o representava nas negociações políticas no Brasil.

Dois meses depois, *O Cruzeiro* mandou-me a Istambul para tentar entrevista. Crescia a ansiedade por definições do candidato. Desembarquei na cidade com Roberto Selmi Dei, seu amigo íntimo e portador de um questionário da UDN. Jânio não queria receber-me antes de tomar conhecimento dos relatórios e da conversa do amigo. Selmi Dei, entretanto, forçou o encontro e cerca de meia-noite me foi dado acesso ao luxuoso apartamento do Hilton Hotel de Istambul. Recebia-me por cinco minutos, para ditar-me a antecipação de sua resposta à UDN. Conversamos até quase as três da manhã. A certa altura, percebi que sua reserva inicial em receber-me tinha outra inspiração: desconfiava que levasse missão extrajornalística e desarmou-se quando encontrou apenas o repórter. Guardo dessa conversa uma imagem difícil: Jânio, de pé, emocionado, descrevendo-me a miséria do Nordeste. Era uma madrugada em Istambul.

Voltou a receber-me, a mim e já então ao repórter Carlos Alberto Tenório, na manhã seguinte. Desceu metido num uniforme cinza, de funcionário do governo indiano. Trazia um livro sob o braço. O primeiro cumprimento foi agressivo: Os senhores não alimentam a pretensão de seguir-me, disse. Respondi prontamente: – Estou com ordem e recursos para acompanhá-lo até Roma. Seguiu-se uma pausa incômoda. – Vamos às perguntas, disse afinal. Ao fim da longa entrevista, fomos tomar uma cerveja e tivemos por dez dias uma convivência

farta e fácil. Respeitávamos suas conveniências e ele nos facilitou ao máximo nosso trabalho.

Esses flagrantes e imagens que aqui reproduzo podem ajudar a entender esse homem que, em poucos anos de carreira política, chegou à Presidência da República sem dar tempo aos seus contemporâneos de formar um juízo seguro sobre sua pessoa. Desde candidato a prefeito, ele consegue a imediata adesão dos humildes e o apoio desconfiado e ansioso das elites. Por um momento, os que o apóiam julgam ter descoberto a chave do enigma. Mas o segredo se restaura tão logo se investe na função pública, que exerce com extremo senso de autoridade e com apego às comodidades e asperezas da solidão.

Como repórter político, nos oito anos em que ele se impôs no cenário federal, cruzei com ele dezenas de vezes. Até hoje não sei, quando tenho de ir à sua presença, com quem devo encontrar, se com uma distante autoridade, se com um político amável, interessado em entreter o jornalista, se com uma pessoa cordial, se com um amigo, se com um homem prestes a fugir ou protestar. Tenho a impressão de que essa sensação é mais ou menos generalizada entre os que devem ou querem ter acesso ao líder que está assumindo a Presidência da República do Brasil.

.....

Posfácio

O XVIII Brumário de Jânio Quadros

Emir Sader

O episódio da renúncia de Jânio Quadros é diagnosticado, seja como resultado de forças insondáveis – expressadas nas chamadas “forças ocultas” – a que somente a “solidão do poder” tem acesso, seja como produto de desequilíbrio pessoal, de aventureirismo e de algumas doses a mais de uísque. Entre a ambição ditatorial do candidato a Bismarck e as pressões dos microcírculos de Brasília, o episódio costuma ser banalizado, especialmente depois que outro aventureiro, também candidato a ditador, igualmente desequilibrado, como Fernando Collor chegou ao governo 40 anos depois, com programa ambicioso e comportamentos facilmente qualificados como psicóticos.

Em qualquer das duas versões, o itinerário do personagem conta: Jânio, professor de escola pública,

nascido em Mato Grosso, mas formado na ideologia da classe média paulista dos anos 40/50, procura antagonizar-se ao líder igualmente carismático da época – Ademar de Barros, seu “outro” – oposição que condicionou fortemente a imagem pública assumida por Jânio. A bandeira da moralidade e do trabalho, do professor residente num sobradinho da Rua Rio Grande, na Vila Mariana, o mais típico bairro de classe média da época, diante de um líder que assumia explicitamente a imagem bonachona do adepto aberto do jeitinho, daquele que havia “afrouxado” os costumes de São Paulo, criando a “zona do meretrício” ou “de tolerância”, no centro da cidade, que assumia também o “rouba mas faz”.

O *out-sider* Jânio tinha que abrir espaço nos meios populares em que o ademarismo grassava, com uma bandeira oposta – a da moralidade e a do trabalho. Além da “vassoura” para “varrer” a corrupção, a laboriosidade do professor assíduo e rigoroso que chegava simbolicamente aos bairros pobres através da Vila Maria, na zona leste paulistana, seu bastião histórico¹.

Porém, na batalha eleitoral concreta em que se lançava ao primeiro cargo majoritário – Prefeitura de São Paulo em 1953 –, o adversário imediato era um engenheiro – Francisco Antônio Cardoso –, surpreendentemente apoiado por Ademar e pela vetusta UDN, pela primeira vez juntos, de tal forma se buscava projetar a imagem “apolítica” do engenheiro, uma espécie de fusão entre o ex-prefeito de São Paulo Prestes Maia e o então governador Lucas Nogueira Garcez, aquele da UDN, este do PSP

1 Conta-se que Vladimir de Toledo Pizza, ligado a Jânio, chegava aos bairros pobres de São Paulo num luxuoso *Cadillac* cheio de moças bonitas distribuindo cédulas de Cardoso, para consolidar a imagem chique e antipopular desse candidato.

de Ademar, ambos engenheiros. Diante da coalizão milionária², Jânio brandiu o *slogan* do “tostão contra o milhão”³.

A vitória arrasadora de Jânio tem que ser situada no clima político específico da época e de São Paulo, em particular. Sem isso e, posteriormente, sem sua inserção na conjuntura política nacional de final dos anos 50, é impossível entender como um personagem com as características tronchas de Jânio chegou a desempenhar o papel que desempenhou.

A primeira referência obrigatória no cenário da irresistível ascensão de Jânio é a greve contra a “carestia” de 1953, que conseguiu, pela primeira vez, articular uma aliança horizontal de sindicatos. O resultado foi o maior movimento de mobilização operária no segundo pós-guerra, com o sindicalismo comunista desempenhando um papel protagônico.

Outra referência, mais de fundo, era a relação particular de Getúlio e seu partido, o PTB, com São Paulo. Embora enchesse o estádio do Pacaembu nos primeiros de maio, para anunciar o novo salário mínimo, seu partido nunca deitou raízes fundas em São Paulo. Sua atuação ficou estreitamente associada aos institutos da Previdência e a outros órgãos do Ministério do Trabalho tendo

-
- 2 O artigo de Castello para *O Cruzeiro* dá a impressão de que aquela coalizão incluía o Partido Comunista. Na realidade, este tinha como candidato o general Leônidas Cardoso, pai de Fernando Henrique Cardoso, com o lema da “Panela vazia”, ligado à campanha da carestia, o que permitiu a Jânio dizer, em 1985, quando foi de novo candidato vencedor a prefeito de São Paulo contra FHC, que “havia derrotado o Cardoso pai e agora ia derrotar o Cardoso filho”.
- 3 Exatamente no mesmo ano, o general Ibáñez se elegia presidente do Chile, também como *out-sider* em relação aos grandes partidos, com a “vassoura” e o *slogan* “o tostão contra o milhão”.

Ivette Vargas e Frota Moreira como seus principais dirigentes. O sindicalismo de maior expressão era comunista, mas não se traduzia em força política. O espaço político era disputado entre Ademar de Barros – aliado de Getúlio – e a UDN. A base sindical do getulismo teve seus bastiões nas empresas estatais, que tinham suas sedes muito mais no Rio de Janeiro do que em São Paulo. Aqui primavam as empresas de capitalismo privado, protagonistas do novo ciclo de industrialização que, com JK, se estenderá, cruzando-se com a acelerada imigração nordestina e gerando as bases sociais da nova classe operária, cuja aparição na cena política será postergada pela ditadura militar e se mesclará com a geração produzida pelo ciclo de crescimento do final dos anos 60 e dos 70.

O eleitorado paulista votava assim em Ademar de Barros – com votos de base mais popular – e na UDN – com raízes maiores na classe média e na burguesia paulista –, quando surgiu Jânio Quadros. Desde o início o significado de seu carisma era ambíguo: por um lado, retomando a bandeira da moralidade a que a UDN estava tão apegada, chegava à classe média e, por outro, se dirigia aos que “viviam do seu trabalho” e não de “expedientes pouco claros” – expressões com que se procurava caracterizar o eleitorado ademarista do pequeno comércio, dos camelôs, mas que valiam também para diferentes expressões do lumpen, de prostitutas a comerciantes fora-da-lei.

As pregações do jornal *O Estado de S. Paulo* contra Getúlio sempre buscaram caracterizá-lo como ditador, corrupto, instrumentalizador do aparelho de Estado, fascista pelas vinculações dos sindicatos ao Estado, inspiradas na Carta del Lavoro de Mussolini e, cada vez mais,

subversivo, dadas suas ligações com os comunistas, com Perón ou com o sindicalismo petebista, de que Jango era o elo. Jânio soube assumir o tom moralista, que se estendeu amplamente ao longo do governo de JK, em que a construção de Brasília aparecia como a grande “mamata” nacional.

A ascensão do professor de classe média – mais especificamente, de pequena burguesia – representava paradigmaticamente tanto a classe média que conseguia promover a ascensão de seus filhos mediante a expansão do sistema educacional, quanto os operários recém-chegados à “cidade que mais cresce no mundo”, onde “se constroem quatro casas por hora”, conforme se apregoava com orgulho em São Paulo, em meio à comemoração do seu quarto centenário, cujos símbolos retomavam os da “Revolução de 32”, com seu hino – a canção *Paris Belford* – e o movimento MMDC, tirado dos nomes dos estudantes de direito do Largo São Francisco, mortos em manifestações antigetulistas: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo.

O projeto nacional-estatista do getulismo privilegiava a questão nacional em detrimento da questão democrática. E a oligarquia paulista, que havia controlado o poder na república velha, baseada no voto de cabresto e na exígua participação eleitoral, passou a se proclamar bastiã da democracia, na sua versão liberal contra o getulismo, reivindicando as eleições pluralistas que ela própria não havia promovido nas décadas em que controlou o governo do país.

De qualquer forma, foi a ambigüidade dessa reivindicação que permitiu à UDN, na derrubada de Getúlio,

em 1945, acolher no seu seio a chamada “Esquerda Democrática”, que tinha como objetivo comum a oposição a Getúlio, pela direita e pela esquerda, com predomínio daquela, até que os de esquerda fundaram seu próprio partido, o Partido Socialista Brasileiro. Não por acaso, dando seqüência a essa ambigüidade, o PSB será o primeiro partido pelo qual Jânio será candidato a eleições majoritárias, depois de – como relata Castello – ter tentado entrar para a UDN, ainda nos anos 40.

É no clima dos anos 50 que Jânio galvaniza o eleitorado udenista de classe média, acrescentando a ele o contingente popular que a UDN nunca havia atraído, o que a levou a acumular derrotas sucessivas: com o Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 e 1950, com o também militar Juarez Távora, em 1955, e com Prestes Maia para governador de São Paulo. Pretendendo que seus candidatos, embora melhores, eram derrotados pela demagogia populista de Getúlio que “iludia os ignorantes e incautos operários”, a UDN chegava a pregar o voto qualitativo, conforme a titulação profissional de cada um. Não teria sentido o voto de um culto engenheiro ter o mesmo valor do de um operário semiletrado, sem discernimento para decidir o melhor para os destinos do país e muitas vezes “comprado” por prebendas do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Além disso, a UDN fazia a campanha pela não-obrigatoriedade do voto que, segundo ela, favoreceria a manipulação populista de Getúlio.

Jânio caía dos céus para a UDN. Contudo, ela não podia deixar de ver com desconfiança seus rompan-tes pessoais, as dificuldades de enquadrá-lo no seu ideário fundamentalista. Mas a vitória dele para a Prefeitura em 1953, seu triunfo em seguida para o governo do estado,

derrotando Ademar, faziam com que ele ocupasse o espaço onde até então atuava a UDN, ampliando-o em direção a amplos setores das classes populares. Ele poderia ser o vínculo de uma aliança de base popular para a elite paulista deslocada do poder em 1930 e sucessivamente frustrada em recuperá-lo das mãos do getulismo e dos aliados deste.

Esse quadro político se cruza com uma crise interna ao bloco de origem getulista. A eleição de JK, se formalmente dava continuação ao bloco de forças em que se apoiara Getúlio, por outro lado já não assumia o nacionalismo do segundo governo Vargas – simbolizado na campanha do “O petróleo é nosso” – como seu tema central, mas o “desenvolvimentismo” dos “50 anos em cinco”, alavancado já não por capital nacional, privado ou estatal, mas pelo regresso maciço do capital estrangeiro, terminada a longa retração produzida pela crise de 1929, que foi prolongada pela II Guerra Mundial e pela guerra da Coréia. A indústria automobilística foi seu eixo central, e a nova classe operária de São Paulo seu subproduto social, com uma geração de trabalhadores que tinha na sua vivência muito mais o campo, de onde recentemente chegavam, do que as tradições getulistas, que não fizeram parte de sua memória histórica⁴.

A consolidação econômica e social de São Paulo como o centro hegemônico do país propiciava a possibilidade de que a elite paulista retornasse ao comando direto

4 Daí o fato de Brizola ter fracassado em se enraizar em São Paulo, onde essa memória getulista era residual, ao contrário do Rio de Janeiro, perdendo o novo pólo industrial para o PT, que melhor se adequou à nova geração de trabalhadores imigrantes do Nordeste, de que Lula e Vicentinho são os exemplos mais conhecidos.

do poder de Estado nacional, de que ela fora alijada em 1930, a partir dali tendo que fazer passar seus interesses predominantes através da mediação das elites políticas gaúcha, mineira, carioca e nordestina. São Paulo nunca havia produzido grandes nomes da política nacional. Ademar de Barros tinha prestígio local, nunca conseguiu transformar-se num líder nacional. O mesmo acontecia com os políticos udenistas, sem falar na pouca expressividade do PSD de Ulisses Guimarães e da UDN de Herbert Levy e da família Mesquita.

Significativamente, seriam três políticos não nascidos em São Paulo que chegariam à Presidência da República para representar politicamente os interesses hegemônicos paulistas – Washington Luís, Jânio Quadros e, mais recentemente, Fernando Henrique Cardoso. De qualquer forma, o atestado de nascimento tem, nos três casos, pouco peso, diante da formação social e cultural, que os colocava em condições plenas de representar esse papel.

Nas eleições de 1960, Jânio aparece como o candidato forte pessoalmente, sem vínculos partidários definidos. O marechal Henrique Lott foi o escolhido da aliança governista PSD-PTB, com apoio dos comunistas, enquanto Ademar de Barros tentava de novo sua sorte. Na UDN, Juraci Magalhães era apresentado pelos setores ortodoxos do partido como seu candidato, com duvidosas possibilidades de vitória, dado que seu nome não transcendia o tradicional eleitorado udenista, sistematicamente derrotado nas três eleições presidenciais anteriores.

Carlos Lacerda, o principal quadro da direita na época, estivera ligado não somente às articulações militares da chamada “república do Galeão” para derrubar a

Getúlio e que somente foram freadas pelo suicídio, como também às articulações golpistas para impedir a posse de JK e aos *putschs* militares de extrema direita ocorridos durante o governo deste – episódios conhecidos como de Aragarças e Jacareacanga. Embora udenista convicto e fundamentalista, Lacerda tinha um forte lado aventureiro, que o levou a perceber em Jânio a possibilidade de vitória da UDN e a lutar duramente para que o partido o apoiasse⁵.

Não seria a primeira, nem a última vez que as forças conservadoras se entregariam a lideranças aventureiras, na esperança de, por meio delas, conseguir a legitimidade de massas que lhes possibilitasse apropriarem-se por inteiro do poder do Estado. A comparação com a candidatura de Fernando Collor, posteriormente, é imediata. Aquela aventura era mais calculada: Jânio não vinha de um longínquo e pouco conhecido estado da periferia dos centros de poder, mas da prefeitura e do governo do estado mais poderoso da União. Seus gestos descontrolados eram mais do que conhecidos, sua ojeriza a ser enquadrado por estruturas partidárias, sua vontade de surpreender, a demagogia de sua linguagem verborrágica – enfim, todos os ingredientes que povoarão seus poucos meses de presidência. Porém, era isso ou nova derrota, e as ânsias de poder falaram mais alto do que a candidatura programática de Juraci Magalhães.

Parodiando o machismo da frase de Marx a respeito de Luís Bonaparte – cujo XVIII Brumário encontra ressonâncias em todo o episódio Jânio Quadros na política brasileira – não será suficiente dizer que o partido ude-

5 Uma das piadinhas da época – atribuída a Afonso Arinos –, para tentar encontrar os elos de ligação entre a figura plebéia de Jânio e a vetusta UDN, consistia em dizer que “Jânio era a UDN de porre”.

nista foi tomado de surpresa. “Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as pode violar.” E a imaculada UDN se prestou para o estupro voluptuosamente.

O governo de Jânio não desmentiu os que previam um tempo de todas as ambigüidades. Seguiu a regra anunciada pelo próprio Getúlio em 1951: “governo popular, ministério reacionário: por muito tempo ainda terá que ser assim”. E o corpo seletivo de assessores de Jânio viveu da guerra feroz entre duas correntes. De um lado, a facção udenista, que se escorava nos ministros militares e era representada na cúpula do palácio por Oscar Pedrosa Horta e, na economia, pelo banqueiro Clemente Mariani. De outro, a vertente popular a que acenava Jânio, que se expressava através de José Aparecido de Oliveira, com seu amplo espectro de reivindicações e suas aspirações de uma política externa independente.

Naqueles poucos meses houve um pouco de tudo: da suspensão dos subsídios de importação para o papel, o trigo e a gasolina à proibição do biquíni, da repressão militar à manifestação dos estudantes em Recife à condecoração de Che Guevara. Combinava-se desordenadamente um autoritário espírito de ordem com demonstrações de independência de Jânio diante das elites que o haviam apoiado, entre as quais assumiram papel decisivo a Ordem do Cruzeiro do Sul entregue ao Che e a posição do Brasil na reunião da OEA em Punta del Este, a que o dirigente do governo cubano havia comparecido e onde os EUA não haviam ainda conseguido impor o bloqueio a Cuba.

No livro-depoimento de Carlos Castello Branco fica claro como esse rompante de política externa independente foi determinante para as iras de Carlos Lacerda, o político brasileiro em que mais apostava o governo dos Estados Unidos e que, em troca, pregava o mais férreo alinhamento brasileiro com Washington, especialmente num tema continental candente como a revolução cubana. Efeito negativo teve igualmente a condecoração nos ministérios militares, já composto basicamente por aqueles que iriam chefiar a tentativa fracassada de golpe após a renúncia de Jânio e, finalmente, o golpe de 1964.

Se Jânio tinha plena consciência do que fazia, é difícil saber. Significativa é a advertência que lhe foi feita pelo então presidente da Venezuela, Rômulo Betancourt, quando Jânio voltava de sua viagem a Cuba, conforme relata Castello: “*Fidel no es un demagogo como nosotros, como yo y usted*”.

A figura que demonstra maior lucidez em todo o processo relatado por Castello é inegavelmente Brizola. Depois de ter feito com empenho a campanha para Lott, ele capta rapidamente as contradições entre um certo tipo de medidas que aparentemente Jânio pretendia tomar e o bloco de forças políticas e militares no qual ele se apoiava. Brizola o adverte disso e trata de aproximá-lo de forças que poderiam funcionar como suporte popular, se Jânio se decidisse de fato a enveredar por esse caminho.

Que Castello confesse não saber por que Jânio renunciou não tem a mínima importância. Que tipo de governo Jânio pensaria desenvolver se conseguisse retornar com poderes concentrados, tampouco. O que interessa é desvendar como se geram as condições para que um

aventureiro possa ser guindado a um posto fundamental de poder, seja ele municipal, estadual, federal ou internacional. Saber como isso foi possível, que foram as forças conservadoras que o tornaram possível – aquelas que se pretendem eminentemente programáticas –, que isso se repetiu posteriormente no Brasil e que essa tem sido uma das formas de perpetuação das elites conservadoras no poder. Suas políticas de cunho excludente requerem “salvadores da pátria” quando chegam as eleições e a palavra não fica restrita aos formadores de opinião, que elas controlam, mas vai para as urnas, em que todos são chamados a opinar.

Desde que foi convidado por José Aparecido para trabalhar no governo de Jânio, Castello teve a intuição do que o esperava: “Algo em mim, no entanto, me arrastava de volta ao pressentimento, que comuniquei a Aparecido antes de irmos trabalhar em Palácio, de que estávamos convocados a participar de uma tragédia ao lado daquela figura tensa, inexplicada e patética de Jânio Quadros.”

A partir do momento em que, entregue a carta de renúncia, “Jânio voava para o ostracismo”, o episódio, objeto deste relato primoroso de Carlos Castello Branco, se presta como parábola do exercício do poder no Brasil. Na realidade, expressa antes a ponta do *iceberg* do poder, que deita suas raízes em terreno muito mais fundo – nas entranhas das terras, dos monopólios, das finanças, dos grandes meios de comunicação, que criam e devoram seus próprios filhos.

.....

Nota Biográfica

Carlos Castello Branco nasceu em Teresina, em 25 de junho de 1920, filho de Cristino Couto Castello Branco e Dulcila Santana Castello Branco. Teve oito irmãos: Floresa, Alita, Hélio, Amélia, Adelina, Lucídio e Maria Dulce, todos vivos.

Fez o primário e o ginásial em Teresina. Em 1937, foi para Belo Horizonte, onde bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1943. Teve como colegas de turma, entre outros, Wilson Castello Branco, Oscar Dias Correia e Rondon Pacheco.

Iniciou sua carreira de jornalista em *O Estado de Minas*, em 1938, como repórter de polícia. No final de 1945 veio para o Rio, para *O Jornal* e o *Diário da Noite*, também dos Diários Associados. Foi também editor político de *O Cruzeiro*. Em 1953, sem deixar os Associados, passou a chefe de redação da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Colaborou em diversos jornais, entre os quais

a *Folha de S. Paulo*, *O Mundo*, *O Estado de S. Paulo*, e nas revistas *Comércio*, *Manchete*, *Revista da Semana*.

Em 1959 deixou *O Jornal* e foi para o *Diário Carioca*, onde criou a coluna “Diário de um Repórter”, com pequenas notas sobre política. Só em 1962, entretanto, deixaria definitivamente os Associados, encerrando sua coluna em *O Cruzeiro*. Assumiu a Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto no governo Jânio Quadros e em 1961 estabeleceu-se em Brasília.

Começou a escrever a *Coluna do Castello* em 1962, na *Tribuna da Imprensa* e a partir de 1º de janeiro de 1963, no *Jornal do Brasil*. A *Coluna do Castello* só teve sua publicação suspensa no JB a partir da prisão do autor pela ditadura militar, na madrugada de 13 de janeiro de 1968, até 3 de janeiro de 1969.

Pertenceu à Academia Brasileira de Letras onde tomou posse em 1988. Anteriormente, em 1984, sucedera a seu pai na Academia Piauiense de Letras.

Em 1952 publicou, pela Editora *A Noite*, um volume de *Continhos Brasileiros* e, em 1959, o romance *Arco de Triunfo*, que teve três diferentes edições. Com base na *Coluna do Castello*, publicou a partir de 1975 *Introdução à Revolução de 64*, em dois tomos: *A agonia do Poder Civil* e *A queda de João Goulart*. Seguiu-se a coletânea os *Militares no Poder*, em três volumes.

Presidiu o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal por dois períodos, iniciado o primeiro em 1977.

Casou-se em 11 de dezembro de 1948 com Elvia Lordello de Mello que conhecera em maio do mesmo ano em *O Jornal*, onde ela era repórter. Do casamento vingam-

ram três filhos: Rodrigo, falecido em maio de 1976, Luciana e Pedro.

Voltou a morar no Rio em abril de 1993 e faleceu em 1º de junho daquele ano.